



# I COLÓQUIO NACIONAL DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE TRÁFICO PESSOAS



## APRESENTAÇÃO

Os debates promovidos durante o “I Colóquio Nacional sobre Atendimento a Mulheres em Situação de Tráfico de Pessoas”, realizado em setembro de 2007, em Campo Grande, podem ser consultados na íntegra no documento abaixo.

Foram dois dias de intensas discussões sobre as percepções que as instituições têm sobre a temática e os desafios propostos para oferecer atenção integral às vítimas do tráfico e estabelecer metodologia para implantar ações no combate a esse crime.

Os depoimentos estão listados a partir da programação do encontro, obedecendo à ordem cronológica das participações.

O primeiro dia de trabalho centrou as intervenções em torno do conceito do tráfico de pessoas e suas implicações. Já no segundo dia, o foco foi relatar como as vítimas vêm sendo atendidas pelas instituições representadas no encontro e de que forma é possível aperfeiçoar esse atendimento.

Ao final, os participantes propõem um documento que contenha os desafios apresentados pelo grupo para implementar o atendimento integral às pessoas em situação de tráfico no Brasil, com o envolvimento de instituições governamentais e organizações da sociedade civil.

## APRESENTAÇÃO CULTURAL

### MISKA

Bom dia! É um prazer receber a todos aqui! Nós estamos aqui para o 1º Colóquio Nacional de Atendimento à Mulher em Situação de Tráfico. Esse é um evento que recebe representantes de várias organizações do Brasil para discutir Políticas Públicas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. É um tema difícil e por isso estamos aqui, para trazer a alegria nessa manhã com o som da música Latino Americana e para assim possamos começar os trabalhos com bastante ânimo e garra. A organização deste evento foi realizada pelo Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Mato Grosso do Sul e pelo Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável do Centro-Oeste, o IBISS|CO. Para dar as boas-vindas a vocês, tocaremos músicas de várias regiões da América do Sul.

## NITO GUARANI

### Liderança Indígena

Bom dia a todos e a todas! Essa reza, esta oração que nós, Kaiowá Guarani, apresentamos, na língua portuguesa, significa o Pai Nosso. Em qualquer evento de qualquer atividade em nossa cultura, nós usamos essa reza para não acontecer nada de mal para nós. E não é só nós, nosso grupo que está aqui, é em geral. Essa reza significa paz para todo mundo. Por causa dessa cultura, nós estamos sobrevivendo ainda. Nós, indígenas, população do mundo, nós estamos protegidos por causa dessa cultura. Então, essa reza, é por causa dessa cultura que nós estamos preservando ainda, que nós iremos ainda conseguir conquistar, resgatar nossos territórios, para nós preservarmos. Porque hoje, apesar de muitas pessoas já estarem dentro da cidade, elas não perdem essa cultura, não. Eu prefiro manter minha cultura onde eu estiver e eu vou lutar, se eu estiver em outro país, posso estar lá no Japão, eu vou lutar, eu sou índio, eu vou preservar a minha cultura. Então, para finalizar, para começar o nosso evento, eu gostaria de agradecer a todos e a todas, pela presença de nossos companheiros e companheiras, da casa da Capital e dos outros estados que vieram para participar. Eu agradeço pelo convite, eu agradeço outros companheiros que estão acompanhando o evento, ao nosso vereador Athayde e aos companheiros que eu conheço mais pelo nome, Doutor Maucir, que é um companheiro antigo na luta de nossa cultura. Então, eu convido a todos para conversar nesse evento, que sejam bem-vindos todos e podemos entrar ao auditório para começar as atividades. Muito obrigado.

**CARLA STEFANINI**

**Coordenadoria Especial de Políticas Públicas  
para a Mulher de Mato Grosso do Sul**

Bom dia a todos e a todas! Incumbiu-me, a professora Nilda, das saudações de boas-vindas àquelas e aqueles que estão nessa manhã, durante todo o dia de hoje e amanhã, para participar do primeiro Colóquio Nacional de Atendimento à Mulher em Situação de Tráfico de Pessoas. Sou Carla Stefanini, estou coordenadora especial de Políticas Públicas para as Mulheres do Estado de Mato Grosso do Sul. Para nós, do governo do estado, é uma satisfação podermos participar desse colóquio para discutir junto com representantes, inclusive de países vizinhos e de outras federações de nosso país, esse mal que está afligindo além das mulheres, homens e adolescentes, mas nós sabemos que o foco é para as mulheres. Mas o tráfico de seres humanos é um mal que tem acompanhado a globalização. Nós sabemos que é a terceira atividade criminosa mais rentável do mundo, só fica atrás do tráfico de armas e do tráfico de drogas. Inclusive, meninas adolescentes, de cinco a quinze anos, que são traficadas para exploração sexual, para casamentos, inclusive, e também temos a notícia para o tráfico de órgãos. Portanto, esse é um tema que está na agenda do país, do Estado, mas também na agenda do mundo. Se existe o tráfico, se existem os países ditos desenvolvidos e os periféricos que dão essa possibilidade dessa prática criminosa, também existem os países que recebem essas mulheres e, muitas vezes, iludidas por uma oportunidade de vida melhor, são submetidas não só à exploração sexual, à prostituição, mas também ao trabalho escravo. Eu estava aqui com a representante do Ministério da Saúde, a doutora Cláudia, e conversávamos sobre a participação da saúde nesse aspecto. Ela nos

disse que, recentemente, em São Paulo, houve uma ação policial investigativa do Ministério Público, Polícia Federal, onde uma confecção explorava o trabalho dos homens e mulheres bolivianos em nosso país. Portanto, são várias vertentes, eu sei que é apenas uma saudação, professora Nilda, mas já que não vou poder participar a todo o momento com os demais representantes aqui, achei por bem fazer essa breve colocação da nossa preocupação com essa temática, porque é também uma política do governo federal, que lançou, ano passado, a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos. E nós estamos, como dizia a doutora Cláudia, ansiosos pelo Plano de Ações que caberá a cada um de nós, sociedade civil e governo, enredarmos esforços para trabalharmos juntos no enfrentamento a essa violência, especialmente com as mulheres, já que é este o viés que me cabe aqui representar. Está aqui presente a coordenadora municipal de Política para as Mulheres da prefeitura de Campo Grande. Quero dizer aos senhores e senhoras que, em Mato Grosso do Sul, nós temos duas casas abrigo - uma em Campo Grande, outra em Dourados. Nós temos Centro de Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência em Campo Grande, em Dourados e em Nova Andradina, e entendemos que estes centros deverão estar capacitados dentro desta rede que nós queremos formar, para sabermos orientar e enfrentar essa prática criminosa. E, até o momento, o que nós observamos mais é a atuação das entidades não-governamentais, assim como do Ministério Público, quando nós temos a notícia como foi, recentemente, no Mato Grosso do Sul, desvendada uma quadrilha de tráfico de mulheres internacional. Muito obrigada pela oportunidade de estar aqui, obrigada pela presença de todos e todas, já que me foi dada a palavra para saudá-los e tenho certeza que de Colóquio como este, de ações como esta, que são amparadas e apoiadas pela Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, do governo federal, da Presidência da República, nós caminharemos no sentido de fazer um trabalho efetivo para combater o tráfico de mulheres e seres humanos no nosso país e no mundo. Muito obrigada!

**ESTELA SCANDOLA**

**IBISS|CO - Instituto Brasileiro de Inovações  
pró-Sociedade Saudável do Centro-Oeste**

Quero dar boas-vindas a cada um, especialmente, e que a gente se abraçe porque a gente não se abraçou ainda. E dizer do carinho com que cada um de vocês foi mapeado para estar aqui. Não foi pela Internet que mapeamos vocês, foi pela rede de contato das pessoas que estão fazendo a história do enfrentamento ao tráfico de pessoas nesse país. Estão conosco três municípios de Mato Grosso do Sul, além de Campo Grande, que são Dourados, Ponta Porã e Corumbá, e pessoas de organizações não-governamentais, governamentais, do Ministério Público, e eu gostaria de dizer da felicidade que sentimos por vocês estarem aqui, porque a gente sabe que todo mundo entendeu a metodologia. Nós tivemos algumas pessoas mapeadas que, ao descobrirem que não comporiam uma mesa, nem teriam um espaço para fazer uma longa fala, nem apresentar um Power Point, se desconvidaram. Não tem problema. Estes dois dias serão de troca. São pessoas que vão colocar conversa para dentro. E que deste colóquio a gente possa realmente dizer, “eu fui lá, eu contribuí, aprendi e ensinei”. E que a gente possa, todo mundo junto, ter no dia de hoje vários encontros culturais. Hoje à tarde, nós vamos ter um encontro, uma surpresa para nossos amigos que vem de fora, para quem é da casa não será surpresa, mas para quem é de fora é. E amanhã a gente também vai ter uma pessoa muito linda que vai estar conosco. A gente espera que esses momentos culturais sejam também para desanuviar, porque esse assunto é tão pesado que o pessoal de Campo Grande teve pesadelo com isso. E que vocês sejam todos bem-vindos, se sintam em casa, não se sintam convidados, se sintam partícipes desse momento que é muito importante para nós.

**MAUCIR PAULETTE**

## **Comissão de Fiscalização das Condições de Trabalho e Trabalho Indígena de Mato Grosso do Sul**

Acompanho há 14 anos as condições de trabalho aqui no Estado. Um dos elementos que provocam a questão do tráfico é a questão do trabalho. E é por essa razão, então, que certamente a gente está fazendo esse debate nesse momento, esse mapeamento que a Estela falou, para tratar também da questão do trabalho envolvendo a questão do tráfico. Depois, eu vou expor três situações para pensar e para chamar ao debate que, de fato, motivam, ratificam, reforçam e fazem ressurgir Leviatãs nessa situação de trabalho hoje, que, cada vez, fica mais pauperizada, mais mitigada nessa questão de direitos. As pessoas têm um trabalho de 13 até 18 horas, registradas em ponto e são obrigadas a essa situação, numa relação que facilmente se enquadra dentro do tráfico de seres humanos para a questão do trabalho. Com essas palavras, gostaria de dar as boas-vindas a todos, e esse é um dos vieses que a gente vai colocar.

**IONE DE SOUZA COELHO**

## **Secretaria do Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária**

Bom dia! Meu nome é Ione, estou hoje na Secretaria do Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária. Nós entendemos que estar aqui é dever, mas, como diz a Estela, é prazer, pelo compromisso e seriedade que nós temos em nosso dia-a-dia. Então, vamos ter alguns momentos para poder pensarmos política e assistência na lógica do sistema único, o que efetivamente é feito, o que não é feito, e o que é necessário que seja contemplado, organizado, para esse enfrentamento. E abrindo olhos porque esse é um compromisso de todos.



**ANTÔNIO SARDINHA**

**IBISS|CO - Instituto Brasileiro de Inovações**

**pró-Sociedade Saudável do Centro-Oeste**

Nesse momento, damos por aberto o Primeiro Colóquio Nacional de Atendimento a Pessoas em Situação de Tráfico, com recorte de gênero, que nós estamos propondo. Eu sou Antônio, técnico do programa “Direito de Ter Direitos”, do IBISS/CO. Atualmente, estamos à frente do projeto “Direito de Ir e Vir”, que é o projeto que trouxe essa possibilidade de encontro. Antes de apresentar rapidamente a metodologia dos nossos dias, nós vamos rapidamente explicar porque nós chegamos aqui, nesse colóquio. Esse trabalho começou no início do ano, com uma série de ações que nós, enquanto Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico, desempenhamos, a partir do apoio institucional e financeiro da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres. Nós realizamos um mapeamento em quatro municípios de Mato Grosso do Sul - Dourados, Campo Grande, Ponta Porã e Corumbá -, para sabermos quem eram as pessoas que atendiam as pessoas em situação de tráfico. Esse mapeamento nos permitiu nos aproximar mais das instituições que realizam e compõem a rede de atendimento. E, dessa aproximação, nós começamos a estabelecer contatos mais sérios. Aproximamos, fizemos seminários locais nestes municípios. Nós fizemos em três municípios, e em Corumbá está marcado para ser encerrado em outubro. Depois de cada seminário nós formamos a rede local de atendimento à mulher para a temática do tráfico de pessoas. Nesse processo de buscar, mapear e depois formar, nós entendemos que tinha de ter um momento para que nós pudéssemos trocar experiências. E nós quem? Mato Grosso do Sul e as outras organizações parceiras aqui do nosso país e dos nossos vizinhos. Então, por isso que vocês estão aqui hoje, como convidados especiais, para um debate especial que nós vamos propor a fazer. Nós estamos assim por que (refere-se à distribuição circular de assentos)? Porque a metodologia vai ser essa. Um espaço democrático e aberto para que vocês, que trouxeram experiências das mais variadas, possam apresentar informações, e

trocar com os outros colegas. E daí o saber científico, o saber diário, cotidiano, vai se entrecruzando para construir aquilo que nós precisamos, que é compreender um pouquinho mais como é que nós vamos fazer aquilo que é complicado, que é o atendimento a pessoas desta situação de violação de direitos humanos que é o tráfico de seres humanos. Vocês receberam a programação dos dois dias. Nós trabalhamos com a possibilidade de diálogos. Então, para cada diálogo é uma temática que nós vamos apresentar. E, se vocês checarem toda a programação, nós temos um contexto de programação que prevê uma discussão hoje conceitual sobre tráfico de pessoas, conceitual em que sentido? Vamos tentar aproximar um pouco mais a compreensão do contexto, do cenário em que este crime acontece.

À tarde, nós já vamos iniciar o primeiro debate, que é discutir a política pública e o tráfico de pessoas, e amanhã o debate se concentra no atendimento em si e nas políticas públicas de atendimento. E nós vamos tentar estabelecer alguns consensos para compreendermos e tentarmos estabelecer diretrizes para o que seria para o grupo a opinião e debate sobre atendimento à pessoa em situação de tráfico, dado o momento que o Brasil vive de ter aprovado o Plano Nacional, estarmos mobilizados nacionalmente para essa discussão. Para cada diálogo desses, nós vamos ter alguns provocadores, mas os provocadores não terão o monopólio das falas, muito pelo contrário, eles darão o monopólio das falas, a partir das provocações que eles possam fazer. E essas pessoas serão também pessoas que irão contribuir para o nosso debate. Eu quero informar e reafirmar que nós vamos usar um microfone para gravação de todas essas participações do grupo, porque todo esse material que vai ser gerado, vai ser um material importante do ponto de vista técnico para podermos continuar pautando a discussão. Então, a gravação vai ser necessária, temos um cinegrafista aqui, o microfone que vai ser passado para o grupo, e aí, então, nós vamos trabalhar com a possibilidade de todo mundo falar dentro dessa perspectiva. Eu gostaria de abrir para saber se vocês têm alguma dúvida sobre alguma questão que foi colocada, para a gente poder iniciar a nossa conversa. Nós temos uma tarefa para o grupo que, na verdade, nós, intencionalmente, propusemos. Como tem muita gente diferente no

grupo, vocês terão até o final do dia para se conhecerem, aproximem-se das pessoas que vocês nunca viram, entrem em contato, falem, abracem, conversem, essa é a proposta do colóquio também, fazer que vocês se encontrem não só do ponto de vista do consenso de opiniões, mas pessoalmente.

Vamos então iniciar agora com a primeira grande provocação do dia. Nós vamos debater o tráfico de pessoas pela ótica local, nacional e internacional. E aí, para conduzir a discussão, nós vamos ter a apresentação da Nilda. Agora, qual é a idéia? Nós vamos tentar conduzir o trabalho registrando as observações de vocês para que no final de cada dia a possamos mostrar para vocês o que foi discutido em cada discussão feita pelas manhãs e pelas tardes. Bem-vindos e Nilda, então, assume a fala. Obrigado.

## **NILDA PEREIRA**

### **IBISS|CO - Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável do Centro-Oeste**

Meu nome é Nilda, estou no IBISS trabalhando com planejamento e ações estratégicas. Nessa primeira mesa, não é mesa, mas nos acostumamos tanto a chamar de mesa... É muito legal construir metodologia, porque vamos saindo um pouco de tudo que a gente acreditava que era antes. Porque em uma mesa uns ficam atrás, outros escutam, é muito estranho. Por isso, a gente pretende fazer uma metodologia voltada para que as pessoas realmente se olhem e que elas se coloquem. Nessa primeira mesa, a problemática do tráfico de pessoas no cenário regional, nacional e internacional. Tem algumas pessoas que a gente convidou e nós sabemos que elas conseguem fazer uma leitura legal desse cenário. A Priscila, Maucir Paulette e Verônica. São pessoas que podem colocar para a gente este cenário. A partir da fala dessas pessoas, nós podemos estar a todo tempo conversando, debatendo, se colocando. Então, o importante é que todos e todas se coloquem.

## PROVOCADORES e PROVOCAÇÕES

**PRISCILA SIQUEIRA**

**SMM - Serviço à Mulher Marginalizada**

Bom dia, minha gente querida! Eu estou muito emocionada, de coração, com as músicas que foram tocadas na abertura. Eu sou uma “dinossaura” nesta luta, faz muitos anos que nós estamos brigando com isso. Eu fico muito emocionada principalmente pela palavra “aiko”, todos nós, quero ver se nunca mais esqueço essa palavra. Realmente o que nós nos propomos estes dois dias é uma luta para todos nós. Porque ninguém, sozinho, vai conseguir resolver esse problema. Eu me lembro que a primeira vez que eu ouvi falar, eu sou de uma Organização Não-Governamental com sede em São Paulo, que presta serviço à mulher marginalizada, que veio da igreja, veio da Pastoral, mas que daí para termos mais independência de ação nós nos transformamos numa ONG. Essa nossa ONG tem 16 anos de vida. A primeira vez que eu ouvi falar de tráfico foi no século XX, em 1996, em um congresso mundial, primeiro congresso mundial contra exploração da criança e do adolescente, que aconteceu em Estocolmo, na Suécia. Eu fui para lá e tomei um susto que 100 anos após a dita abolição da nossa escravatura negra, final do século XX, a Organização das Nações Unidas, no caso a

Unicef, para as crianças, dizia que nunca houve tanto escravo em nossa terra, em nosso mundo, em nosso planeta, como estava tendo em pleno século XX.

Na época, em 1996, o relatório da ONU falava em 1 milhão de crianças no mundo. Seria, então, como já foi dito na abertura, um volume de grana ilegal, hoje a OIT coloca em dúvida, porque dos 12 bilhões já está se falando em 30 bilhões de dólares. Já está se pensando até que já passou arma e drogas. Muita gente fala que isso é pânico moral, mas se uma criança foi traficada e essa criança é meu filho, é cem por cento. Números não se têm com certeza, mas o que se sabe é que é uma perversidade. O crime mais perverso que pode haver.

A Organização das Nações Unidas diz que é o pior desrespeito aos direitos inalienáveis da pessoa humana. Porque já Marx, no século XIX, falava que no capitalismo tudo é mercadoria, mas com a globalização chegou no limite. Você gosta da cerveja Skol ou Brahma, você gosta de menininha loira ou uma morena, você quer sexo anal ou sei lá o quê, escolhe, é só escolher. Compra-se, compra-se, compra-se, esse é o final do século que terminou, o início do século que nós estamos vivendo. O tráfico de seres humanos adquire cada vez mais uma dimensão brutal. É um crime que muitas vezes a gente fica pensando, ele é tão complexo. É tão complexo, ele está nos direitos humanos, óbvio. É o primeiro foco que nós temos que analisar. É o desrespeito aos direitos humanos e ele envolve a questão de gênero, dados não se sabem ao certo. Mas a maioria aponta para mulheres e crianças do sexo feminino. Então, tem uma conotação de gênero, tem uma conotação de raça e etnia. No Brasil, a mercadoria mais apreciada é a mulata - desculpe essa palavra que eu acho horrorosa, mas se eu falar mestiça, vão pensar que eu estou falando japonesa. Para quê? Para sexo anal. E há anos atrás, a gente achava lindo as mulatas do Sargenteli, olha como a cabeça da gente ainda bem que evolui.

Tem a questão da migração, porque não há dúvida nenhuma, o tráfico é um tipo de migração. Então, quando a gente vê a questão do tráfico de gente é um problema extremamente polivalente, ele tem faces, ele é muito complexo e é assim que ele tem de ser encarado. Encarado como um comércio, porque se ninguém fumasse não teria fábrica de cigarros.

O tráfico é consequência da demanda. Se homem nenhum quisesse usar de criança e mulher vulnerável, não teria tráfico. Então, tem de se pensar na demanda, até hoje nós estamos pensando muito na oferta. Claro que é importante falar na oferta, a oferta é um dos lados, a demanda é outro. O que faz com que um homem branco, 40 anos, chato com a mulher e com a filha, se sinta no direito de usar uma garota de 12 porque ela é mulata, porque ela é pobre, porque ela mora na periferia? Isso a gente tem casos e mais casos e mais casos. O que faz com que o homem se sinta no direito de usar a própria filha, como a gente pegou uma garota de 12 anos que nos disse assim: - "Eu preciso dar na rua porque em casa meu pai não dá nada". Isto são dados.

Heleieth Saffioti, falando que 60% dos estupros, numa pesquisa feita em São Paulo e no Rio de Janeiro, foi feita pelo pai biológico. Não é o amante da mãe, não é o amante da mãe, não é o avô, não é o vizinho, é o pai biológico. Então, essas são questões que nós temos que enfrentar com muita simplicidade, com muita sinceridade, com muita coragem. Uma é a questão socioeconômica, muita gente diz para mim, "eu não entendo você, uma hora você elogia o Lula outra hora você xinga o Lula". Elogio nas políticas públicas específicas porque nenhum governo trabalhou tanto contra o tráfico como aqui. Mas xingo quando vejo que ele continua com a mesma política econômica que está esgotando os nossos. Nós produzimos, produzimos, produzimos, e não temos dinheiro para nada. Agora, os bancos, as financeiras estão muito bem, obrigada. Continua a mesma linha neoliberal que começou com senhor Collor e veio, e veio. Então, essa luta é também uma luta macro. Uma menina em Rondonópolis, de 22 anos, disse para mim, pelada, porque ela estava se preparando para os clientes do bordel - uma menina lindíssima, mãe de uma criança de dois anos. Eu falei para ela, "filha você vai se ferrar", porque estavam aliciando-a para ir à Espanha. Ela disse, "ferrada já estou, não tenho emprego e não tenho como criar minha filha. Se a senhora estivesse na minha situação fazia a mesma coisa". Calou a minha boca.

Você tem que ter um país que dê emprego, condições de vida, esperança de vida melhor, saúde, educação, é ou não é, vamos falar a verdade. Maria Lúcia Leal disse o seguinte: a rota do tráfico é a rota da

grana. Aquelas pessoas que o Chico Buarque fala que viviam de luz. Saem do interior das regiões pobres e vão para as regiões ricas. Sejam internas ou tráfico externo. Então, é uma situação econômica, é uma questão cultural, já que a maioria é mulher. Aí, a gente tem que fazer uma revisão muito séria e muito corajosa. Eu falo isso, por exemplo, em relação à igreja, porque vim de Igreja e sou rata de Igreja. Mas eu falo isso, em tentando libertar, estamos oprimindo. O pecado entrou no mundo pela mulher, ela que se ferre. Daí vem “briga de marido e mulher ninguém mete a colher”; “mulher de malandro você bate, mas não sabe por que está batendo, mas ela sabe por que está apanhando”. Desculpe a palavra, mas eu acho que a gente tem de ser como o Paulo falava: “eu não mamo mais nas tetas da minha mãe, agora eu como carne”. Eu acredito que a teologia cristã colocou o pênis em Deus. Deus como um ser masculino, quando ele não é um ser masculino. Não vê João Paulo I, Deus é mais mãe do que pai, é os dois. É uma energia primeira, é o começo, é tudo isso. Não se identifica, se eu não nasci com pênis eu sou cidadão de segunda classe. Estão percebendo o tamanho do bicho que nós temos de enfrentar? Essa questão cultural é fundamental. Do ponto de vista de avanços, nós estamos vivendo uma época histórica na luta do tráfico, com o Plano Nacional, com a Política, nós estamos realmente vivendo. Eu acho que tem um contraponto bom, tem um contraponto bom, nós conseguimos um Plano, mas a utopia sempre caminha. Agora que nós conseguimos o Plano, nós temos um outro desafio. Estes desafios têm de ser enfrentados.

## **MAUCIR PAULETTE**

### **CPIFCT/MS**

Eu coordeno, neste momento, a Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições do Trabalho no estado (CPIFCT/MS), onde há 35 entidades, dentre elas o Ministério Público Federal, e universidades, sindicatos, federações e entidades vinculadas à saúde do trabalho. Então, em nome delas, que eu quero dar um pequeno recado aqui para ajudar nessa discussão.

Um dos momentos que, para mim, gera a discussão, uma das razões que gera a questão do tráfico é o trabalho, principalmente em um momento que a questão do trabalho passa por uma pauperização cada vez mais violenta. Dizia uma colega que a gente perdeu o lazer, esquecemos do lazer ou entramos na era do fim do lazer, hoje nós trabalhamos em casa, a gente fala do artigo 149 do Código Penal, mas nós nos emitimos e nos impomos uma jornada de 15 horas.

Eu ainda tenho que pensar esta situação, Estela, talvez ainda seja esse o único problema que ainda não tenha conseguido resolver. Porque a gente trabalha três turnos e não consegue sair dessa rotina de três turnos, é a gente escravo da gente mesmo e a gente combate trabalho escravo. Então, essa situação é bastante delicada.

Mas eu queria colocar três pontos aqui e rapidamente vou colocar só para provocar. Uma questão cultural, eu quero colocar três situações reais onde a questão do tráfico para a questão do trabalho ocorre e algumas saídas alguns tópicos de saída que a gente possa ajudar. Mato Grosso do Sul tem dois milhões e pouco, dois milhões e duzentos mil habitantes e, nesse momento, de hoje até final de 2009, 2010, estaremos necessitando aqui de 150 mil trabalhadores braçais, trabalhadores de terceira categoria, que seriam trabalhadores para enfrentar o corte da cana, que seriam trabalhadores para enfrentar a poeira do carvão para poder atender as quatro siderúrgicas, que, aliás, amanhã de manhã a MMX está inaugurando a sua siderúrgica em Corumbá.

E isto provoca, então, para Mato Grosso do Sul, uma questão, para mim, além da questão do tráfico, que nós já estamos sendo quase campeões. É claro que têm questões aqui que nós não somos campeões, mas respeitada a proporcionalidade com 78 municípios apenas e com 2 milhões de habitantes, nós hoje tenhamos, talvez, dentro dessa proporção, o maior número de usinas sendo implantadas em Mato Grosso do Sul, chegaremos aqui em 2012 a 72 novas usinas de álcool. Estamos, nesse momento, inaugurando amanhã a quarta siderúrgica e lembrando que cada usina de álcool precisa em média de 1.000 a 1.500 trabalhadores no corte da cana, seja no plantio, seja pra colheita, seja pra limpeza. E as siderúrgicas, que até em 10 anos precisam ter



autonomia de carvão, até chegarmos a 10 anos, elas compram carvão no mercado. Antes nós tínhamos municípios produzindo carvão apenas aqui no grande maciço florestal de Água Clara, Ribas, Inocência, Cassilândia, essa região aqui.

Hoje, dos 78 municípios, não tem nenhum que não esteja produzindo carvão, ou seja, todos estão produzindo carvão porque existe uma demanda enorme. E como o carvão é fácil de fazer e fácil de aprender, todos estão produzindo carvão hoje, porque tem uma demanda super aquecida, levando em conta que cada tonelada de ferro gusa precisa de 600 kg de carvão. É na proporção de 60% de carvão vegetal e 40% de matéria de ferro. Acabei de receber a ligação, agora às 7 horas, que estão fazendo a libertação de 14 trabalhadores aqui na região leste do estado de Mato Grosso do Sul.

Então, eu tenho de ratificar aquilo que a nossa colega disse aqui agora, talvez nós nunca tenhamos tido tantos escravos, eu vou me restringir aos escravos no mundo do trabalho, porque você colocou muito bem as outras situações.

Talvez nós nunca tenhamos tido tantas pessoas hoje submetidas a uma situação de escravidão. E, para mim, são três situações, quatro situações que geram escravidão: ela é por dívida, ela é por circunstância, ela é por isolamento. Circunstância porque não tem pra onde ir, isolamento porque é levado por uma situação que, a não ser trabalhar para ter o que comer, não tem o que fazer, e por ser levado dos bolsões de pobreza para uma situação estranha, ou seja, não conhece ninguém, não conhece uma entidade, não conhece o sindicato, não sabe para onde ir e isso provoca uma situação de dependência que não tem o que fazer a não ser trabalhar.

Então, nós temos uma questão séria com as usinas, com os conflitos envolvendo terra, principalmente a questão indígena que é grave aqui, gera essa situação, a concentração de renda nunca se passou, eu conheço bastante a história, mas nunca vi na história tamanha concentração de renda aqui.

Até as universidades agora estão concentrando, porque o grupo Anhanguera acabou de comprar duas universidades desse estado. Então, o grande capital está fazendo o quê? Eles estão se associando,

reduzindo trabalhadores e exigindo mais deles. Esta circunstância ratifica aquilo que disse no início que é o fim do lazer, nos impõe uma jornada de trabalho de 14, 15, 16, 17, 18 horas de trabalho e a gente faz feliz, porque a gente não dá conta durante a semana e leva trabalho fim de semana para casa e a Estela é campeã em fazer isso.

A questão do boi, que acho que nós somos campeões aqui no estado, a questão da siderúrgica e agora a questão da exportação de trabalhadores, como profissionais do sexo. Nós mandamos muitos trabalhadores para fora e talvez seja porque nosso estado talvez seja um dos estados que tenha maior concentração de renda. Se você vai ver quantos que possuem quase todo o patrimônio que existe nesse estado você toma um susto – 10% têm aqui quase 70% de tudo o que se tem nesse estado. Dez por cento da população tem na mão hoje quase 70% do que se tem no estado.

Estes dados são assustadores, são assustadores, e para mim nós estamos caminhando em um processo de maior concentração. E a concentração de renda gera todos esses problemas que você levantou, dentre eles, a questão do trabalho, porque Mato Grosso do Sul não tem hoje trabalhadores para atender as 72 usinas, não tem trabalhadores para atender as quatro siderúrgicas, que provocam aí a necessidade de produzir quarenta caminhões de carvão por dia e isso precisa de uma montanha de gente para produzir. Só que como não tem, então qualquer pessoa é pega na rua e vai fazer carvão, para atender essa demanda que esta aí, em quês condições? Não tem fiscais para atender nem as dez usinas que nós temos e as carvoarias que nós temos. Você imagina quando isso se dissemina no estado todo, nos 78 municípios.

Bom, isso pela questão cultural, três exemplos para mim mostram a questão do tráfico. Como trazer um trabalhador do Vale do Jequitinhonha, norte da Bahia, todo o sertão nordestino, Maranhão, Tocantins, Alagoas, de onde vêm os trabalhadores que hoje nós encontramos nas usinas de álcool. Eles teriam de sair dela registrados, com autorização, vindo pra cá já com carteira assinada, isso tem um custo adjacente. Então, o que eles fazem? O cara vai lá, agencia e manda vir de ônibus e ele, de repente, chega na porta da usina, com o endereço certo, para arrumar emprego.

E, com isso, muitos trabalhadores vêm para cá enganados, não tem comida, não tem trabalho, eles vem pra cá porque ganham a passagem. Chegam aqui e não é incomum, nessa situação, que muitos trabalhadores que estão aqui há 6, 7, 8 meses e a única alternativa que eles têm é fazer o que fizeram recentemente, parar a usina. E aí, com isso, se resolve junto com as entidades minimamente essa situação. Então, isso pra mim é uma forma de ludibriar, de traficar as pessoas porque elas são obrigadas a ir para um lugar que é estranho, são obrigadas a cumprir uma jornada que é a jornada que não foi combinada, ou seja, extrapola todos os direitos mínimos que garantem as dignidades da pessoa humana.

Outro exemplo é a questão dos índios. Mato Grosso do Sul tem hoje 65, 70 mil índios e as usinas de álcool estão aproveitando exatamente dessa mão-de-obra. Por que eu coloco os índios no meio disso? Porque os índios não têm essa fronteira. Essa fronteira é uma questão que diz ao território brasileiro, eles estavam aqui antes da criação do Estado Brasileiro. Pensar que isto é um limite territorial para eles é besteira. Em função disso, várias pessoas do Paraguai vem pra cá e vão para as usinas junto com os trabalhadores, aí nós temos, então, a questão dos paraguaios indígenas que vêm e aí eles não tem carteira, ótimo, alugam carteira por R\$ 5,00.

Então, assim, como índio é meio parecido, escolhem um cara e têm pessoas com três, quatro carteiras na mão, porque se você perdeu carteira você vai fazer e hoje tem gente vivendo de alugar carteira. E é interessante porque me lembra a história da onça e dos gatos, porque tem índio que está fazendo o quê? Está tirando várias carteiras e alugando, conforme a cara ele vai lá e aluga por R\$5,00, porque os trabalhadores que vêm de fora não têm a carteira.

Então, a situação de pauperização destas relações é tão grande que faz com que os coitados sejam criativos, não é? Porque essa é uma criatividade, não vamos também condenar, é uma criatividade para poder ter um pouquinho de ganho. E muitos paraguaios também não tem carteira e não podem tirar carteira porque são estrangeiros e o que eles fazem? Compram uma carteira do índio e vão para o contrato de trabalho.

E isso, até pouco tempo atrás, não era comum, mas a quantidade que tem hoje é muito grande, além disso, a questão dos menores. A gente chega na usina, lá todo mundo tem 18 anos, a gente tem certeza absoluta que é 16, 17 anos com carteira de um que é de maior, 18 anos, e está trabalhando normal. Como para eles o nome de branco não têm valor, o que vale para eles é o indígena, eles chamam o nome branco de apelido, um apelido de Pedro hoje, amanhã de Joaquim, depois de amanhã André e depois até de Maria, porque não, não tem problema. Porque não é isso que é importante para eles, o importante é ganhar uns trocos e conseguir sobreviver e viver.

Agora, recentemente, uma outra situação também, muitos paraguaios estão sendo trazidos para trabalho aqui. Recentemente - a gente por uma questão ética não pode revelar a identidade - mas uma grande figura desse estado possuía 50 trabalhadores em uma de suas fazendas trabalhando há 40 dias numa situação de 12, 14 horas de jornadas de trabalho e eram paraguaios, todos eles. Ele foi lá dentro do Paraguai, pegou alguém, botou no ônibus, trouxe para cá e mandou para fazenda e por denúncia se chegou até ele.

Veja bem, essa é uma situação, e isso porque veio à tona porque houve uma denúncia, mas na fronteira isso é muito comum. E digo mais, nas usinas de álcool que ainda não foram instaladas e que já estão plantando cana, que são muitas, mas que não existem em termos de empresa. Usina fulano de tal, endereço em tal lugar, CNPJ não tem porque isso ainda vai ser feito, mas a cana precisa ser plantada porque senão em três anos não inicia o trabalho. Então, com isso, nós temos ainda trabalhadores que estão sendo contratados nas piores condições, dormindo embaixo de lona, para atender esta situação.

Com saídas, otimização de forças porque acho que isso é fundamental, porque não existe mais um estado pequeno, rigidez na fiscalização e talvez punição com dano moral, acho que nós temos que começar a trabalhar com dano moral revertendo não para o FAT, mas revertendo para os trabalhadores prejudicados. Acho que o Ministério Público do Trabalho é uma pena que não está aqui hoje o Cícero. Mas o Ministério Público do Trabalho e outros ministérios também devem transformar o FAT ao invés de jogar para dentro do usineiro, que se reverta para o

trabalhador que efetivamente foi prejudicado em relação à essa ação. O Ministério Público do Trabalho já está fazendo isso e estamos conseguindo fazer milagres com pouca coisa, por conta justamente desta iniciativa, que precisa ser corajosa. Porque a lei determina que se envia tudo para o FAT. Então, de repente são medidas que possam ajudar a minimizar um pouco essa situação que nós encontramos hoje.

## VERÔNICA TERESI UNISANTOS

Bom dia, meu nome é Verônica, antes de mais nada, eu gostaria de agradecer o convite do IBISS|CO para estar participando. Eu, na verdade, não trabalho em nenhuma ONG especificamente, mas eu sou da universidade e acabo de concluir, esse ano, o mestrado sobre a cooperação do Brasil e da Espanha, para o enfrentamento do tráfico de mulheres. Um trabalho que enfoca mais tráfico internacional, mas a gente acaba percebendo mesmo na questão do tráfico internacional que ele tem vários pontos de contato com o tráfico interno. Então, a gente acaba tendo que discutir também a questão do tráfico interno.

A proposta era que eu trouxesse um pouco algumas provocações para a problemática do tráfico internacional, especialmente envolvendo a questão de gênero. Então, nós vimos, Priscila comentou um pouco sobre a questão interna, o Maucir já comentou um pouco mais da questão regional e essa problemática e complexidade que envolve essa área da questão do tráfico.

E eu queria trazer um pouco a provocação para pensarmos a questão do tráfico internacional. Se a gente vê a legislação, a gente está levando em consideração o Protocolo de Palermo, que é a legislação-base que utilizamos, e a legislação interna. Quando trabalhamos com o tráfico internacional, a gente tem uma outra complexidade que é a incorporação dos países que estão envolvidos no cenário do tráfico com o Protocolo de Palermo, a legislação nossa interna e a legislação interna de cada país que a gente está trabalhando. Então, a complexidade é muito maior, não é? Trazendo esta questão da discussão da legislação, a

gente sabe das falhas do Protocolo de Palermo, apesar de ele ser um documento que melhora para a gente, sabemos das dificuldades de falta de precisão do Protocolo, principalmente quando ele fala da exploração, da servidão, ele não conceitua estes conceitos, o que seria importante para poder dar subsídio para que os países possam incorporar isso na sua legislação interna, inclusive nas suas políticas sociais.

Então, a questão da exploração de outrem, outras formas de exploração sexual, outras formas de coerção, abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade, esta questão da vulnerabilidade é extremamente discutida e muitas vezes a gente não sabe definir o que é realmente esta vulnerabilidade que o protocolo fala.

E aí, essa dificuldade da definição do crime, do que é o tráfico e das particularidades dos meios, das formas com que esse conceito trás no protocolo, acaba levando os governos, muitas vezes, a utilizar esse conceito do tráfico como uma forma de controle e de prevenção ao crime transnacional, muitas vezes, mais preocupados com as leis de imigração interna, ou seja, o controle de migração dos países e não tão voltados à questão dos direitos humanos e da proteção dessas vítimas que são vítimas do tráfico.

Isso é um ponto extremamente importante porque para os governos a gente percebe que, muitas vezes, principalmente os países que são os receptores, ou seja, os países-destino dessas vítimas, acabam utilizando essa legislação como forma de segurança. O Protocolo serve como forma de controle de segurança nacional.

Por outro lado, as organizações, muitas vezes as que atendem as vítimas, e aí falamos de organizações feministas, existem duas grandes correntes, uma seguida pelas abolicionistas que consideram a prostituição com uma forma de exploração, não reconhecem distinção entre a prostituição forçada e a prostituição livre. Esse tipo de postura - no caso, se a prostituição é livre ou não é livre - acaba levando a política pública, acaba gerando uma política pública e inclusive a própria atenção às vítimas de tráfico, muitas vezes, não leva em consideração a vontade destas mulheres e acaba dificultando a própria atenção, porque as mulheres não se vêem identificadas com essas entidades e acabam

não aceitando a atenção. Acho que quem trabalha com isso deve ver isso na prática.

E a outra abordagem, a abordagem feminista diz que a exploração e o tráfico não se vinculam automaticamente com a indústria do sexo. Pode existir o trabalho sexual, eles defendem o direito das trabalhadoras sexuais, mas não vinculam automaticamente com a exploração e com o tráfico. Então uma mulher pode, sim, uma mulher brasileira.

E na minha pesquisa na Espanha, conversando com pessoas que trabalham diretamente com essas mulheres, percebem que, muitas vezes, elas vão sabendo exatamente o que vai acontecer. Nós sabemos pelo Protocolo que não depende do consentimento da vítima, mas essa mulher sabe, muitas vezes, o que ela vai fazer. Ela não sabe as condições reais do que vai acontecer, mas temos de dar um olhar para isso. A gente tem de considerar essa mulher também como uma migrante. Claro que no caso de tráfico forçado, quando há fraude, engano, quando ela é levada à força, esse tipo de informação não se discute, isso é tráfico característico. Agora, a gente tem de levar em consideração a questão da migração.

E aí, levando em consideração tudo isso que eu falei, da questão do crime, de como os governos percebem isso, como as abolicionistas e as abordagens mais feministas encaram, nós temos de levar em consideração as três grandes linhas de enfrentamento que é a prevenção, a repressão penal, principalmente, e a questão da atenção a estas vítimas.

Na área da prevenção, nós vemos a necessidade (a Priscila colocou muito bem) das políticas sociais. Então, evitar, ou seja, quando a mulher já é vítima do tráfico, ela já foi vítima de violação de direitos humanos há muito tempo. Ela é resultado, aquela vítima do tráfico é resultado, muitas vezes, de um processo, de ausência de políticas sociais que possibilitassem uma estrutura para que ela não entrasse nesse circuito do mercado sexual. Então, isso é importante a gente ter em conta. Outra questão que ela levantou também e que acho muito importante é a campanha de sensibilização dos homens. O mercado sexual é um mercado econômico, é um mercado dos lucros de tudo. Então, a necessidade de conscientizar principalmente o público masculino - que é

quem consome, muitas vezes, esse produto do tráfico, as mulheres objetos do tráfico - para que eles não devam consumir esse tipo de “mercadoria”. Então, como é que se faz isso? Esse é um trabalho que é muito difícil, mas tem de ser feito.

Depois, uma outra questão dentro da prevenção, ainda, é a questão dos diagnósticos, como são importantes os diagnósticos que são feitos, ou as pesquisas que são feitas e que estão sendo feitas no Brasil. O Brasil tem, desde 2004, desde 2002 com a PESTRAF, pesquisas mais específicas e que mapeiam determinados espaços, determinadas regiões, aeroportos, quem chega nos aeroportos, como é que se funciona esse lógica do tráfico, essas pesquisas ajudam muito, inclusive, na prevenção.

Uma coisa que eu provoco é a questão da metodologia dos dados que existem: existem milhões de mulheres traficadas. Eu não estou dizendo que não são, muito pelo contrário, acho que devem ser, mas a metodologia das pesquisas que muitas fazem, que utilizam desses dados, a gente tem de analisar exatamente como é que elas funcionam, não é?

Dentro da repressão penal, existe a dificuldade da política, e muitas vezes se entende a repressão do tráfico como uma política de controle e segurança, como eu falei. Então, os países, muitas vezes, utilizam o Protocolo de Palermo para se livrar dos migrantes regulares que eles têm nos países. É o que a gente verifica, é o que eu verifiquei na pesquisa, que a gente verifica na Espanha, por exemplo. As mulheres chegam lá, estão lá e acabam ficando irregulares depois dos três meses. Quando a polícia as encontra, se elas não colaboram pela legislação interna, elas acabam sendo deportadas para o Brasil. Não é uma política de ela é uma vítima do tráfico, não se analisa isso, nem se verifica. Ela é uma imigrante irregular, então é mandada de volta. Então, é importante a gente ter isso em conta.

E a questão da repressão: acho que a questão base fundamental é a cooperação entre as fronteiras. Estamos em Mato Grosso do Sul, as fronteiras que temos e como se pode dar essa cooperação entre os países para a questão da repressão penal. Também existe a figura dos agentes policiais, que são polícias de países-destino das vítimas que



acabam ficando nas embaixadas aqui no Brasil e que acabam servindo de ponte de contato entre as polícias daqui e as do exterior. Mas no nosso caso mais específico, aqui da região, a questão das fronteiras, da cooperação entre as fronteiras.

E na área da atenção: a gente vê o desrespeito ao Protocolo de Palermo, que dispõe de medidas específicas para atenção às vítimas, com alojamento, com política, política de atenção, abrigos, auxílio jurídico. Nós vemos que isso muitas vezes não acontece. Muitas vezes, não acontece porque se vê imigrante, principalmente no tráfico internacional, como imigrante irregular. Então, não se atende esse requisito. Outra questão na atenção, que eu falei, quando eu falei das abordagens das feministas, levam em consideração a autonomia da vontade da mulher e a falta de escuta para o que elas realmente necessitam, do que elas querem.

E uma coisa realmente importante, até para finalizar, é a Rede de Atenção, a necessidade de articulação de uma rede de atenção, tanto interna e aí acho que se abre para o tráfico interno que a gente vai trabalhar também, mas para a questão da atenção à vítima no exterior é essencial uma rede articulada no exterior, que possa fazer uma atenção inicial e quando essa pessoa retorna, uma comunicação com a rede interna, para que possa dar continuidade a essa atenção.

O que a gente percebe muitas vezes, as mulheres voltam, mesmo sendo atendidas lá fora e a primeira coisa que elas dizem quando pisam no solo brasileiro é: eu vou voltar, de algum jeito. Então, a necessidade de se criar uma rede efetiva que possa dar garantia a essas mulheres e que elas tenham uma outra perspectiva e não só a de voltar para o país onde elas estavam ou um outro país para continuar se prostituindo ou entrando novamente para o circuito do tráfico. Acho que era isso e agora é importante que a gente discuta todo mundo junto, obrigada.

## **CLAUDIA REINA**

### **Poder Judiciário - Tribunal Regional do Trabalho - RJ**

Meu nome é Claudia eu vim como convidada e não só porque eu trabalho nessa área, eu sou juíza do trabalho, sou mestre em Direitos Humanos, e pela experiência que eu passo dia a dia. Na área jurídica não sei se todos, talvez, aqui possam entender minha linguagem, senão entender, por favor, me pergunte.

O senhor falou da questão do FAT (dirigindo-se a Maucir Paullete), das ações por danos morais coletivos, que esse dinheiro se reverte pro FAT. Eu já estou discutindo isso há quatro anos, nós fizemos um projeto de lei, pra que esse dinheiro não fosse revertido pro FAT, eu vou dar um exemplo, eu tenho um amigo no Pará que em menos do ano ele reverteu na sentença dele quase oito milhões de reais pro FAT, para onde esse dinheiro vai? Ninguém sabe. Nós fizemos um projeto de lei, eu e mais outro juiz lá de Brasília que já venho trabalhando com ele faz um tempo e ninguém se interessou porque o que interessa é que esse dinheiro vá para um lugar que ninguém sabe aonde é! Ta, então nós temos que enfrentar sim os três poderes juntos, é o executivo, é o judiciário e é o legislativo.

Os fiscais estão ganhando uma porcaria de diária, eles são voluntários, nós tivemos agora três fiscais assassinados lá em Minas Gerais, um deles eu conheço que é cunhado de um juiz, e o que acontece, um dos mandantes acabou de ser eleito, não sei se é deputado da cidade ou vereador.

No Rio de Janeiro tivemos o presidente da Assembléia Legislativa indiciado, então a verdade é essa eu estive agora em pleno inverno europeu na República Tcheca, onde se diz que a prostituição seria legalizada e a primeira coisa que eu vejo é ver em pleno centro de Praga a boate de prostituição abaixo de zero graus: Boate Rio de Janeiro, eu quis conhecer. Só não pude conhecer melhor porque eu estava com a minha filha menos de idade. Então o que acontece, abaixo de zero grau as meninas desnudas só de calcinha, de biquínizinho, um valor irrisório, o mesmo valor de Copacabana, que era o valor de 25 euros. Se a moça

fosse um pouquinho mais nova, abaixo de 25 anos de idade era 35, 40 euros. Isso se diz abertamente.

É difícil acreditar que uma menina esteja em zero graus, se prostituindo por 35, 40 euros, onde dali ela tem que pagar isso, pagar roupa, pagar aquilo não sei o quê. E que ninguém saiba o que está acontecendo ali dentro. Você vai em Amsterdã, tá, e eu acho que tem essa experiência de conhecer o mundo, você vai em Amsterdã, não venha me dizer, não tem holandesas, você não vai ver as holandesas na vitrine, você vai ver as moças do leste europeu.

Todo mundo sabe o que acontece e o pior problema agora é que com a globalização não se têm, eu sei porque eu viajo muito, não se tem esse negócio de fronteira, você pega um trem na Europa e dificilmente alguns países te pedem hoje um passaporte.

Então da Suíça você vai Suécia, para Noruega, depois para a Dinamarca. Vou dar um exemplo da Noruega, nós sabemos que apesar da mecanização que existe nos países europeus e até nos EUA, nos países desenvolvidos, para a questão da agricultura e pecuária, ainda existem atividades que necessitam do homem, por exemplo, na Noruega eu estive lá na época da plantação do morango, da framboesa, das cerejinhas, então o que acontece, eu quis conhecer uma fazenda para saber como eram os trabalhadores, eu duvidava que tivesse algum norueguês ali.

Porque a Noruega é um país riquíssimo, ainda mais porque é um dos maiores agora também exportadores do petróleo, quando eu entrei, eu falei como é que vou entrar aqui, fiz amizade com o dono, disse que eu era brasileira, terra que todo mundo conhece pela fama do Brasil no exterior. Disse que eu era fazendeira, eu sou. Ótimo, eu entrei e fotografei, todos eram poloneses. Não tinha um norueguês, ou eram da Polônia, ou eram da Eslováquia ou de outros países, trabalhando na colheita do morango, no morango você necessita ficar sentado o dia inteiro e aí eu fui sentar no meio dos poloneses para aprender a pegar o morango. Porque o morango necessita de toda uma técnica, tá, e não é mole ficar o dia inteiro colhendo morango. Então isso existe no mundo inteiro.

Eu fui juíza em São Paulo, você falou agora da Bolívia, eu ia trabalhar ali do lado da 25 de março e estava careca de saber que há 12 anos atrás aquelas confecções só tinham bolivianos ilegais. E onde estava o Ministério Público há doze anos atrás, onde estavam nossos policiais? A ação precisa chegar até a minha mão, eu estou com uma ação agora de uma doméstica que veio do interior aí do país que ficou 26 anos numa casa em regime de escravidão, ali do lado da minha casa, da minha residência, a Telemar já esta com três ações de escravidão no Rio de Janeiro, então acho que a gente deve lidar com a realidade, enquanto continuar essa impunidade, porque crime de escravidão por trabalho até hoje só dois foram condenados e mesmo assim na cesta básica.

Então eu acho que enquanto a gente não visualizar os poderosos que estão por trás disso, no trafico humano para trabalhos forçados, no trafico de drogas e no trafico na área sexual, de exploração de crianças, a gente ta querendo viver num país da maravilha, porque como juíza eu vivencio isso todos os dias, e como jurista de direito há 20 anos.

## **ATHAYDE NERY**

### **Vereador em Campo Grande MS**

Bom dia a todos, eu sou Athayde Nery, sou vereador aqui de Campo Grande, do PPS e sou da Comissão de Direitos Humanos da capital. E estou aqui para aprender e me colocar a disposição desse encaminhamento. Eu acredito que com os anos da construção do trafico é exatamente o preconceito. Essa formulação que acaba definindo e do nosso lado como disse a juíza, isso acontece. Tem muito essa tese de pensar globalmente e agir localmente. Ou seja, acharmos aqui em Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul, estas redes perversas e enfrentá-las de maneira muito contundente, sem nenhum tipo de constrangimento, denunciando, assumindo e fortalecendo. Só para você terem uma idéia, no meu segundo mandato, eu tentei montar

aqui o Conselho Municipal Indígena, para se ter uma idéia, aqui é o estado com a segunda maior população indígena do Brasil e Campo Grande têm cerca de 9 mil índios organizados, vamos dizer assim, e eu não consegui passar esse projeto em nenhum ano do meu primeiro mandato. Todos os anos eu apresentava e ele era rejeitado, muito bem, depois com uma discussão com os próprios índios identificando as 9 etnias existentes, partindo da realidade deles, hoje tem o primeiro Conselho Municipal Indígena do Brasil é aqui em Campo Grande, mas com construção e obra dos próprios indígenas. Num processo de inclusão institucional, que é fundamental. Esta inclusão institucional, dessas várias categorias, as crianças não em jeito, as mulheres tem que assumir essa formulação. A questão, por exemplo, agora, na câmara municipal foi rejeitado um projeto de se conceder a Utilidade Pública da Associação das Travestis, aqui em Campo Grande. Vai ser apresentado em outubro novamente pra que seja aprovado, porque é absolutamente preconceito, uma formulação odiosa de um preconceito que está sendo fomentado, e assim ele vai se disseminando, então eu acredito que nós precisamos aí, juntar, fazer estes três entes da federação, o estado, a união, o município, convocar esses agentes públicos, sejam vereadores, deputados, deputados federais, fazer com que assumam isso, saber se nas câmaras municipais ou estaduais, existem comissões de Direitos Humanos, porque muitos do interior, inclusive, não existem. Comissões de Direitos Humanos para discutir o preconceito, a questão do tráfico, é um movimento que pode sair daqui em relação a isso, para que, aqui no estado me parece que é Campo Grande mais umas quatro, é em Dourados, tem que se colocar isso e chamar a sociedade para o debate. E o outro aspecto é, para encerrar, na rede de ensino escolar estadual, municipal, se colocar esta matéria no primeiro ano primário, do ponto de vista do que é esta relação humana como um todo, da formulação que nós temos aí para que isto seja encarado a partir da infância porque a hora que o sujeito já estiver com dezoito, dezenove anos isso para ele já é uma aberração. Porque ele já esta absolutamente deformado do ponto de vista cultural. Então nós temos que encarar que se a formação não vier ali, principalmente familiar, e na base aqui em Campo Grande com Pedro Demo que esta supervisionando, esta se colocando este tipo

de matéria. Então acredito que seria este tipo de medida e eu estou aqui para ajudar neste encaminhamento. Muito obrigado.

## **FRANCISCO XAVIER**

### **Vice Cônsul do Paraguai**

Bom dia, eu me chamo Francisco Xavier Espíndola, eu sou de Vice Cônsul do Paraguai. Eu estava escutando o senhor (dirige-se a Maucir Paulette), não o conheço, estava dizendo que temos hoje a oportunidade de carvão. Eu explico essa parte é verdade, porque nunca ninguém corresponde do lado da política de meu país, não do Brasil na verdade. Nós outros estamos trabalhando conjuntamente com a câmara de vereadores de Ponta Porã, com o presidente Marcelino Nunes e estamos caminhando muitos programas, tanto assim que, aquela senhora que está presente viu sobre o que temos feito para o enfrentamento do tráfico de pessoas na fronteira de Ponta Porã e Pedro Juan, que ocorre muito, é verdade.

Quanto ao carvão, por exemplo, vou dizer um pouquinho como nós procedemos, chegamos aos domínios e arrebatamos os fornos, que vem a ser fornos brasileiros. Feitos na linha internacional. Então, nós estamos erradicando essa coisa, estamos vendo para que não haja nada ilegal nesse ponto.

Na fronteira temos muitos problemas de crianças, crianças nas ruas, índios, e o tema da imigração, por exemplo, que foi discutido aqui, tenho que comentar um ponto, foi dito que índio não tem nação, isso eu quero recordar ao senhor que todo índio tem que ser ajudado pelos países onde eles residem.

Então, na parte da imigração também estamos tentando ajudar tanto o brasileiro como o paraguaio na fronteira. Porque nós não estamos mentindo, ou seja, não é porque eu sou paraguaio que eu tenho a lógica de mentir meu nome ou sobrenome. Então não é assim, nós não tratamos a coisa assim, agora estamos junto com o chefe de imigração e estamos fazendo a coisa. Ademais, o consulado do Paraguai e Ponta

Porã se reuniram hoje para perguntar qual a posição dos países sobre isso.

Também, e por último, desculpe, há uma usina de álcool na fronteira, do lado paraguaio, bem na linha. Então, por isso, eu quero lembrar, falam que lá há muito emprego e não é assim: eu sou brasileiro, você paraguaio. Todos temos que trabalhar, temos família.

## **MAUCIR PAULETTE**

### **Comissão de Fiscalização das Condições de Trabalho e Trabalho Indígena de Mato Grosso do Sul**

Ponta Porã já tem duas usinas de álcool no município e provavelmente a mão de obra sabe da onde vêm, não é? Mas a questão do carvão, eu só queria reforçar, a quantidade de carvão que está vindo do Paraguai e é “esquentada” no Brasil, porque as siderúrgicas não podem comprar se não tiver nota. É produzido no Paraguai e vem pra cá e alguém emite a nota.

## **FRANCISCO XAVIER**

### **Vice Cônsul do Paraguai**

E quem compra?

## **DIÓGENES CARIAGA**

### **CDDH Marçal de Souza**

Bom, bom dia para todos eu sou o Diógenes, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos Marçal de Souza, eu acho que na fala da Priscila ela colocou alguns elementos que eu estava pensando depois, principalmente no intervalo, e pensando assim, vi o Maucir também falar

dessa complexidade do aspecto regional, falando de Mato Grosso do Sul. A gente historicamente tem percebido dois tipos de modalidade, desde que a gente começou trabalhar, eu também trabalhei no IBISS|CO, no princípio no projeto Direito de Ir e Vir e após PESTRAF, na elaboração do plano estadual de enfrentamento sexual. Poder estar nessa atividade hoje com mais pessoas é um elemento que prova que o que a gente começou a discutir lá atrás tem agregado mais pessoas e se fortalecido enquanto rede. Mas eu percebo que ainda é muito complicada, em relação ao enfrentamento da exploração sexual, a questão de como é banalizada a exploração sexual de mulheres, pela lógica do patriarcado, do machismo, em que coloca a trabalhadora sexual como apenas uma mulher sendo um produto, elas mesmas, conscientes de serem trabalhadoras sexuais, não conseguem ter a compreensão de quanto ela está imersa numa rede de tráfico de mulheres.

Por exemplo, nos calendários de festas aqui no estado, que mostram as atividades culturais dos municípios, que tem se firmado para além do evento oficial o evento que é toda a rede de exploração que esta colocada nesse serviço e institucionalizada. Lembro uma vez que estava eu, Samuara e Estela em Coxim, e aí uma pessoa do hotel dizia assim puta porque vêm todas pra cá. Aí a cena é essa, chega ônibus, dois três, quatro, cinco, de mulheres de outros municípios que vão para trabalhar, para atender a população masculina nos municípios. E, além disso, a gente precisa colocar aqui, a gente trabalha em movimento social, movimento GLBT, em ong's precisam colocar aqui a grande oferta de travestis sendo exportadas para fora do estado. Há toda uma rede aí que manda travestis para Espanha, para Holanda, é bem aquilo que a gente estava conversando no intervalo, elas vão conscientes de sua condição de exploração, porém quando chegam no país em que vão trabalhar aí é que a realidade fica muito mais grave, muito mais complicada, do que de fato é. Então esse elemento da questão das mulheres a gente tem que colocar as travestis, as transexuais, que vão para outros países, vão para outros estados, para serem exploradas. Outra questão que eu acho que a gente precisa pensar sobre a questão da implantação das usinas é a contradição do que está colocado. Há



toda uma política de incentivo, de desburocratização para implantação destas usinas. Estas usinas que mal começaram a trabalhar, como a de Ivinhema, que havia duzentos e poucos trabalhadores indígenas em situação de escravidão. Em Dourados, Caarapó e Amambaí, a população local vai fazer aquele esquema de bóia-fria, vai pela manhã, trabalha e volta. A gente está sempre discutindo essa questão do trabalho aqui no estado, com vistas ao combate do trabalho em situação degradante. Mas tem um modelo, que o professor Brand chamou atenção na última semana de Ciências Sociais, que a gente faz uma proposta de crítica deste modelo, porém se a gente de fato conseguir diminuir ou minimizar ou dar garantias para a condição de trabalho na cana e essa mão de obra que não vai, quando volta para as aldeias, o que acontece, qual a proposta que a gente vai ter para elas?

**NEUZA BUSS**

**Departamento de Polícia Federal  
de Campo Grande MS**

Meu nome é Neuza, eu sou da Polícia Federal, e eu estou lotada na delegacia para assuntos institucionais que abrange os direitos humanos. Eu participei desta operação, a gente chama operação Sabinas, vocês devem ter ouvido falar, através da qual foi desbaratada uma quadrilha internacional de tráfico de mulheres. O trabalho começou na polícia local, a partir de uma investigação na delegacia de imigração com a emissão de passaportes, a partir daí foi instaurado um inquérito, iniciada a investigação e foram presas, o juiz decretou 12 pessoas, dessas 12, nove foram presas, em Campo Grande, em São Paulo e em São Luís do Maranhão. Havia meninas daqui de Campo Grande, todas elas eram meninas que já trabalhavam como dançarinas ou fazendo programas, aqui e em Dourados também. E a gente tem notícias de meninas que

foram convidadas de Rondonópolis e Cuiabá, de outras regiões também como São Paulo, elas já eram convidadas porque já trabalhavam nessa área. Então para não chegar lá e entrar em choque com a atividade, a quadrilha já escolhia um perfil, havia pessoas aqui indo às boates e procurando pessoas de perfil adequado e elas eram convidadas para ir, prometiam que a vida lá era melhor, que ganhariam muito mais do que aqui, aí chegava lá ela tinha dívida passagem para pagar, pagar a acomodação e se produzirem, quando elas começam a pagar as suas dívidas de repente elas se vêem numa condição de que elas não vão sair dali nunca, não conseguem pagar as dívidas, porque assim que elas conseguem pagar as dívidas elas não servem mais, porque o dono do negócio quer novidade. Então aí ele começa a empurrar a pessoa, aí a pessoa cai numa situação pior, vai traficar para poder conseguir sobreviver e até para voltar para o Brasil. Então, é neste sentido que o caráter da miséria para a oportunidade fica muito evidente nessa situação, fica claro. Ou a pessoa concorda e volta ou... Há um caso de uma menina que hoje ela está presa, porque ela acabou indo para o outro lado, ela acabou convidando outras pessoas para irem também, ela passou de vítima para aliciadora, é comum isso, e ela veio para o Brasil por causa de um problema familiar, mas sempre na tentativa de voltar, porque ainda assim lá ela tem esperança de conseguir alguma coisa que aqui não há. A falta de esperança é um aspecto que é relevante nessa situação.

**LUZIA SILVA**

**Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de  
Ponta Porã**

Bom dia, o meu nome é Luzia, eu sou de Ponta Porã e nós estamos aqui representando o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, e a gente veio muito preocupada. Porque houve um curso uma vez que de início a gente bateu o pé que existe sim em Ponta Porã tráfico de pessoas e a reação foi que não e a gente disse que sim, até que no fim

do curso todo mundo concordou. Então é mais uma preocupação porque agora são as pessoas que vão sofrer as conseqüências de querer se posicionar, de querer fazer alguma coisa, de colaborar e até mesmo quem sabe de querer desafiar esse poder negro, esse poder sujo, que lida com a questão do trafico de seres humanos, em especial no caso de hoje do trafico envolvendo a exploração de mulheres. A gente ficou preocupada quando o Paulette falou sobre a carteira de trabalho emprestada e alugada por cinco reais. Quem me conhece sabe que eu sou extremamente seca, honestamente eu desconhecia até hoje que havia essa questão na fronteira. Mesmo porque esta sendo inaugurada há treze dias uma fabrica de industria de álcool, que é de uma famosíssima empresa multinacional. E que sendo assim eu acredito que as autoridades constituídas de todos os poderes, não só executiva, legislativa, mas judiciária também, devem estar a par desta questão. Não só pela questão da carteira mas que ficasse atento as mulheres em especial Nós sabemos que a prostituição é criada na fronteira, isso nós sabemos, nós temos consciência, tanto na parte do Paraguai quanto a do Brasil. Senhores da alta sociedade que pregam a palavra de Deus na sua casa e viram um demônio quando vão para Assunção e vice-versa, levando meninas menores com eles sim, levam sim. Então eu acredito que este encontro, vai nos levar para a fronteira. Estou falando do Brasil e Paraguai, que é a nossa casa.

## **MAUCIR PAULETTE**

### **Comissão de Fiscalização das Condições de Trabalho e Trabalho Indígena de Mato Grosso do Sul**

No Paraguai há muitos brancos, eu falei dos índios, mas no Paraguai muita gente fala o guarani. E o que está acontecendo e é importante, acho que você chamou atenção e é interessante, não são índios que vêm, eles se transformam em índios, alugam a carteira do índio e vem pra cá. Porque dentro do grupo de trabalho liderado por um “cabeçante” que às vezes é um índio mesmo eles só falam guarani, se negam a falar

outra língua. Então muitos paraguaios que não são índios, são brancos, alugam a carteira e vem na carona com os índios.

**ESTELA SCANDOLA**

**IBISS|CO - Instituto Brasileiro de Inovações  
pró-Sociedade Saudável do Centro-Oeste**

Na verdade eu tinha me decidido a não falar nessa primeira rodada, mas como é diagnóstico eu penso que não tem como a gente passar. Antes da minha fala eu queria dizer, que bom que vocês chegaram, Analba e Cida. Analba é da Articulação das Mulheres Brasileiras e Cida, as duas eram as duas últimas viajantes para compor o grupo e a gente estava muito preocupado. Desde ontem o Xavier pergunta porque você fica nervosa, eu fico nervosa porque as pessoas não chegam e até todo mundo chegar eu não fico tranqüila. Eu sei do empenho pessoal que Cida teve, tanto da política nacional com a realização desse evento e isso é muito bom ter a Cida aqui conosco. Eu penso que a gente não pode, primeiro porque a gente não vai fechar nunca essa discussão, mas a gente não deveria esse primeiro bloco ser encerrado sem colocar algumas questões que me parecem muito importante.

Primeiro, eu penso que há uma tendência a falar sobre rotas, daqui sai pra lá, vai pra lá, eu escrevi inclusive no resultado da pesquisa do Centro-Oeste, que toda vez que a gente fala de uma rota a rota muda. Então, é, às vezes eu não quero falar de rota porque quando a gente fala de rota a gente fica sem nenhuma possibilidade de intervir na realidade a partir das pessoas, então toda a vez que a gente falava de rota a rota muda e a gente fica de novo com os pés e mãos atados porque tem que descobrir para onde que a rota foi, né.

Mas de outro lado eu vejo que são situações muito importantes e que a gente precisa estar acompanhando, primeiro a realidade do Brasil como aquele país que esta dando certo e que, portanto, venham para cá que

vai dar tudo certo. Isso não é verdade, mas isso é uma situação bastante presente em vários países.

Então hoje, por exemplo, nós temos as a chegada de muitos imigrantes que se colocam em situação de extrema vulnerabilidade e aí vão para o trabalho escravo, vão sim para uma prostituição forçada, vão sim para uma situação de servir ao comércio sexual sem nenhuma condição de negociação. Servir ao comércio sexual quando a mulher tem condições e autonomia de negociar, beleza. O problema é quando ela não tem autonomia nenhuma para negociar.

Então a chegada de colombianos e colombianas, peruanos e peruanas, bolivianos e paraguaios, que são hoje né, que é o que a gente tem mais visto chegar, a gente percebe de forma acintosa como é que esses trabalhadores são aliciados para se submeter aos piores trabalhos sem nenhuma condição e as mulheres vão para o comércio sexual porque não tem nenhuma outra opção e mais do que isso é aquilo que eu estava vendo Maucir, você falou uma palavra e eu fiquei pensando, era por cárcere e o que era Maucir a outra palavra? Circunstância, era por circunstância. É uma circunstância que ela esta completamente vulnerável, ela não tem nenhuma capacidade de negociação. E ao chegar no nosso país a gente também não oferece nada, a gente é muito bom para explorar Itaipu do Paraguai, explorar as riquezas da Bolívia, agora as condições com que a gente trata o povo paraguaio e boliviano no nosso país é muito ruim. Eu sei do sacrifício que o pessoal de Ponta Porã faz para atender a saúde e ainda não levar xingamento dos próprios colegas de trabalho porque estão atendendo o povo paraguaio.

Então como é que o Brasil é um chamariz, venham para cá porque tem bastante oportunidade. Outro dia fui para Caarapó com o Diógenes e vendo como a imigração chega por lá agora na perspectiva de que daqui a um ano vai ter trabalho. As pessoas estão chegando lá para esperar que vai ter trabalho porque a usina vai ficar pronta daqui a um ano.

Então esse município ele esta com um número de pessoas extremamente vulnerável para qualquer coisa que eles convidem. Segunda questão é que eu penso um pouco essa centralidade do trabalho em São Paulo, porque Mato Grosso é rota de passagem e a tal

da rota de passagem, ao mesmo tempo em que desrespeita em demasia os direitos dos migrantes, de outro lado, também não oferece nenhuma condição de esclarecimento para esses migrantes, eles passam por nós e é como se não os víssemos. Passam ônibus cheios, os ônibus estão atolados de pessoas indo para São Paulo.

Como é que a gente percebe que esta é uma situação de vulnerabilidade e que esta vulnerabilizando os trabalhadores, às vezes família com dois três filhos e estas mulheres estão indo para São Paulo e se submete as piores condições e se vulnerabilizando com essa questão.

E a terceira questão é um caso clássico, o clássico é nós exportarmos, então as mulheres saem daqui e vão para Espanha, vão para Portugal, Itália, as mulheres saem daqui e vão para outros países, esse é um caso clássico de exportação. Mas as outras condições são muito importantes também para se entender. Quando é que as mulheres paraguaias estão em nossos pesqueiros, e isso é muito grave, às vezes de 13 anos, 14 anos, 15 anos, elas estão servindo ao turismo desse estado, mantendo o turismo desse estado, eu não posso mais falar turismo sexual, não sei agora o que devo falar, exploração sexual nas rotas turísticas ou exploração sexual agregado ao turismo. Bom, enfim gente é isso para a gente pensar um pouco nestas questões, porque nós não somos os protetores e tem muita violação de direitos.

Porque chegou na comissão e no comitê a história dos homens aliciados para a colheita do feijão no Paraguai, e ao chegar lá não ia colher feijão ia colher maconha, e eles eram pagos em espécie, e se quiser vai ter que voltar para o Brasil e vender o produto para poder receber. Então, quando isso acontece, nós estamos prendendo as pessoas por tráfico de drogas, elas não estão traficando drogas elas estão vendendo o produto do trabalho que elas foram lá fazer. Isso me dá um nó na cabeça, o pessoal da área jurídica tinha que achar um negócio para a gente entender isso. Eu estou tentando compreender esses processos porque para sair do Brasil para a colheita da maconha no Paraguai quando eles recebem tem que voltar aqui para vender, ou seja, de que situação estamos falando.

## WLADIMIR PEREIRA

### CAMI - Centro de Apoio ao Migrante

Bom dia, eu sou do CAMI, que é o Centro de Apoio ao Migrante, eu conheço alguns aqui há muito tempo e agora tenho a honra e o prazer de conhecer a todos.

É curioso que se fala em trabalho escravo, mas para nós da pastoral católica, a gente tem uma outra leitura. Trabalho escravo, claro, é pejorativo, mas o escravo ainda os senhores de fazenda até os alimentavam bem, porque o escravo era efetivamente o patrimônio da fazenda. Ele era negociado, tinha até um manual para mercantilizar o escravo, era um negro de canela fina, a negra de narinas largas, era um negro lustroso e às vezes para vender o negro, alguns espertos fazendeiros passavam banha no rosto para ele ficar lustroso, isso está na história do Brasil. O que eu vejo com nossos irmãos migrantes em situação de tráfico de pessoas é muito pior. É um trabalho servo, o servo não era conhecido nem pelo nome, eles são atraídos por uma vida melhor, por quadrilhas organizadas, cito exemplo dos bad boys. Vem inclusive passaporte falsificado que o valor é R\$ 280,00. Agora mesmo lá na CAMI nós fizemos uma denuncia e felizmente foram alguns desses marginais presos. Estes imigrantes entram no Brasil atraídos por um salário entre R\$500,00 à R\$600,00. Para naturalmente exercer o cargo de costureiro, quando entram aqui verificam que não é nada daquilo. Meninas de quatorze ou dezesseis anos passa a lavar, cozinhar, lavar mictório, trabalhando de dezoito horas por dia e o que acontece, a doutora Claudia sabe bem disso, foi minha colega em São Paulo, pela Constituição o cidadão só pode trabalhar quarenta e quatro horas semanais. Tem que ter décimo terceiro, fundo de garantia, insalubridade e uma série de coisas que os senhores sabem muito bem. Ele como não pode provar vínculo não tem nada disso. Aí companheiro Maucir, eu discordo quando ele não conhece o sindicato. É o sindicato que não vai procurá-lo. É um sindicato anêmico, é um sindicato que não se sensibiliza em prol do trabalhador, porque se quisesse o sindicato faria a fiscalização. Nós tentamos acionar várias centrais sindicais e eles não

estão absolutamente preocupados com o trabalhador. Estão preocupados com a nova lei que vai regularizá-los, porque juridicamente não são reconhecidos no país.

A lei que vem aí é só para fortalecer as duas centrais sindicais mais importantes, porque é difícil uma central arregimentar 100 sindicatos, em diferentes regiões do país, então as coisas são dirigidas para manter todo o status quo. Então é um trabalho ruim e mais ainda, se o sindicato quisesse bastava denunciar pelo artigo 299 do Código Penal, que diz que quem introduz um documento para induzir a erro é crime. Se o sindicato quisesse poderia denunciar, não há interesse. E ninguém sabe para onde vai o dinheiro do FAT, se sabe é que uns entram pobres e saem milionários. Alguns deles com três, quatro fazendas e cinco, seis, emissoras de rádio. Enquanto isso imigrante boliviano está morrendo a mingua, ele ganha R\$ 430,00 por mês. Se vocês dividirem pelo número de horas que ele trabalha esse indivíduo não ganha R\$ 0,75 por hora. Precisa trabalhar uma média 15 ou 16 horas, talvez mais de quatro dias para comprar efetivamente um par de sapatos, se alimenta mal, eles trabalham num regime de cama adentro. Cama adentro significa que ele trabalha morando na oficina, comendo na oficina. E esse dinheiro é descontado dele, de modo que quando ele vê o dinheiro mesmo no final do mês ele vê cem, cento e vinte reais. Dra. Claudia muitas vezes eu entrei na justiça do trabalho e alguns colegas nossos que já estavam aposentados colocavam lá, impossibilidade jurídica no pedido. Isso, porque, Dra. Claudia, pelo código civil é de pleno direito tudo aquilo que se embasa em coisas falsas, mas no direito do trabalho, não. Direito do trabalho na medida que surtiu efeitos, o indivíduo deve ser indenizado por aquilo que ele já fez. Então o que eu quero dizer para vocês é que a situação é grave, nós vamos enfrentar gente especializada. Dentro das indústrias, a primeira indústria salvo melhor memória, é a primeira indústria petrolífera que movimenta milhões de dólares e em oitavo lugar está a indústria do tráfico de pessoas, perdendo para a indústria do tráfico de armas e drogas. Com o desaparecimento dessas pessoas surge um mercado promissor que é a venda de órgãos. E uma coisa curiosa eu conversava com um amigo médico do hospital das clínicas, vocês do CRM tem que se sensibilizar



com o problema, verificar criteriosamente da onde vem esse doador. E muitas das vezes quando o cadáver já está lá, é uma briga vem o pessoal da urologia, vem o pessoal da pneumonologia, da fisiologia e detalhe, está escrito na ficha que o cidadão não é doador. Então é preciso que nós estejamos com os olhos bem abertos, é preciso uma reforma sindical, é preciso rever a questão do FAT, é preciso rever a lei 6615, porque eu acho que o caso do imigrante não deve ser um caso da Polícia Federal, mas um caso de justiça. Chega do período de ditadura, isto sim, colocou a lei do imigrante como problema de segurança nacional e não é. O imigrante vem aqui atraído por uma vida melhor, todo ser humano aspira dias melhores. E detalhe a imprensa está aí colaborando. É muito comum a gente ver aí nos jornais, alemão alto, forte, musculoso, olhos azuis, procura esposa e aí a mocinha que responde o anuncio é que dança. Eles colocam essas mocinhas em avião separado, cada uma destas mocinhas recebem mil dólares e ficam em pontos isolados e isso movimenta o mercado de shows eróticos de prostituição. Dia desses eu estava na avenida Duque de Caxias em São Paulo e tentava telefonar para o meu neto, e detalhe tinha lá um cartaz pequeno no orelhão, índia paraguaia faz de tudo basta procurar e telefone embaixo. Será que ela faz de tudo porque quer? Então companheiros esse mercado de 19 bilhões de dólares, nós precisamos falar a mesma língua, precisamos de políticas públicas com pessoas que se sensibilizem com o tema. Nós não podemos mais ter 7 bilhões e 200 mil pessoas sem condições de habitação, nós não podemos ter mais de 2 bilhões e 900 mil pessoas vítimas de acidente de trabalho, nós não podemos mais ter os cortadores de cana vítimas do trabalho que morrem lá mesmo. Não há um banheiro, as pessoas que cortam cana defecam e urinam na zona franca. Isso para mudar esse cenário que não é trabalho escravo é trabalho de servo. Nós precisamos trabalhar, mas nós precisamos sair do discurso à prática. Nós temos que agir e agir forte, criar pressão. E temos que falar uma língua única, fazer propaganda. Era isso, desculpe a força do meu entusiasmo, mas como filho de imigrantes, português e italiano, eu sou um homem honesto. Muito obrigado.

**ESTELA SCANDOLA**

**IBISS|CO - Instituto Brasileiro de Inovações  
pró-Sociedade Saudável do Centro-Oeste**

Eu quero dizer que eu fui à Bahia estes dias e um camarada chamado Jorge ele tem um rap que diz assim, eu fui falar lá no IBISS e a Vânia ficou muito brava comigo, o rap começa assim “vou enegrecer a sua alma, denegrir sua consciência, olha a cor do quadro, é lá que está a história, quem escreveu a história olha a cor do giz”. Eu não vou esquecer jamais disso, porque eu penso que a gente precisa fazer da nossa alma, um pouco mais negra, um pouco mais índia, um pouco mais árabe, um pouco mais japonesa, um pouco mais tudo para a gente compreender as culturas.

Bom gente, me pediram para fazer uma introdução, eu gostaria que vocês marcassem 10 minutos não mais do que isso. Bom, na história da humanidade política pública nasceu pela ótica dos desgraçados. Quem era o desgraçado, aquele que estava fora da graça do divino. Portanto você precisava acudir o pobre, as mulheres, os velhos, porque eles em algum momento até a sua sétima geração, pegavam algumas partes bíblica e diziam eles pecaram portanto caíram em desgraça. Por isso os hansenianos eram vítimas da desgraça, que eram os leprosos, os tuberculosos, aqueles nomes todos que falavam. Passar disso para pensar política pública como direito não é fácil, porque no nosso meio a gente continua fazendo política pública pela ótica dos desgraçados. Então quem está na graça de Deus tem direito às políticas e os desgraçados, os que estão na graça de Deus, mas é uma graça de Deus feita pelos brancos, heterossexuais, europeus, sexo masculino prevalentemente, ou seja, pensar política pública sobre a ótica do direito é muito difícil, porque nós aprendemos a pensar a história de atender pessoas sob a ótica de quem anda de uma certa forma correto com as regras sociais, só que essas regras sociais foram feitas por um conjunto de pessoas que não pensou sobre a ótica dos diferentes, mas sobre a

ótica de quem era heterossexual, branco, masculino, com o pensamento alinhado ao pensamento europeu. Então pensar política pública no Brasil é um desafio imenso, porque toda vez que a gente vai falar de política pública a gente tem que corrigir no caminho para ver se a gente não está fazendo política pública para branco, heterossexual, com pé em descendência, com pensamento machista, masculino, europeu. E a partir dos movimentos sociais que alinharam a Constituição de 1988, o Brasil muda no papel o seu formato, o Brasil muda na constituição de 1988, três questões que para mim são centrais para fazer políticas públicas. Primeiro, que a política pública tem que ser pensada não mais sobre a ótica não mais de políticas sociais ou políticas econômicas, mas o desenvolvimento deve ser pensado a partir do artigo primeiro da constituição, como um desenvolvimento que leve em considerações tudo, as políticas sociais e econômicas falando de forma harmônica. Isso foi muito bonito. Mas aí a gente continua pagando o juros da dívida em detrimento de políticas públicas e fazemos desvinculação com os recursos da união, ou seja, as políticas sociais continuam sendo políticas para os desvalidos, desgraçados, ou seja, continuamos com um pensamento de menor importância para as políticas sociais em detrimento das políticas econômicas.

A segunda questão que eu considero importante na política social brasileira, que ela finalmente disse quem é que tinha direito às políticas públicas. Então ela universaliza a saúde, universaliza a criança e o adolescente, universaliza os direitos da mulher, mas não universaliza nem a previdência, nem a assistência social, a previdência é só para quem contribui e a assistência social só para os desvalidos e não para quem dela necessita.

E mais do que isso, duas correntes de pensamento na assistência social se tornam muito importantes, uma corrente de pensamento acha que a assistência social é só para o recorte financeiro, então até tal renda per capita vai ter direito a assistência, e outra corrente de pensamento que diz que a assistência vai ser para todos que dela necessitam independente do recorte financeiro, majoritariamente os governos do Brasil, tem implementado um recorte financeiro na questão

da assistência social, ou seja, a assistência social passa a ter uma cobertura a partir da ótica da renda financeira, essa é uma questão. Bom, então a gente teve essa discussão da relação entre política econômica e política social, a questão da cobertura que foi muito importante, a melhor cobertura da constituição é a do meio ambiente, que fala assim, que o meio ambiente é um direito dessa e das futuras gerações, ou seja, meio ambiente precisa ser pensado não só a partir do que a gente tem hoje, mas pelo o que a gente quer para o futuro. A terceira questão que eu acho fundamental na constituição é a equidade. A equidade traz para nós uma discussão que é fantástica do ponto de vista das políticas sociais. Ou seja, é preciso pensar diferentemente sobre os diferentes, para que todos tenham acesso diferentemente de forma igualitária. Então não é pensar todo mundo igual. A partir desse tripé da constituição de 1988, as políticas sociais e os movimentos sociais se dividiram, cada um foi por uma parte, então o pessoal da saúde ficou na saúde, o pessoal da educação, o pessoal da criança, o pessoal da assistência social, cada um foi por uma parte. E essas políticas começaram a ser pensadas de uma forma diferente. Então novamente, mesmo que na constituição de 1988 a gente tenha juntado, de lá para cá nós nos dividimos e raramente fazemos pensamentos coletivos sobre determinado problema. Então as políticas públicas começam a ser desenhadas de forma paralela e não de forma coletiva, por exemplo, elas não são mais articuladas, por exemplo é raro você chegar num município e todo mundo sentar junto para saber como vai ser o seu orçamento, a assistência pensa o seu orçamento, a criança pensa e assim por diante. Ou seja, não temos hoje uma articulação de políticas públicas, nós temos alias, uma desarticulação de políticas públicas e às vezes os únicos momentos em que as políticas públicas se juntam é quando alguma organização da sociedade civil provoca o encontro das políticas públicas. Porque geralmente na sociedade civil como ela tem muitas demandas ela acaba fazendo com que as políticas sociais se juntem. A partir de 1996, 1997, começa uma discussão que também é muito importante nas políticas sociais, que foram os recortes das políticas transversais. Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente seja a primeira lei

aprovada pós-constituição de 88, não foi a criança que fez a primeira política transversal, muito pelo contrário, novamente a criança ficou pendurada na assistência social, como se direito da criança e do adolescente fosse um direito da assistência social e novamente a criança não conseguiu fazer a transversalidade.

Mas é na política que vai ser criada depois desses anos que a gente começa a ver políticas transversais, então a gente começa a ter, por exemplo, um Plano Nacional contra a homofobia, em que todas as políticas sociais são chamadas a dizer o que vão fazer. O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres onde todas as políticas são chamadas, um plano nacional de política para a população negra e quilombola, onde todas as políticas vão estar, ou seja, ou seja, nós começamos a desenhar no final da última década do século passado para cá novamente a transversalidade que a gente não tinha conseguido fazer no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Essa transversalidade a gente começa a achar muito importante porque a gente começa a perceber que uma questão social não pode estar pendurada em uma política, então não tem mais jeito, todas as nossas questões sociais elas vão ter que ser um processo de conversa entre as políticas e a partir dessas conversas é que a gente vai ter que construir as ações para o enfrentamento de qualquer coisa nesse país.

Então, inaugurada pelas mulheres, pelos negros e pelos homossexuais, a gente retoma as políticas nacionais de forma articulada. É bem verdade, que não conseguimos até o momento monitorar quais são as formas que cada política age numa questão social, não sabemos se é o Conselho Nacional da Mulher que vai fazer com que a saúde, a educação, o trabalho ou a assistência prestem contas, não conseguimos fazer isso. Para finalizar os colegiados de políticas públicas proliferaram no Brasil, o IBGE de 1998 falou que em cada município tinha cinco colegiados de política pública, hoje cada município tem no mínimo nove. Então municípios com 5000 mil habitantes tem nova, municípios como Campo Grande tem mais de 40 colegiados. Municípios como São Paulo deve ter mais de 200 colegiados. Então o que vamos fazer com tantos colegiados?

Então você tem hoje interlocutores fantásticos de políticas públicas, completamente setorizados e cada um trabalhando de forma bastante isolada. Não temos nenhuma experiência no Brasil que a gente pudesse dizer que estamos caminhando para reencontrar o eixo de discutir políticas sociais de forma coletiva. Era isso que eu tinha para falar inicialmente e espero que eu tenha provocado suficientemente.

## **DENNIS CALLE**

### **Polícia Federal**

Bom dia, meu nome é Denis e eu sou delegado da Polícia Federal, atuo em Brasília na coordenação de defesa institucional. A coordenação de defesa institucional ela possui três divisões, as que interessam aqui para o debate seriam a divisão para assuntos sociais e políticos, onde tem um serviço específico para questões indígenas, temos também a parte do Combate ao Trabalho Escravo e temos a divisão dos Direitos Humanos.

A questão do tráfico de seres humanos está dentro da divisão dos Direitos Humanos, que possui a tarefa de coordenar, planejar e orientar as ações policiais. Então o que a colega colocou sobre a operação Sabinas, que foi desencadeada no Mato Grosso do Sul, com um trabalho que surgiu em Mato Grosso do Sul e teve desdobramentos no exterior. Como foi colocado, a divisão dos Direitos Humanos, ela também possui a tarefa de fazer um enlace com os governos estrangeiros, como os da Espanha, da Suíça, enfim.

No departamento da Polícia Federal esta questão do tráfico de seres humanos ela começou a ser vista com outros olhos a partir de 1990, onde começaram a serem instaurados os primeiros inquéritos para se apurar uma conduta criminosa, só que o marco foi com a Convenção de Palermo, com a mudança da legislação e logo das ações policiais.

O departamento tem atuado com grande afinco no enfrentamento do tráfico de seres humanos, as nossas delegacias e os aeroportos internacionais também recebem os brasileiros que são deportados, que

passam por uma entrevista. No que é pertinente ao atendimento da mulher em situação de tráfico, a gente percebe que há uma grande dificuldade dessa vítima com a polícia. Muitas vezes a mulher ela se sente até envergonhada de vim deportada para o Brasil e falar que estava trabalhando lá com a prostituição, então há essa dificuldade. No aeroporto de São Paulo, de Cumbica, tem uma sala da secretaria de justiça onde eles fazem esse primeiro atendimento preliminar de conversa com essa mulher. Eu digo mulher porque é a grande demanda que tem, mas já tivemos operações com relação às travestis. A Polícia Federal também tem certa dificuldade na obtenção das informações, muitas vezes o que chega para nós, chega sem um autor, sem um local definido, às vezes sem um ponto de contato, então aproveitando o ensejo, porque temos pessoas de várias organizações aqui, conforme for da gente trabalhar um pouco mais com essa informação que é repassada para a polícia, seja polícia civil federal, rodoviária, porque a gente tem dificuldade de qualidade dessa informação que chega para nós.

O tema aqui abordado está bem amplo, abordando desde o trabalho forçado, até para fins de exploração sexual, e a Polícia Federal tem várias divisões lá, que atuam nessas áreas.

O perfil da vítima, geralmente elas já tem um histórico de prostituição. Eu já tive oportunidade de fazer um flagrante onde as vítimas que estão embarcando das três, duas negaram que estavam indo para exterior trabalhar com a prostituição. Numa entrevista você via uma empregada doméstica que tinha dois filhos, separada do marido, ganha um salário mínimo e estava pagando a despesa da viagem, mais de R\$4000,00, hipotecando a casa, dando como garantia, para ter um sonho de passar 15 dias na Itália. A gente sabe que essa mulher estava indo para fins de exploração sexual, então essa dificuldade realmente a gente tem. Vamos até colocar aí para debate, tá bom.

## SOCORRO MACIEL

### Delegacia de Polícia Civil do Pará

Bom dia, eu sou delegada da Polícia Civil do Pará e nós temos algumas experiências no caso do tráfico interno, porque ainda tem aquela coisa de que a Polícia Civil atua no âmbito nacional. Mas na maioria das vezes que a gente atua no âmbito nacional desencadeia também o tráfico internacional. Ele vem como complicador.

Então algumas experiências, por exemplo, no caso dos meninos, as travestis que vieram de Belém recrutadas para São Paulo. A gente quer colocar algumas experiências, porque como o delegado falou, realmente é muito difícil tipificar um flagrante. Se cobra muito de fazer o flagrante, a repressão, fazer o atendimento. Porém esse procedimento precisa de técnica, sensibilidade, precisa saber chegar até a essa vítima para que ela possa se sentir segura. E dentro de 24 horas adquirir confiança de uma vítima é muito difícil, então é muito difícil ela dizer que estava sendo traficada.

E tem toda uma outra situação, como é que ela vai ficar depois, quem vai dar esse abrigo, quem vai dar o apoio, cadê a segurança? E o Provita? Ninguém quer ficar aquartelado. Conquistar a confiança dessa vítima em 24 horas é difícil, só mesmo quando ela está muito fragilizada que ela chega a falar de alguns casos.

Não é só no Pará que acontece situações de tráfico, no Brasil acontece freqüentemente uma situação de tráfico, o problema é a gente visualizar a situação de tráfico. No tráfico interno, de um bairro a outro ela pode ter uma situação de tráfico, ela pode se prostituir num bairro e ser levada a outro por um cafetão que a coloque num lugar que a explore. Então essa é uma situação de tráfico. A problemática é quem deve proceder.

No Pará houve um caso que adolescentes foram recrutados e depois foram para São Paulo. Em São Paulo foram explorados, sofreram aplicações de silicone e implantes, com a permissão do adolescente. Mas se a gente ver que é adolescente, então inexistente a permissão dele. Então há muitos nós que precisamos desvendar.



## GRAÇA GADELHA

### Partners

Bom dia, eu sou Graça, diretora nacional de programas da Partners, e temos um parceria com o governo brasileiro com dois grandes projetos na área da exploração e tráfico de crianças e adolescentes. Nós que estamos em 17 estados brasileiros conseguimos compreender algumas falas que foram aqui expostas. Porque acho que tivemos avanços históricos no ponto de vista de princípios, valores. O Brasil trabalha hoje indiscutivelmente com um arco referencial de perspectiva de trabalhar essas temáticas pelos Direitos Humanos, então são mobilizadores, articuladores, temos uma riqueza fantástica de produção de planos, planos em diferentes níveis, agora mesmo com a Política Nacional se concretiza o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, onde para isso se transversaliza todas as ações a partir de um conjunto de outros planos que estão colocados. Quer dizer, numa perspectiva de se pensar a transversalidade que é um grande desafio nosso hoje enquanto sociedade brasileira, enquanto poder público, para trabalhar a questão das políticas públicas, em como traduzir direitos em políticas públicas. Ou seja, qual é a nossa capacidade de tirar isso do papel e transformar em política pública. E daí se a gente pensa num sujeito único, num sujeito singular, num sujeito individualizado, que foi explorada e traficada e daí você trabalha isso num contexto universal você vai ver que esse talvez seja um dos maiores desafios enquanto Estado brasileiro. Então é uma questão que precisamos construir e que somos extremamente estratégicos, mas pouco propositivos e operacionais.

Então nós temos uma dificuldade enorme do ponto de vista do alinhamento dos nossos conceitos, nós temos uma legislação brasileira que dá conta de todas as categorias, as tipificações, das questões relacionadas ao tema, mas ela não dá conta de fazer o alinhamento dessa questão penal com a impunidade. Porque nós temos uma dificuldade de trabalhar isso metodologicamente com as redes que trabalham esse tema. Temos um problema sério de como trabalhar essa criança e adolescente traficados com uma metodologia referencial de

atendimento. Nós temos uma dificuldade de construir o fluxo do atendimento, há um descompasso da relação entre os setores estratégicos com os conselhos Tutelares e os programas que eram os Sentinelas e hoje avançam com o reordenamento das políticas da assistência social, com relação aos CREAS.

Nós precisamos ter abordagens específicas, nós precisamos trabalhar com os educadores sociais e pela nossa prática no cotidiano desses municípios, que são aqueles que mais conseguem mais se aproximar desse perfil de público. Nós temos uma dificuldade muito grande de capacitar os atores que precisam ser capacitados nas diferentes políticas para que a gente possa transversalizar esse atendimento. Nós temos um problema enorme que é a falta de unificação desse sistema que trabalha as diferentes categorias, nós temos no Estado a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, mas não vivenciamos juntos a questão do abuso e exploração sexual.

Avançamos em trazer a questão do abuso e exploração sexual, pauto a Pestráf pelo valor político de trazer a questão do tráfico para exploração sexual.

Paralelamente a isso nós não conseguimos construir mecanismos que nos ajudem, que nos dê condições de fazer esse atendimento de forma humanizada, acolhedora, dentro dos princípios que o Brasil ratifica, como o Protocolo de Palermo, então na verdade temos muitos planos, temos políticas, normativas nacionais e internacionais, o avanço por caracterização do tráfico interno foi fantástico e até então havia invisibilidade do ponto de vista desse fenômeno no Brasil, mas ainda precisamos construir concretamente redes mais articuladas, profissionais que atuam nessa área mais capacitados, um sistema de informação que possa dar conta da capacidade desse fenômeno para que a gente possa efetivamente avançar nesse cenário que a gente precisa construir, que é o grande desafio de trabalhar as políticas dentro desse contexto de universalidade, mas reconhecendo que existe um sujeito que é único, que é singular, que tem uma peculiaridade que precisa ser tratada dentro desse contexto.

## IONE DE SOUZA COELHO

### Secretaria do Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária

Quero fazer uns apontamentos no que se refere à política da assistência social. Quando a Estela falou que a política da assistência abraçou e acalanta a criança e o adolescente até hoje, eu reforço dizendo que ela vai além da criança. São vários dos segmentos como processo de articulação da política da assistência social, atendimento, articulação e a briga por ações integradas para que a gente minimize esse quadro de desigualdade, exploração e exclusão que nós temos.

Com isso nós observamos que a assistência social de 2005 para cá, há uma reorganização. Então quando nós chegamos próximos da resolução, que é o local, o município, onde se dá a exclusão, o tráfico de pessoas ele é pouco identificado. E isso nós coordenamos junto com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, o programa de ações integradas e referenciadas de abuso e exploração à criança e o adolescente brasileiro, e isso a gente observa, por exemplo, na implementação desse programa que é a metodologia do trabalho em rede com o Sistema de Garantia de Direitos de Porto Murtinho, nós temos um quadro em que a Polícia Federal está muito distante. A área de abrangência dela é de competência, mas não tem alcance local, por causa da fronteira que nós temos. Então quando fomos conversar a respeito dos índios que vem para a mendicância e daí batem a porta da assistência, o abuso e exploração das crianças que vem com suas mães e os que vêm para exploração sexual, principalmente por ser um município de turismo. O turismo da pesca ele traz em seu bojo essa exploração, a gente observa que a rede acaba ficando fragilizada. Não que não tenha esse recurso, mas não dá para compreender esse trabalho de combate ao abuso e exploração orquestrado por nós, isso eu quero chamar muita atenção. É uma metodologia de enfrentamento ao problema, andando conosco a educação, a saúde, pois quando você chega no município tem violação e esse é um ponto extremamente

agonizante no nosso estado. Há também meninos e meninas que estão a mercê do turismo na relação homossexual. Então a gente precisa acompanhar de um pouco mais de perto essa realidade. Essa situação é comum nos 44 municípios de fronteira que esse estado faz, é uma situação alarmante. Ponta Porã eu aprendi que lá tem a onda azul e a onda branca, a onda azul e a onda branca são crianças paraguaias que atravessam a rua, é uma cidade gêmea, e estão nas escolas de Ponta Porã. A branca são as crianças que estão na rede municipal, de uniforme branco, e a azul as questões na rede estadual. Então por volta das 11h30 da manhã, você vê a onda que vai de retorno porque estão saindo da escola. Então falar de Política Pública quando os PSF, quero chamar atenção do recorte da assistência na lógica do recurso, da renda, o maior investimento do governo federal na assistência social está no benefício de prestação continuada em termos de recurso, que é com renda inferior a 1/4 do salário mínimo. O Bolsa Família também, e a lógica da assistência caminha por aí. No atendimento a saúde também é assim.

Aí a gente observa a questão da educação e da assistência, então eu aprendi também que temos que nos acauçar, mas as que nascem lá e vem para cá tem no seu registro, que é a questão não só da carteira de trabalho, mas do registro civil, então pega-se duas testemunhas na calçada e se registra no Brasil, porque o pai é brasileiro. Então a gente observa que se trabalhar a política social na lógica de sistema, que visa à proteção especial, que visa à proteção básica é complexo. Nós não podemos fechar os olhos para isso.

E a prevenção ela não passa pelo CREAS, ela passa pelo CRAS, no Mato Grosso do Sul nós temos 35 CREAS entre regional, local e 64 CRAS, então tem muito que é a porta de entrada da assistência. Tem várias formas de se trabalhar a proteção, mas a falta de informação do que é o tráfico e que são a migração no estado, há muitos anos a gente vem acompanhando, principalmente em Campo Grande que é o interposto, observa literalmente esse movimento de ir e vir e a descaracterização da cidadania e do cidadão porque nem documento ele tem mais. Porque ele tem estratégia de várias identidades para andar na estrada. Então isso é quem está na gestão da política da

assistência. Mas é importante estarmos construindo essa perspectiva da garantia de direitos, que nós falamos teoricamente e não concretizamos na prática.

## **FRANCISCO XAVIER**

### **Vice Cônsul do Paraguai**

Eu quero contestar a senhora Ione, porque a nossa fronteira em Ponta Porã e Pedro Juan é uma situação atípica, nós não temos lá uma pátria, é como se Ponta Porã e Pedro Juan fosse algo igual, hermanos. Alunos paraguaios que estudam em Ponta Porã, atualmente são 1000 crianças que estão estudando em Ponta Porã de pais paraguaios ou brasileiros. Na legislação brasileira diz que quando tem crianças brasileiras ou de pais brasileiros, a criança tem o direito. Nós temos uma carteirinha de fronteira, então eu quero explicar à senhora, em Porto Murtinho havíamos fechado o consulado porque não havia motivo, por isso digo a senhora que para esses assuntos há que se recorrer ao consulado de Guáira. Eu pessoalmente digo que estou com muito gosto disponível para alcançarmos a ordem, em favor dela, quando dela necessitem, quando as pessoas necessitem, por isso eu vou muito à Porto Murtinho. Participo muito dos encontros e me preocupo com as gentes do Brasil e do Paraguai.

## **CLÁUDIA ARAÚJO**

### **Ministério da Saúde**

Meu nome é Cláudia Araújo, eu sou do Ministério da Saúde e trabalho na Secretaria de Atenção à Saúde, na área da saúde da mulher, especialmente com o tema violência contra mulheres e com essa temática da violência doméstica, violência sexual, o tráfico de seres humanos, a exploração sexual de crianças e adolescentes e a pedofilia na Internet. Estes temas todos estão relacionados com o tráfico de seres

humanos e para nós do setor da saúde as questões da violência fazem parte de um exercício diário das nossas atividades, seja na gestão da política, seja na gestão local, ou seja, nos serviços.

O Ministério da Saúde levou bastante tempo para reconhecer a violência como problema de saúde pública, isso aconteceu em 1998, oficialmente se reconhece o problema como um problema de saúde pública, sendo que toda a nossa existência foi também para atender pessoas em situação de violência em várias áreas desse país.

Com esse reconhecimento formal do que seja violência para o setor saúde, que nós podemos desenvolver uma política específica, que trata desse tema como uma abordagem de saúde pública. E os desdobramentos disso vieram em 2001, com uma política para reduzir os acidentes e violência no Brasil, no setor saúde, é que nós podemos estar fazendo os desdobramentos com as políticas intersetoriais. Então se introduz a temática da violência na política de saúde da mulher, da criança e do adolescente, da saúde do idoso, do trabalhador, na saúde mental e em todas as outras políticas para que a gente possa ir unificando a discussão e se ofereça à atenção a isso. Ainda não se faz a atenção integral à saúde das pessoas em situação de violência no Brasil como deveríamos fazer. Como não se faz em qualquer parte do mundo. Mas o estabelecimento dessa discussão no sistema de saúde brasileiro faz com que os atores no próprio sistema busquem alternativas e estratégias para que a gente consiga desenvolver minimamente a formação de todos para essa temática. Para além do que seja a política que generaliza-se pelo sistema há o desdobramento no nível estadual e municipal com a formação das redes de enfrentamento a violência contra mulheres, crianças e adolescentes. E dentro dessas redes que a gente induz o setor de saúde local a se unir com outros setores, é que os temas são abordados e vai se tratando as questões na medida das possibilidades técnicas das pessoas.

Reconhecer violência hoje passa pela política de saúde como uma questão obrigatória. As formas de violências é que ainda estão sendo introduzidas a gostas muito cuidadosas.

Há pouco tempo a gente introduziu a atenção à crianças e adolescentes para a notificação dessas violências, então se capacita os pediatras do

Brasil inteiro via sociedade brasileira de pediatria, porque no sistema único de saúde há hierarquia é de baixo para cima, uma ordem do Ministério da Saúde jamais será cumprida se o profissional da ponta não compreender qual a missão dele naquela ordem, qual a função dele no enfrentamento daquela situação. São milhares de normas para a área da saúde, de manuais, de orientação. Mas o profissional precisa estar participe daquele processo para que ele execute a ação que precisa ser executada.

Então se introduz a atenção às mulheres vítimas de violência e exploração sexual, abre-se a discussão para o tráfico e abre-se a discussão para crianças e adolescentes. E a dificuldade do profissional de saúde em fazer o reconhecimento destas questões, ela é muito grande, porque nenhum profissional de saúde foi preparado para ter um olhar efetivamente voltado para essa questão. Então hoje é formas as redes e capacitar os profissionais e fazer com que eles se enxerguem num sistema maior que o sistema único de saúde, que é a cidade onde ele mora, o estado em que trabalha, que ele se integre nesse projeto. Num período de aproximadamente quatro anos quando a gente começou a fortalecer e formar o trabalho em rede, chegamos num patamar de 5800 profissionais das diversas categorias do SUS e de diversas outras interfaces que conseguiram fazer o aprendizado minimamente do que seriam as formas de violência que necessitam estar prontos e preparados para enfrentar nesse país.

Hoje a gente trabalha na perspectiva da intersetorialidade e isto é fazer a mudança do comportamento técnico de várias pessoas, então hoje a gente sabe com a Secretaria de Políticas Públicas para as mulheres, com a Secretaria de Direitos Humanos, com o Ministério da Justiça com a Assistência Social, para sabermos quais são as prioridades de cada um e onde se cruzam as nossas prioridades para que a gente chegue na ponta com mais qualidade. Com isto há a condição mínima de que a gente consiga cruzar políticas e fortalecer uma política só que a política de bem-estar das pessoas, de segurança global das pessoas.

Reconhecer tráfico de seres humanos como um problema de saúde, para os serviços de saúde, é um projeto ainda para nós que vai passar por muitas mudanças pelo Sistema Único de Saúde. Na forma de

alteração do sistema de informação, nas portarias que criaram os procedimentos médicos para o atendimento às vítimas, na remuneração dos serviços para esse tipo de atendimento, nas normas técnicas que precisarão ser desenvolvidas, nos manuais de orientação consensual que deverão ser inscritos a várias mãos para que o profissional de saúde consigam entender minimamente o que significa tráfico e como ele se depara com ele dentro de um hospital ou num atendimento de atenção básica ou num outro tipo de atendimento. E o reconhecimento, que é o mais importante, de que na saúde, não se faz enfrentamento a qualquer coisa que seja doença ou não doença se não for de forma integrada, com outras áreas. Isso para nós que estamos trabalhando com a violência há mais de vinte anos representa o avanço do avanço. Então, eu gostaria muito, se nós pudéssemos, no documento que saia daqui, pudéssemos fazer indicações de temas, de pactuações que precisam ser feitas, de acesso à informação para a área da saúde para a gente discutir melhor essa temática. Obrigada.

## **JOANA DARC**

### **Polícia Rodoviária Federal**

Eu vou passar uns dados aqui para ajudar a temperar a salada do almoço, tá. Dentro das atividades da Polícia Rodoviária Federal aqui no estado do Mato Grosso do Sul, eu quero compartilhar com vocês os resultados de 2006, é aonde foram encaminhadas aos países estrangeiros 100 pessoas. Dessas 100 pessoas, nós tivemos um número de 61 que são bolivianos e doze são de chineses, que entraram pela Bolívia para ir até São Paulo. Então de 100, trinta e nove ficaram com tráfico de drogas. E um outro número aqui é a respeito do menor infrator (essa foi doída), em 2006, cento e quarenta e seis menores, dos 146, cento e quarenta e três envolvidos com tráfico de drogas. E menores vítimas em 2006, trinta e seis. Até agosto de 2007 nós já



estivemos aí um número de 45 menores infratores, tá, envolvidos aí com o tráfico de drogas e de estrangeiros 45. Então é um número que nos preocupa e aqui eu gostaria de deixar até um pedido e um alerta que esses problemas que ocorrem nas rodovias eles não ocorrem de horário comercial de segunda à sexta. A maioria acontece nas madrugadas, sábados, domingos e feriados. Então a nossa grande dificuldade é você pegar essa criança, pegar esse menor e dar o encaminhamento. Dia primeiro agora, sábado às 18h30 da tarde duas crianças de 11 anos vindo de Aquidauana foram é, teve um caminhoneiro que passou e denunciou no posto, um colega foi até lá pegou essas duas crianças e foi uma novela para conseguir encaminhar essas crianças. Telefone de conselheiro tutelar não atendia, quando conseguia falar não era com aquele que tinha que entregar, então aquela dificuldade. Conseguiram contato com a mãe dessa criança e a mãe simplesmente falou: do jeito que ela foi ela volta. Agora eu pergunto ao senhor, eu policial estou com essa criança lá na rodovia, ninguém quer receber, a polícia está lá, eu estou fazendo o meu papel. Eu vou fazer o quê com essa criança? E nesse exato momento tem um acidente e eu preciso ir lá para o local atender o acidente, socorrer vítimas. E as crianças? Então os números estão aqui, mas poderiam ser bem maiores se essa rede realmente existisse e funcionasse. Esse aqui é o meu desabafo para vocês, bom almoço.

## **ANTÔNIO SARDINHA**

### **IBISS/CO**

Bom dia a todos e todas, não vou excluir, ninguém. Bom, nós vamos dar continuidade a mais uma atividade provocativa antes de encerrar essa manhã. Nós vamos convidar o Fernando Cruz, que é um parceiro nosso para uma apresentação cultural que vai nos fazer pensar algumas coisas.

## **BERNARDO BRASIL**

### **Ministério das Relações Exteriores**

Eu sou o Bernardo, do Ministério das Relações Exteriores, eu sou diplomata trabalho no Itamaraty e trabalho na divisão de assistência consular. Nós vamos falar hoje primeiramente da questão internacional, da assistência consular que é de maneira geral a atitude do governo brasileiro perante os brasileiros fora do Brasil, o nosso colega vai depois introduzir a parte técnica do Protocolo de Palermo e o Gilberto vai tentar amarrar as duas questões com a nossa contribuição.

Eu temo que as nossas apresentações vão perder um pouco a dramaticidade do nosso predecessor, né, mesmo porque agora têm luz, mas nós vamos tentar fazer o melhor possível, de preferência breve, né? Vamos tentar ser breve até para dar espaço para vocês falarem.

O Ministério das Relações Exteriores, se vocês olharem a divisão do ministério, tem muitas áreas que são de natureza política, às vezes com corte geográfico, departamento de armas, departamento de tropas, às vezes com corte temático, meio ambiente aqui, desarmamento ali, direitos humanos mais adiante. Esse aspecto do corte temático uma área que se sobressai é a Coordenação Geral de Combate à Violências Internacionais, que tem um papel muito importante também nas nossas ações de enfrentamento do tráfico de pessoas. Participou dos grupos de trabalho da política nacional e do Plano Nacional, só que menos na parte do atendimento que é o vulto nesse nosso encontro aqui e mais na parte de repressão, de combate ao crime propriamente dito.

A área consular é a área que diz respeito à atenção aos brasileiros ou as comunidades brasileiras no exterior, isso é a diferença entre uma embaixada e um consulado, basicamente. As embaixadas do Brasil tratam das relações entre o governo brasileiro e o governo dos outros países. Os consulados do Brasil tratam das relações entre o governo brasileiro e os indivíduos brasileiros, ou comunidades brasileiras, em outros países. Às vezes você têm nas embaixadas, um setor consular, porque às vezes a comunidade brasileira é pequena, a demanda não é tanta, às vezes você vai ter consulado separado das embaixadas, que

podem ser um, podem ser dois, podem ser cinco do tamanho que a comunidade brasileira demandar naquela jurisdição específica.

Nesse sentido, uma coisa que precisa ser dita e que nem sempre fica muita clara é que em termos de serviço exterior nenhuma outra área sofreu tamanha metamorfose, uma reviravolta, nos últimos anos quanto à área consular. Não digo porque é a minha área, não vou puxar brasa para minha sardinha não, mas isso é fato.

Até os anos 80, isso é pra gente se entender como é que se inicia, até os anos 80 o Brasil era um país basicamente de imigração, ou seja, pessoas saíam de seus países para virem morar no Brasil, raramente brasileiros saíam do Brasil para irem morar em outros países. Tinha casos de comunidades brasileiras em nossas fronteiras, sobretudo no Paraguai e, um pouco nos Estados Unidos ali, Nova York, Rua 46 e tirando isso eram situações pontuais.

Então toda a assistência consular era uma área do serviço exterior que tinha muito pouca visibilidade porque você não tinha um número muito expressivo de brasileiros no exterior, pouca verba, pouco prestígio. Há 20 anos atrás muitas vezes a prestação de assistência consular era tipo: olha tem 10 dólares aqui, cara vai tomar um café aí, vê se pega uma pensão, se precisar de mais me avisa. Quer dizer não tinha verba, não tinha...

De alguns anos para cá, a partir dos anos 80 principalmente, e cada vez de uma maneira mais acentuada, essa situação se modificou completamente. Hoje em dia nós temos um número muito expressivo de brasileiros vivendo no exterior. Ou seja, teve todo um êxodo dos brasileiros daqui, um fenômeno todo dos dekassegui no Japão, por exemplo, que hoje em dia já são mais de 320 mil brasileiros lá, sendo que o número total de brasileiros nesse momento que existe no exterior é muito difícil de avaliar, porque nós temos muitos brasileiros em situação irregular, note-se que nós não usamos o termo ilegal. O brasileiro no exterior em situação irregular, no nosso ponto ele está irregular, ele não cometeu nada de ilegal, ele não está na ilegalidade, porque o brasileiro tem o direito de sair do Brasil a hora em que ele entender e não precisa preencher nenhum pré-requisito para isso.

Se o país onde ele vai, vai considerá-lo ilegal, isso é uma questão da legislação daquele país. Cabe aquele país decidir quais são as condições para que o brasileiro fique lá, portar um RG brasileiro, ter passaporte, para isso precisa de visto, como é que se consegue o visto, isso não é problema nosso. É do país que recebe.

Então, a nossa estimativa é que a gente tenha contando com os brasileiros residentes no exterior e os brasileiros que estão de passagem, turistas, estudantes de intercâmbio ou brasileiros em trânsito, nós estimamos que há aproximadamente 5 milhões de brasileiros no exterior nesse momento em que nós falamos. Um pouco mais, um pouco menos, isso é mais do que a população de alguns países como vocês sabem.

Então hoje em dia, a assistência consular tem uma visibilidade muito maior, você tem situações que caem na mídia, é o furacão Katrina, que cria o problema dos brasileiros em New Orleans, é o problema do Líbano que existe a inserção dos brasileiros. Em cada momento a gente está lidando com uma situação diferente, então o que acontece, e aí é onde entra o problema do tráfico de pessoas. A medida que você vai tendo mais brasileiros no exterior, o que em si não é uma coisa ruim, você vai tendo mais problemas com brasileiros no exterior. E mais problemas não só em termos de um número maior de problemas, como a natureza de problemas completamente diferentes.

Até um tempo atrás a maior parte das prestações de assistência consular que nós tínhamos eram questões pontuais era um problema num lugar, outro problema em outro e a gente ia resolvendo pontualmente cada caso. De algum tempo para cá com o crescimento do número de brasileiros no exterior e o fluxo de brasileiros de lá para cá e daqui para lá, os problemas foram se tornando sistêmicos. Ou seja, não é uma questão pontual que vai ser resolvida com uma ação, com uma passagem que você pagou para aquele brasileiro voltar para o Brasil. Esse tipo de problema acabou, você tem problemas que são sistematicamente repetidos, sejam questões de discriminação de brasileiros no exterior, de maus tratos em aeroportos no exterior e de muitas outras questões, inclusive de tráfico de pessoas.

Trafico de brasileiros para o exterior não é mais uma questão pontual, ele é uma situação sistemática que acontece todos os dias e envolve redes de tráficos que age de maneira contínua e que dessa maneira exige uma resposta que não é mais uma resposta pontual, é uma maneira de pensar a comunidade no exterior e os problemas que essa comunidade tem.

Um dos nossos consulados eles agem, evidentemente o Itamaraty esteve presente na negociação do Protocolo de Palermo, foi inclusive o ex diretor do departamento de comunidades brasileiras no exterior, ao qual pertence a minha divisão, divisão de assistência consular, que participou das negociações. E posteriormente nós participamos da reunião da OEA sobre trafico de pessoas e Isla Margarida na Venezuela onde estiveram presentes praticamente todos os países do continente americano. E também depois disso, houve a declaração de Caiscais, em que nós fizemos um documento bilateral com Portugal. Inicialmente, o primeiro encontro foi em Lisboa, especificamente em Caiscais, que é uma cidadezinha adjacente à Lisboa e depois em Brasília. Até esse momento é o documento bilateral que nós temos mais avançado com outro país para o enfrentamento do tráfico de pessoas.

Uma percepção que o Itamaraty vem cada vez mais tendo na área consular é que não basta você explicar ao brasileiro numa situação de desvalimento, por exemplo, de trafico, as limitações, que são muitas, dentro das quais a assistência consular tem que agir. Nós temos muitas limitações legais que nos impedem às vezes de tomar determinadas atitudes, um exemplo, nós temos uma verba para repatriação de brasileiros, significa comprar a passagem de um brasileiro numa situação em que ele não possa pagar por ela, uma situação de desvalimento, por exemplo, uma situação de tráfico, de volta para o Brasil. Mas e as condições para que a gente possa liberar essa verba, por exemplo, a volta tem que ser para o Brasil, não pode ser de um país para um terceiro país. Eu não posso pagar a passagem para um brasileiro sair da Itália e ir para a Espanha, tem que ser da Itália pro Brasil, da China para o Brasil, da Espanha para o Brasil, da onde quer que seja, é uma limitação legal. Agora eu não posso, por exemplo, trazer para o Brasil um brasileiro que seja nacional do país em que ele está.

Então se o brasileiro tem dupla nacionalidade, por exemplo, ele é brasileiro e italiano, na Alemanha ou na Suíça eu posso trazer ele para o Brasil, mas se ele é brasileiro italiano e está na Itália eu não posso trazer ele para o Brasil, porque ele é um cidadão italiano, então há um entendimento de que é responsabilidade do governo italiano cuidar de seu cidadão, se é um cidadão italiano então eu não posso interferir sobre ele na Itália, por mais que ele também seja brasileiro, mas o que acontece, isso é real, não há uma perspectiva de que essas limitações mudem amanhã.

Elas podem evidentemente ser revistas ao longo do tempo, mas sempre com anuência dos países onde se encontram os brasileiros, então não depende sequer exclusivamente do governo brasileiro, mas elas podem ser contornadas de que maneira, quando a gente vê um colóquio como esse, uma reunião como essa, a gente vê pessoas oriundas das mais variadas organizações. Tem gente aqui que vem de organizações não governamentais, outras que são parte do governo brasileiro de várias áreas diferentes, outras são de fundações, são de universidades e quando a gente passa a ter conhecimento de pessoas que nos acompanham no tráfico de pessoas nós começamos a poder encaminhar o brasileiro, no caso de que a limitação da assistência consular se imponha a quem possa prestar assistência de algum gênero. Olha, eu não posso legalmente resolver esse problema que você está pedindo desta maneira, mas eu sei quem pode.

Outro exemplo clássico, problemas que a gente tem recorrentemente com a assistência consular, vítima de crime, pessoa desvalida, muitas vezes com problemas de saúde, sem condições financeiras, família sem condições financeiras, trazendo de volta para o Brasil. Por lei eu só posso trazer o brasileiro até o primeiro ponto de retorno ao Brasil, significando que eu posso pagar 3500 dólares para trazer um brasileiro da China para o aeroporto de Guarulhos, mas eu não posso pagar um ônibus para esse brasileiro ir do aeroporto de Guarulhos até o centro de São Paulo, não é porque eu não queira, é porque no momento em que ele está no Brasil ele deixa de fazer jus à assistência consular.

Então, nessa maneira, como é que a gente tem feito, como é que cada vez mais a gente tem feito, encaminhando o brasileiro a quem possa, a

organização, então chegou ao aeroporto de Guarulhos, eu não posso fazer você chegar até a sua casa no Amapá, ou em Roraima ou em outro lugar distante, mas eu sei quem pode. Eu vou ser breve então para encerrar e deixar uma provocação, uma constatação que a gente também tem e tenta resolver no dia a dia, mas que continua sendo verdade é que a assistência prestada aos brasileiros no exterior é uma realidade, é um esforço, cada vez maior, cada vez mais concreto, mas é uma área da atuação do governo brasileiro que nós hoje estamos muito primária ainda.

Nós estamos engatinhando ainda na assistência consular, porque é uma área que a gente constatou há muito pouco tempo que existiam comunidades brasileiras no exterior e que necessitavam de nossa ajuda de uma maneira sistemática, agora que nós estamos começando a aprender de como lidar com essas situações e nós temos um longo caminho pela frente. Agradeço aí pela atenção e passo a palavra para meu colega aqui do lado.

## **ANTONIO SIUFI NETO**

### **Ministério Público Estadual**

Boa tarde a todos. Meu nome é Antonio Siufi Neto, promotor de justiça e membro do Ministério Público estadual, já tenho 20 anos de carreira, 15 como promotor de justiça e cinco como procurador de justiça. Entre todos aqui presentes com certeza eu sou um neófito nessa área de tráfico de seres humanos, sou um aprendiz nessa área, até porque estou no comitê de enfrentamento ao tráfico de seres humanos a poucos meses, pois como procurador de justiça a agente atua muito no Tribunal

de Justiça e junto com alguns desembargadores, ao contrário do promotor que atua no órgão de execução e junto com os juízes e delegados. Então nós temos um pouco de experiência nessa área, fomos coordenadores do Daerco, grupo do Ministério Público que combatia o crime organizado. Esse grupo é um grupo estadual e continua o seu trabalho. E na verdade viemos falar do atendimento às pessoas em situação de tráfico, segundo a ótica do Protocolo de Palermo.

Bom, eu disse a Estela que como convidado da área jurídica eu ia fazer um trabalho de pesquisa sobre o protocolo, sobre a implantação do protocolo, sobre a colocação como norma jurídica na nossa federação nacional. O protocolo é decorrente de uma convenção das Nações Unidas que trabalhou contra o crime organizado transnacional. Nessa convenção foi aprovado os dois protocolos relativos ao combate ao tráfico de imigrantes por via terrestres, marítimas e aéreas e a prevenção, punição e repressão do tráfico de pessoas e das mulheres e crianças. Como esse tratado, essa convenção, foi feita em Palermo, recebeu então a nomeação de Protocolo de Palermo que ocorreu no ano de 2000.

Bom, mas como é que o Protocolo pode ter efeito na nossa vida nacional, a Constituição Federal no art. 49, inciso 1, diz que cabe ao Congresso Nacional, competência exclusiva do Congresso Nacional, resolver definitivamente sobre tratados e acordos ou atos internacionais que acarretem cargos ou compromissos para o patrimônio nacional. Dessa forma, também o artigo 5º da Constituição Federal, parágrafo 3º diz que os tratados e convenções internacionais sobre os Direitos Humanos que forem aprovados em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quinto dos votos, serão equivalentes as emendas constitucionais. Então é dessa forma que uma norma internacional, regulamentada pelo Congresso Nacional e depois aprovada, entra como norma jurídica e como tal deve ser respeitada como uma emenda da nossa Constituição Federal.

E continuando com o procedimento legislativo, no ano de 2003, o presidente Sarney, baixa um decreto legislativo reconhecendo essa



convenção, o Protocolo de Palermo como norma jurídica a ser aplicada no Brasil. (39:57)

Em 2004, o presidente Lula, considerando que o Protocolo entrou em vigor em 2003 e no Brasil em fevereiro de 2004, ele autoriza através do decreto 5017, a convalidação do protocolo como norma nacional.

Bom, aprovada a norma, entra na nossa vida jurídica o protocolo e o protocolo é claro ao defender o tráfico de pessoas. E o que é o tráfico de pessoas? É causa e consequência de violações de direitos humanos, é uma ofensa aos direitos humanos, porque explora a pessoa humana, degrada a sua dignidade, limita o seu direito de ir e vir, entre tantas outras violações. É em consequência do desrespeito dos direitos humanos porque o tráfico de pessoas é fruto das desigualdades socioeconômicas e da falta de educação, de poucas perspectivas de emprego, de realização pessoal, políticas de saúde precárias e na luta diária pela sobrevivência.

O tráfico de pessoas, em outras palavras, encontra terra fértil no conjunto de violações de direitos humanos. Sendo o resultado de fracassos do sistema de defesa e garantia dos direitos. Toda normativa internacional e a incorporação da visão do cidadão, de qualquer origem, gênero, classe social ou nacionalidade, como sujeitos de direitos inalienáveis, ainda não foram capazes de impedir a escravização de milhares de pessoas para fins sexuais, trabalhos forçados e remoções de órgãos entre outras formas de exploração.

Eu quero confessar para vocês que antes de entrar, de fazer parte do comitê eu não tinha noção do tamanho do problema que é o tráfico de seres humanos. É a terceira maior renda ilícita do mundo, movimentando 31 bilhões de dólares ao ano, estimativa da Unioc. E de qualquer forma é um assunto que a gente apaixonou, que começa a ver, começa a trabalhar e perceber o quanto é necessário a atuação do Ministério Público, seja ele estadual, seja ele Federal, porque envolve o direito à cidadania, o direito primário de cada indivíduo nacional ou internacional.

A prática da legislação internacional de abrigo ou proteção ao tráfico de seres remonta a um longo período, desde 1814 através do Tratado de Paris, entre a Inglaterra e França, se ocupou esse tratado de defender

ou proibir o tráfico de negros que eram objeto de comércio da escravidão.

O Protocolo, na verdade é o terceiro estágio desse início da legislação internacional e hoje no Brasil poderíamos dizer que é a principal arma legal no combate ao tráfico de seres humanos. Não é (43) na definição do que o Protocolo diz sobre o combate, o documento define o tráfico como recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas por meio de ameaças, uso de força, outras formas de coerção, de rapto, de fraude, engano, de abuso de poder de uma posição de vulnerabilidade, ou de dar e receber pagamentos ou benefícios para propósito de exploração.

O Protocolo define ainda e inclui no mínimo a exploração da prostituição ou das outras formas de exploração sexual, trabalhos, serviços forçados, escravidão ou práticas análogas a escravidão, servidão ou a remoção de órgãos.

A partir de então, da entrada em vigor do protocolo, tivemos em 2003, época em que o Sarney assinou a aplicação do protocolo no Brasil como resposta a exploração sexual, aquela CPMI da exploração sexual da mulher, a partir dali em 2005 nós tivemos alteração no código penal no artigo 131, que diz respeito ao tráfico internacional de mulheres para exploração sexual e um acréscimo no artigo 231 letra A que diz sobre o tráfico interno.

Sem contar que o protocolo protege a vítima do tráfico de pessoas dizendo que independentemente dela ter ido com seu consentimento ou não, passa a ser vítima e como tal deve ser tratada pelas legislações internacionais.

Eu entendo que o trabalho de atendimento a essas vítimas está longe do que diz o protocolo no que diz respeito a assistência integral dessas vítimas. O protocolo manda que cada Estado aplique as medidas que permitam a recuperação física, psicológica e social das vítimas do tráfico de pessoas incluindo, se for o caso, em cooperação com as organizações não governamentais, organizações competentes e outros elementos da sociedade civil, em especial o fornecimento de alojamento adequado a essa vítima, no aconselhamento e informação especialmente quanto aos direitos que ela possui, a assistência médica

psicológica e material, oportunidades de emprego, educação e formação dessa vítima, além de adotar medidas que venham a dar pelo estado em que ela encontra ou país a possibilidade do acolhimento e também, se for o caso, o repatriamento das vítimas do tráfico nessas pessoas.

A realidade na verdade não se adequa aos limites e a todas as obrigações do Protocolo de Palermo. Mas eu entendo que assim como houve a evolução da área doméstica com a lei Maria da Penha, o protocolo poderia evoluir para uma lei nacional no sentido de dar toda a garantia legal e na verdade dizer quais são os crimes neles previstos com a penalização e com a sanção penal para os infratores dessas leis em um desses artigos e poderia inclusive essa lei ser também tida como crime hediondo até para que os autores desses ilícitos não tivessem as regalias de fiança, liberdade provisória e que viessem a cumprir a pena hoje não mais em regime fechado, mas pelo menos 2/5 ou 3/5 da pena deveriam cumprir em regime fechado.

Além disso, acho que fica como sugestão o atendimento destas pessoas vitimadas implantar nos órgãos de investigação do estado, seja a polícia federal, as polícias civis, as polícias internacionais, implantar um banco de dados confiável, propor alteração legislativa e constitucionais necessárias para coibir esta nefasta prática sobre o aspecto trabalhista e criminal, criar departamento especializado e devidamente aparelhado na polícia federal para a eficaz investigação desses crimes, proporcionar treinamento aos agentes no que couber nos assuntos da repressão, sensibilizar os procuradores, os promotores e operadores do direito, especialmente aqueles que trabalham na área criminal sobre a dimensão enorme desse problema.

E também como um todo, sempre que possível participar destas oficinas, das jornadas, seminários, para ampliar o debate e a conscientização dos principais agentes envolvidos na apuração, repressão, prevenção dos delitos estipulando a participação da comunidade em geral.

O que nós percebemos é que o governo federal atual acabou sensível ao problema, elegeu como uma de suas políticas sociais o enfrentamento da situação, o que é louvável, mas é interessante também que nós estamos aí operando direitos e estamos no dia a dia na

frente de batalha e entra a consciência de que é preciso diferenciar o ato de assinar e ratificar tratados internacionais e desenvolver políticas com as dificuldades reais de implementação de planos e a consolidação dos resultados que são esperados pela sociedade em geral.

Dessa forma então, só para lançar a provocação fica aqui a nossa expectativa de que uma lei federal venha a dar amparo então a esses crimes que foram descritos no protocolo de Palermo e de qualquer forma a sociedade possa evitar que continue acontecendo estes crimes hediondos e ilícitos colocados em nível nacional e internacional. Por enquanto é isso e muito obrigado.

## **GILBERTO RODRIGUES**

### **UNISANTOS**

Boa tarde, é um grande prazer estar aqui com todos vocês, todas e todos, alguns eu estou vendo nessas lutas inseridos e como estou conhecendo nesta oportunidade, queria cumprimentar Estela Scandola, na sua pessoa abraçar todos aqui presentes.

Aproveitando que nós estamos num tablado de teatro e teatro é tão antigo enquanto a tragédia, eu vou pedir para que a minha provocação receba a adesão de vocês num pequeno exercício que eu vou fazer. Meu nome é Gilberto Marcos Antônio Rodrigues, eu sou professor de Direito Internacional, da Universidade Católica de Santos e tenho desde 2004, especificamente novembro de 2004, venho trabalhando o tema do enfrentamento do tráfico de pessoas. Nessa oportunidade fui a Brasília convidado pelo governo, por algum tempo estar participando, discutindo as questões de natureza do direito internacional, do direito consular que é a área em que eu atuo tanto na graduação em direito quanto no mestrado em Direito Internacional na Unisantos. Essa é a minha origem, de onde venho, Santos.

Então eu proponho a vocês uma provocação já direta: o que é ser estrangeiro? A situação é a seguinte, nós estamos em outro país e os nossos colegas que são de outro país podem já sentir isso, eu vou pedir

para todos vocês fecharem os olhos por alguns segundos e vou pedir para vocês ficarem de olhos fechados e escutarem essas três perguntas. Quem me protege? Quem me defende? Quem me orienta? Vocês perderam o passaporte, o passaporte foi extraviado, roubado, sem passaporte num país em que vocês não falam o idioma, vocês não tem amigos, ou mesmo que tenha, mas esses amigos não podem interceder por vocês.

Então você sente que nesse momento você é um estrangeiro, isto tem uma condição muito particular no direito internacional e no direito de cada país. Eu começo lembrando os gregos, 2500 anos atrás, a palavra xenos aí vem xenofobia, aversão ao estrangeiro, os gregos se classificavam, eles se auto classificavam em três categorias: primeiro os gregos, segundo os estrangeiros e terceiro os bárbaros, aqueles que não falavam grego. Falavam uma língua que era chamada língua roca, daí vem a palavra bárbaro, que a etimologia é essa língua roca.

Os estrangeiros eram aqueles que viviam na Hélade, no espaço grego, que nós conhecemos através de Platão, Sócrates e outros filósofos, a Ilíada a Odisséia. Nesse espaço, a pessoa que saia de uma cidade para outra ela já era estrangeira.

E havia já nesse momento um indivíduo chamado Proxena, que defendia os interesses dos estrangeiros, é a origem do cônsul na Grécia Antiga. Vejam quão antigo é a problemática de ser estrangeiro e ter que receber um atendimento. Claro que esse Proxena é muito diferente do que é um cônsul hoje. Mas a origem é essa.

Então esse ser estrangeiro, perpassa toda a história das civilizações, recordo também um filósofo e historiador chamado Jorge Be (55) falecido recentemente, francês, escreveu vários livros, um deles muito interessante chamado "Ano 1000, Ano 2000", uma reflexão sobre os nossos medos. Então ele deu uma entrevista, uma longa entrevista para uns jornalistas na França, em que reflete o que é um medo, uns medos na Idade Média e o que são os medos no ano 2000, na passagem do milênio. Um desses medos é o medo do outro, o outro é o diferente, o que não é igual a mim e esse outro, a maior representação, melhor acabada representação, é o estrangeiro.

Não fala o meu idioma, pode não ter a cor da minha pele, tem outras origens étnicas, culturais, etc. Então esse sentimento do que é ser estrangeiro eu acredito que talvez muitos de vocês, ou talvez a maioria, a totalidade, já se sentiu estrangeiro. E daí nós dependemos de duas ordens jurídicas, do direito internacional, que vale para todos os estados e os direitos nacionais.

Tanto o direito internacional quanto os direitos nacionais foram influenciados por aquele grande movimento que nós conhecemos como Iluminismo. A revolução francesa, a independência americana, as cartas de direitos, a constitucionalização dos direitos e aí então, nós temos uma cláusula que nós podemos dizer, que os juristas costumam dizer, cláusulas pétreas. Aquelas que não se mechem. Que é, ninguém pode ser discriminado em razão de sexo, opções políticas e nacionalidade. Então vejam bem, o estrangeiro tem que ser tratado de maneira igual, mas claro que todas as legislações dão um tratamento diferenciado, porque todas as legislações nacionais consideram que o seu nacional tem alguns direitos a mais que os estrangeiros, todas, nenhuma escapa. Mas o que não pode então é ter a discriminação porque a pessoa é estrangeira.

Bom, mas quem nos protege então? Primeiro, o direito internacional através do direito consular, e esta atuação ela é respaldada por um documento chamado Convenção de Vendas Sobre Relações Consulares, é um dos documentos mais assinados, mas ratificados e mais vigentes no mundo. Ele diz que todos os estrangeiros tem direito a receber assistência consular. Aquela pergunta que eu fiz para vocês agora a pouco, quem nos protege? Quem nos defende? Quem nos orienta? O consulado, o cônsul, a equipe consular, a missão consular. Então, nós devemos ter consciência disso, nós devemos fixar isso, para nossa cidadania no exterior. E o Bernardo e todos os seus colegas, tanto diplomatas quanto oficiais da consularia, são servidores públicos nacionais atuando no exterior, prestando um serviço publico para nós. Por isso, nós temos que saber utilizar esse serviço, dessa prestação de um serviço publico, de uma política publica no exterior. Eu diria que nós devíamos afirmar, dizer uma frase e guardar como seria com um mantra, na hora em que você esta fazendo as malas para viajar

para o exterior: eu tenho direito a assistência consular. Eu tenho direito a assistência consular.

Agora eu quero fazer justiça ao trabalho do Itamaraty e não quero que vocês entendam, olha eles não prestam assistência consular, não, não é isso. O cidadão brasileiro precisa buscar a assistência consular. Não dá para o cônsul sair por aí buscando o cidadão brasileiro nas ruas de Barcelona, de Madrid ou de Lisboa, até porque no princípio da cooperação nos estados, o Brasil não pode fazer investigação policial. O Brasil não pode entrar no direito constitucional administrativo de outros Estados, não pode competir com a polícia, não pode, tem que ter uma atitude cooperativa com o outro Estado.

Bom, você já conhece o mantra, né, tenho direito a assistência consular, por favor não esqueçam. E eu vou encerrar essa primeira provocação com uma notícia de um caso muito importante. É uma coisa técnica, mas acho importante vocês saberem, chama-se caso Avena e outros mexicanos. A corte internacional de justiça da Onu, com sede em Haia, na Holanda, que é o Tribunal mais importante que nós temos, o México entrou contra uma ação pelos EUA pelo seguinte, são mais de 20 milhões de mexicanos vivendo no território dos EUA, então as autoridades policiais americanas começaram a investigar, indiciar, julgar e condenar mexicanos sem informar o consulado no México, os consulados. O que aconteceu? O México entrou com uma ação contra os EUA, os EUA perderam a ação. Qual era o objetivo da ação? Dizer que todo mexicano tem o direito a assistência consular, ou seja, de que o consulado poderia ser visado de que ele foi detido, foi julgado. Qual é o drama desse caso Avena dos mexicanos? É que muitos desses mexicanos, cerca de 51 estavam no corredor da morte em vários estados. Os EUA têm uma certa dificuldade em cumprir direito internacional, agora nesse caso, o presidente norte americano sempre diz que esse é um problema dos estados federados americanos, que é um problema da união, mas o direito internacional diz que não se pode invocar direito interno para se descumprir direito internacional. Mas é só para vocês saberem que se por caso vocês forem para o exterior e forem, de certa maneira, levados para aqueles cantinhos escuros, para

as coxias do aeroporto onde tem pouca luz, vocês já sabem que tem direito a assistência consular.

O Protocolo de Palermo é um documento, uma norma jurídica, que é complementar um outro tratado como se fosse um tratado mãe, o protocolo é um filhote. O tratado mãe é a Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional, esse é o tratado mãe e o filhote é importante porque todos os filhotes de mãe são importantes. Eu acho importante o Protocolo de Palermo relativo ao tráfico de mulheres. Estes documentos, compêndios, vocês podem consultá-los em português, podem baixá-lo na Internet, vocês não dependem exclusivamente de juristas, embora os juristas possam ajudar, porque é o nosso papel, mas vocês podem ler por conta própria. Porque a rigor isso também é uma forma de cidadania. É preciso ir até os documentos e se apropriar desses documentos. Então, o Protocolo de Palermo é um documento internacional, mas tem em português.

O Protocolo de Palermo é como se fosse uma carta de direitos voltada para as vítimas do tráfico. É como se fosse uma carta de direitos específica, uma construção só para as vítimas, claro que não abarca todas as questões, porque imagine o que é fazer um documento desses numa conferência internacional universal, quantos interesses não existem.

Destaco algumas questões do protocolo, o direito a privacidade dessa vítima. Privacidade é uma coisa importante porque as pessoas estão sentindo vergonha do que aconteceu, ela está constrangida e o caso dela não pode vir a tona e as autoridades que lidam com o caso precisam ter a ética do sigilo, todas as autoridades. O acesso à justiça, o direito ao acesso à justiça, todas as pessoas tem direito a ir ao judiciário, ir as instâncias administrativas, esse é um direito que no Brasil começamos a enfrentar melhor com os juizados especiais, facilitando essa discussão. O direito a depor e a testemunhar, porque a vítima do tráfico muitas vezes está numa condição de vulnerabilidade, fragilidade, em ter vivido uma tragédia recente, está sob impacto dela. O direito a abrigo, a pessoa que é vítima tem esse direito porque ela precisa estar protegida. A pessoa também tem o direito de ser informada no seu



idioma, na sua língua, porque por ser estrangeiro, a gente pode não entender direito o idioma, ter uma certa dificuldade de compreensão. Então é preciso que as autoridades locais cumpram a procuração do protocolo, procurando adaptar o protocolo a legislação nacional. E por fim, a questão do repatriamento. E aí eu quero colocar a questão das ong's nesse repatriamento, porque o repatriamento não é só uma questão burocrática de devolver a pessoa para o seu país de origem, que tem um papel importante o Itamaraty, mas é uma questão de respeito a uma vulnerabilidade que pode ser prejudicada, daí a importância desse repatriamento, por isso a importância dos escritórios no país para retorno e assim por diante.

Uma provocação final, até que ponto o Protocolo de Palermo bem como a Convenção de Palermo necessitam de uma legislação para serem aplicados na sua totalidade. Então eu seria mais adepto de uma aplicação muitas vezes direta, tanto da convenção quanto do protocolo, sem esperar uma legislação. Reconheço que uma legislação é importante, mas me preocupa que em muitos casos o protocolo e a convenção fiquem suspensos esperando uma legislação que às vezes nunca vem. Muito obrigado.

## **CIDA GONÇALVES**

### **SPM Secretaria Especial de Políticas para a Mulher**

Levanto três pontos nessa questão internacional, porque o governo brasileiro tem enfrentado muitos problemas a nível internacional nos diversos debates que a gente tem tido. Nós temos feito embates de concepção política do que é o tráfico de pessoas, do que é imigração legal, do que é imigração irregular, nós temos que enfrentar na OEA, na ONU, onde nós podemos fazer esse embate com os EUA e por enquanto nós temos ganhado todos. Em Isla Margarita tudo que nós levamos do Brasil nós aprovamos, foi aprovado como um todo, mas

permanentemente nas esferas internacionais se tem uma tentativa de mudar algumas coisas. Seja mudando no detalhe, e daí eu vou trabalhar na perspectiva principalmente do que é a questão das mulheres, tirar direitos sexuais e reprodutivos dos textos, tirar o nome de prostituição, é tratar a imigração como imigração ilegal, então são pontos que permanentemente batem a nossa porta quando nós vamos discutir a questão dos tratados internacionais. Nós fizemos os debates nos fóruns e internamente nós temos feitos muitos enfrentamentos inclusive com recurso. O Ministério da Justiça se negou a aceitar um recurso da USAIDS com relação a questão do uso das camisinhas com relação a prostituição.

E agora mesmo com a questão do recurso da USAIDS nós aprovamos o que viesse, mas com restrições. A secretaria de mulheres vetou, exatamente porque não se permite que trabalhe a prostituição, não se permite que trabalhe direitos sexuais e reprodutivos, isso para nós e tema caro que nós não abrimos mão em nenhum órgão, porque são direitos conquistados, que já está na Convenção de Palermo, já está na CEDAW, já está em Convenção de Belém do Pará, portanto isso é importante de dizer porque tem sido atuações fantásticas, tem sido duras, difíceis, no processo de negociação e impasse, nós conseguimos muitas vezes aprovar no consenso. No debate da Onu, na hora da votação muitas vezes os EUA pedem destaque, aí é obrigado a sair embaixo porque tem as normas internacionais que precisam ser seguidas, então acho importante dizer essa missão nossa no campo internacional, porque é uma coisa fundamental que tem garantido algumas conquistas que a gente está podendo fazer.

É claro que dentro da perspectiva do que é o atendimento, essa diferença no atendimento consular, eu ria porque nós mesmas fomos discriminadas, a delegação brasileira em Portugal discutindo enquanto Luso brasileiros, eu, Bernardo, Giovane, um policial daqui e a delegada federal da Bahia, nós saímos a noite, fomos pegar um táxi e o taxista disse que não carregava brasileiro, aí vocês vêem o que é discriminação e como ela serve para todo mundo. Não tem carteirinha que resolva quando você está no estrangeiro, a delegada até tentou, mas como ela era delegada aqui lá não funcionou, né? Eu acho que é importante a

gente ter claro que é um debate difícil, constante, Portugal não reconhece que tem tráfico de pessoas, principalmente de mulheres, eles dizem o tempo todo, no encontro de Brasil e Portugal, eles disseram que as mulheres brasileiras vão para lá para depois ir para a Espanha, mas que em Portugal não tem. Eles reclamam muito da Polícia Federal, dizem que a Polícia Federal é que não sabe controlar a saída de brasileiros. Então essa questão internacional é um processo de conflito permanente e que exige tanto do Ministério das Relações Exteriores quanto nossa, do governo brasileiro, uma atenção permanente e cotidiana para não se perder, porque eles vão na vírgula, no ponto, no tirar uma fala e isso vai nos fazendo perder muitos direitos conquistados nos tratados e convenções internacionais.

## **DENIS CALLE**

### **Polícia Federal**

Eu só queria colocar com relação a Polícia Federal que nós temos aditância na Colômbia, no Paraguai e na Argentina. Também agora já foi aprovado na Bolívia, Suriname e na França. No Paraguai a gente tem um adicto trabalhando e tem sentido, mas na área de entorpecentes. A rede de informação já está melhor estruturada mas o debate de tráfico de seres humanos também está sendo colocado, está sendo discutido. No Mercosul, no grupo delitual, também foi debatido a questão do tráfico de seres humanos e da integração entre os estados.

A Polícia Federal também tem tratado com muita seriedade esse tema de tráfico de seres humanos, incluindo na grade da academia nacional de polícia um curso de formação para delegado, escrivão, agente, perito, essa cadeira de Direitos Humanos incluindo o tráfico de seres humanos, a pedofilia na Internet, o tráfico de órgãos, de tecido, então a gente tem atuado bastante nessa área.

Aqui com relação ao Paraguai a gente percebe também que o Brasil é um corredor de passagem para espanhóis que vão para Espanha e Itália. Temos uma dificuldade realmente com relação a Portugal, tanto

que a maioria dos nossos trabalhos acabam saindo com a Espanha que está mais atuante lá em Brasília então a troca de informações ela é rápida. Apesar de haver essa restrição de atuação da polícia no caso do Brasil, um país estrangeiro, mas a gente tem trabalhado nessa troca de informações. Haja vista que nós já fizemos uma operação dentro do Paraguai, uma apreensão enorme de armas, com o trabalho da inteligência da Polícia Federal, junto ao Paraguai também. Então apesar de haver essa distinção, não podemos nos apegar a questões burocráticas, porque quando se fala de seres humanos, de pessoas, é um crime que deixa marcas, seqüelas para o resto da vida. Então a gente tem atuado, dando uma atenção especial. Esse atendimento à mulher, digo à mulher, mas pode ser a travesti também, enfim, é uma dificuldade que a gente tem a questão da privacidade. O ambiente policial por si só já intimida a pessoa, então quando ela chega é muito difícil ela dizer qual é a agência de viagem, qual é o aliciador, porque ela é uma vítima desse tráfico, ela não auferir vantagens, muito pelo contrário, ela é explorada. O aliciador ganha desde o recrutamento até a apresentação no país estrangeiro. Então a gente tem essa dificuldade da pessoa vir e realmente expor. Por que? Porque ela não sabe para onde vai. Tem o Provita, o programa de proteção à vítimas e testemunhas ameaçadas, tem alguns critérios para a pessoa realmente ser incluída, mas o debate está aí, está colocado.

## **SOCORRO MACIEL**

### **Polícia Civil**

Falar em tráfico se fala em crime organizado, crime organizado se fala em corrupção, uma das atividades mais rentáveis do tráfico a gente já sabe que é a dificuldade que vamos enfrentar, não só policial, mas das autoridades. Na área de fronteira a gente vê as autoridades muito tempo naqueles locais e como tirar as pessoas dali que tem já uma certa influencia nessa história toda, porque frequenta as boates. Sabem o que acontece e não fazem nada. Por isso há a necessidade de ter também um grupo formado por policiais civis, eu falo da minha esfera, porque

acho que o tráfico veio trazer uma queda de paradigmas, justamente por a gente se aproximar Polícia Civil da Polícia Federal, porque é necessário. O que eu faço em Belém é que eu vi que em São Paulo estão fazendo. E eu não posso sair de Belém para continuar as investigações em São Paulo e daí necessitaria sim a Polícia Federal para fazer esse intercâmbio para poder a gente desembaraçar, porque não adianta apenas eu prender no Pará enquanto toda a rede continua funcionando. Então nós precisamos ter policiais confiáveis para fazer uma rede de proteção e a dificuldade é justamente em quem confiar, como confiar. Então vou colocar essa proposta de debate para a gente avançar, é preciso construir uma rede de policiais, porque se nós não quebrarmos a impunidade a situação vai se tornar ainda mais crítica e vai se chegar ao tráfico de seres humanos que é um dos mais rentáveis.

## **ESTELA SCANDOLA**

### **IBISS|CO - Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável do Centro-Oeste**

Eu estava aqui ouvindo as falas e percebi que o problema da repressão é recorrente nelas e eu acho que quando a gente foi maluco o suficiente para propor que esse colóquio fosse atendimento, a gente já tinha uma idéia da dificuldade que é discutir o atendimento, porque discutir a repressão fica uma conversa de vamos melhorar, integrar as polícias, enfim. Quando a gente vai discutir atendimento, eu posso estar equivocada, mas existem três políticas setoriais que ou elas trabalham ou elas trabalham, não tem outro jeito, que é a saúde, a assistência social e a segurança pública. Essas três políticas elas tem que trabalhar no atendimento e eu estou falando do atendimento de uma forma mais ampla, é como a Cláudia falava é atenção ao invés de atendimento para entender a complexidade que esta pessoa está vindo.

Eu queria puxar apenas um item que é o direito da pessoa traficada ser atendida na sua língua. Eu fico pensando que nós estamos falando

como é que gostaríamos de ser atendidos num outro país. Como é que nós vamos atender aquelas meninas que ficaram dois meses num abrigo de Ponta Porã e ninguém falava a língua delas. Como é que nós vamos fazer com as mulheres que foram tiradas lá em Jardim e que elas só falavam Guarani e Espanhol, que a nossa polícia teimava em entrevistá-las em português e elas ficavam olhando e não entendiam. Então eu fico pensando que um direito elementar que é ser atendido na sua língua, esse não deve ser colocado como se der a gente faz, isso a gente tem que fazer porque isso é um direito do ser humano. Eu estou preocupada com isso porque eu fico pensando em como integrar isso ou aquilo, mas como é que a gente faz com coisas muito elementares. E novamente afirmar, o Brasil não é só exportador, o Brasil é receptor de pessoas que são traficadas aqui. Então nós temos que fazer o nosso dever de casa. É isso.

## **FREIRA DA**

### **Pastoral do Migrante**

O problema que eu tenho, que eu sinto todo sábado à tarde, nós temos a Pastoral do presidiário e lá nos encontramos muitos estrangeiros, principalmente colombianos, eles não tem dinheiro para pagar advogado, as construtoras tem monte de serviços e eles fica lá, eu fico num drama toda vez que eu vou nos presídios, e os consulados não teriam alguma coisa a fazer, não poderia procurar os consulados deles.

## **CONSUELO**

### **Pastoral do Migrante de Corumbá**

Meu nome é Consuelo, sou boliviana, estou praticando meu portunhol, moro em Corumbá fazem 20 anos, e me chamou a atenção quando soube que um terço da população da cadeia feminina em Corumbá eram de estrangeiras. Graças a Deus já foram senegalesas, colombianas,

mas ficaram a maioria de bolivianas. Então eu me identifiquei com esse trabalho e comecei na Igreja, na pastoral da imigração, ainda continuo com esse trabalho e graças a isso fazemos um trabalho muito bonito com as estrangeiras dentro das cadeias com um trabalho individual, atendemos uma por uma, conversamos com elas, temos abertura com o Dr. Roberto Ferreira Filho que é o juiz, me colocou também na UNEI, me sinto muito satisfeita de fazer esse trabalho. Eu vim aqui, porque eu pensei que era para colocar as necessidades que a gente tem dentro do trabalho que a gente faz dentro do presídio. Participo também do Conselho de Comunidades, graças a Deus, e através desse conselho a gente está olhando as necessidades das duas cadeias, tanto da masculina quanto da feminina e fazendo melhoras, assim trocando médico que era homem dentro da cadeia feminina e colocando uma mulher. E escutando as suas necessidades a gente tenta atender de imediato, através do Conselho de Comunidades. Então eu vim para vocês conheçam esse trabalho que a gente faz dentro da Pastoral do Migrante. É isso.

## **WLADIMIR PEREIRA**

### **CAMI – Centro de Atendimento ao Migrante**

A minha colocação é meio breve, a professora disse da discriminação, eu dando plantão na pastoral às terças e quartas-feiras a tarde, e eu confesso que não tenho muito tempo para procurar o Itamaraty, que é lá na Barra Funda em São Paulo. E eu também não tenho muito tempo para ir na Polícia Federal de São Paulo que é ali na marginal, e é uma dificuldade, as coisas mais primárias, não são efetivamente casos isolados, mas para que se tenha um certo raciocínio eu vou tentar construir. Uma senhora me procurou, filho brasileiro, tem direito ao RNE, eu fiz, naturalmente eu realizei todos os papéis para que ela fosse a Polícia Federal e regularizasse a sua situação. Voltou essa moça assustada dizendo o seguinte, eles não aceitam, porque eu esqueci de

dizer uma coisa ao senhor, o meu marido desapareceu de casa há mais de seis meses e a Polícia Federal tinha a necessidade da presença do meu marido. E eu disse, mas se o seu marido não está lá como a necessidade da presença, aí eu fiz uma petição, até ela tinha um boletim de ocorrência que dava a ciência do sumisso do marido, do paradeiro não incerto e não sabido e eu mandei ela levar. Esta senhora voltou e diz que não recebiam, quando eu fui com ela aceitaram. Isto me parece ser um caso de discriminação. Com relação ao Itamaraty Bernardo, não foi diferente. Um colombiano com tratamento de saúde de uma criança cardiopata, atestado de médicos que diziam que a criança precisava de tratamento, pedi um visto humanitário, mandei o rapaz com a esposa ao Itamaraty na Barra Funda, voltaram, disseram para mim, doutor, sequer leram. Eu fui lá, aí chegaram a aceitar, isso é ou não é discriminação. Eu pergunto para raciocínio, tem umas coisinhas de uma primariedade que não levam a nada. Um boliviano não conseguiu regularizar a situação dele pelo acordo bilateral Brasil e Bolívia, simplesmente porque ele entrou por Corumbá e o carimbo não pegou direito no passaporte dele, uma coisa simples, basta ver quantas horas tem de viagem da Bolívia para Corumbá. Voltou dizendo que o carimbo não era inteligível, detalhe todos os documentos comprovavam a data certa. Tivemos que fazer uma petição a delegacia de Corumbá que ficou de nos notificar e até agora nada. A questão que eu quero dizer é que nós precisamos estar unidos, eu acho que a discriminação existe mesmo, inclusive da nossa parte, e muito grande. Eu acho que nós temos que rever essa situação com carinho, fazermos uma reunião, porque às vezes fica um jogo de empurra que ninguém entende. Vale lembrarmos que basta nascer no Brasil para adquirirmos cidadania, diferentemente do que ocorre em outros países como Israel, que precisa ser filhos de pais judeus. Ora o que eu quero dizer com isso, se a criança nasceu, se ela tem o documento da maternidade, o cartório tem que reconhecê-la, mas não reconhecem, fazem andar para cá e para lá. Eu já acionei várias vezes o juiz da infância e da juventude, pergunto, isso é ou não é discriminação. Era o que eu queria dizer, é isso que precisamos estar atentos e rever, precisamos rever.



## MARLENE ESPÓSITO

### COMCEX

Eu quero conduzir a minha reflexão em cima das três linhas de atendimento que a Verônica falou pela manhã, repressão, prevenção e atenção. Mas em cima da nossa realidade porque eu não tenho conhecimento teórico das leis internacionais, então vou falar em cima da nossa realidade. Gostaria de refletir sobre a questão das grandes empresas que estão vindo para Mato Grosso do Sul, quer seja de usina, quer seja de outras situações. Estas empresas trazem para nós uma grande dívida social que no momento em que essas empresas estão sendo instaladas aqui em Mato Grosso do Sul não há uma reflexão sobre um custo social que está sendo instalado junto com essas empresas. Por exemplo, quando houve a questão do gasoduto que atravessou o estado de Mato Grosso do Sul, que veio da Bolívia, nós ficamos com muitos filhos de estrangeiros para nós cuidarmos, filhos do gasoduto que estão aqui e são nossa herança do gasoduto. Isso é um ponto, é uma realidade que nós temos.

Nós estamos por receber aqui em Três Lagoas uma grande empresa de papel, só para construção dessa obra virão para cá 5000 homens para trabalhar de seis a oito meses na construção da empresa. Então vocês vejam bem, qual é o impacto dessas pessoas vindo para Mato Grosso do Sul? E daí não vem só os trabalhadores, vêm técnicos de outros países, que estão instalados aqui, assim como foi a história do gasoduto. Então como é que nós vamos trabalhar com todas essas pessoas e qual é o impacto para nós aqui e quem de nós está refletindo sobre isso. Uma outra situação é com relação do tráfico de fronteira. Hoje de manhã a Ione se referiu a isso, temos em torno de 540 km de fronteira seca Brasil e Paraguai, a sede da Polícia Federal é em Ponta Porá e tem 15 policiais que se revezam de três em três dias, ou seja, nós temos cinco policiais que tomam conta dessa faixa de fronteira no dia a dia, ou seja, nós não temos uma polícia federal que está fazendo constantemente um trabalho, seja preventivo, de atendimento ou repressivo.

Lá em Bela Vista eu presenciei uma situação muito interessante que é a venda de adolescentes para fins sexuais. E as pessoas costumam falar que isso é comum, é normal nas fronteiras, vender filhos a troco de um boi, de um cavalo, de uma cesta básica, então as pessoas não acham que é estranho. Eu fiquei de queixo caído porque foram várias pessoas que me falaram, que mencionaram essa situação. É vendida lá para o Paraguai, é vendida para fazendeiros no Brasil, então é uma situação que me deixou extremamente preocupada, então o que é que está sendo feito em cima disso? Eu vivenciei ainda em Bela Vista uma situação de adolescentes que são agenciados em Ponta Porã, em Maracaju, em Dourados, adolescentes travestis de 13 ou 14 anos, por um grupo de outros travestis já adultos que estavam instalados lá. E estes meninos vão servir ao mercado do sexo tanto dos policiais do Paraguai quanto dos policiais do Brasil, lá de Bela Vista. Quando eu perguntei quem são os usuários disso me responderam que serviam aos militares. Aí nós estamos com todas essas situações que nós precisamos trabalhar. Então eu estou colocando porque nós vamos ter que refletir em cima disso, é uma questão complicada.

Uma outra situação que eu vivenciei em Mato Grosso do Sul foi em Paranaíba. Este município fica perto da divisa de Goiás e Minas Gerais. Lá há um grande número de avós que tomam conta dos netos. Quando perguntava sobre as mães, elas diziam que as mães estavam trabalhando em outros países, “estão trabalhando na Europa”, então há que se ter um olhar diferenciado para essas questões. Afinal, como é que estão essas mães? Foram trabalhar onde? Quem está levando? Então nos três focos da nossa rede de atendimento nós temos que pensar em como é que a gente vai trabalhar em todas essas frentes. Eu estou falando de Mato Grosso do Sul, porque é a realidade que eu conheço, mas eu acredito que em outras localidades devem estar ocorrendo situações semelhantes.

**DENIS CALLE**  
**Polícia Federal**

Gostaria de esclarecer e dizer que realmente o efetivo nosso é pequeno, o departamento tem tentado suprir essa deficiência realizando concursos regionais. Os policiais que atuam na área de fronteira são sacrificados, é plantão e a atribuição da Polícia Federal a cada dia que passa ela vem aumentando, então a gente não pode só trabalhar com a imigração, tem que trabalhar também com entorpecentes, na questão indígena, então a gama de atribuições é grande. Ponta Porã tem uma delegacia muito atuante dentro do Departamento de Polícia Federal, porque às vezes um caminhão carregado de maconha não cai em Ponta Porã, mas cai em São Paulo, enfim, há todo um trabalho que é feito em cima disso. E esse trabalho requer gente, requer policial trabalhando, então às vezes o policial ele não está ali no posto da fronteira, na divisa, ele está no escritório, trabalhando, ele está fazendo levantamentos de vigilância e há uma escala de plantão para isso. Então realmente o efetivo é pequeno, há deficiência, como realmente como o doutor colocou ali o atendimento ao público é uma deficiência que a gente tem, a pessoa que trabalha com o público ela tem que ter esse perfil para trabalhar, para atender, eu acredito que não se trata aí de uma discriminação pelo fato dele ser paraguaio, boliviano, enfim, mas é que às vezes a pessoa não sabe se expressar, não sabe colocar o que realmente ela quer. Então uma fila de gente para se atender, muitas vezes a pessoa que está ali fazendo o atendimento ao público, assim é uma falha que tem que ser corrigida, eu concordo, não estou apresentando desculpas não, é uma falha e a gente pretende corrigir no futuro com essas discussões, são discussões dessas que realmente a gente leva para o departamento, se for o caso colocar ali um tradutor, alguém que tenha um conhecimento ali de uma língua estrangeira, porque hoje no departamento de Polícia Federal, todos os policiais são de nível superior então a gente encontra muitas vezes dentro daquele quadro policiais que podem trabalhar em determinada função. Agora, com relação à Ponta Porã realmente há essa deficiência, mas é uma delegacia muito atuante dentro do departamento.

**VERÔNICA TERESI**

## UNISANTOS

Eu queria fazer só um apontamento bem específico a respeito do Protocolo de Palermo e a questão da vulnerabilidade da mulher e a perversidade que há por trás da forma de aliciamento e como eles acabam inteferindo na “falta” de atenção.

O que a gente percebe que os países fazem, eles encontram uma mulher lá fora, já passaram do prazo dos três meses de permissão, então ela já está irregular e a polícia quando encontra essa mulher diz assim para ela, se você colaborar com a polícia você tem a tenção, se não colaborar vai ser considerada uma imigrante ilegal e deportada, repatriada para o Brasil. E essa mulher muitas vezes diz que vai colaborar, mas na verdade hoje ele já não colabora porque ela sabe que não vai adiantar colaborar porque vai ser repatriada da mesma forma. Mas vamos supor que ela dissesse, tudo bem eu vou colaborar, a perversidade que eu coloco nessa questão do tráfico é a seguinte, muitas vezes quem alicia essa mulher são redes informais, não são grandes redes organizadas, então quando são questionadas sobre as pessoas que as trouxeram muitas vezes dizem foi uma amiga, porque foi mesmo. E aí polícia quer saber quem foi que pagou, quem está atrás de tudo e muitas vezes nem ela mesma sabe. Então a rede muitas vezes é tão informal que ela acaba sendo perversa com a própria mulher, inclusive para descaracterizar essa própria rede que acaba trazendo essa mulher. Eu estou trazendo esses dados porque isso também acaba se refletindo na atenção dessas mulheres. São repatriadas para cá como imigrantes irregulares, elas não têm nenhum tipo de assistência no país de destino que elas estão e quando elas retornam, isso é importante, o consulado não fica sabendo que essa mulher é vítima de tráfico. A polícia da Espanha manda um comunicado para o consulado dizendo que estão repatriando brasileira, tudo bem, ela estava como irregular ela tem que ser repatriada, ninguém pode fazer nada, mas aquela mulher não era uma simples imigrante ilegal, ela era uma vítima de tráfico. O consulado não pode também intervir e comunicar a própria polícia daqui que vai acabar recebendo, ou o posto de atenção do aeroporto de Guarulhos, e nem mesmo articular com a rede de atenção

aqui dentro depois. A minha provocação é que não existe nenhuma possibilidade, sabendo dessa situação, não haveria uma possibilidade que a autoridade consular ou a polícia das relações exteriores começasse a tentar firmar acordos e repensar essa forma de comunicação da própria polícia? Eu sei que é complicado, mas é uma forma de tentar discutir, porque a gente tem que ir atrás das coisas que são mais complicadas. Porque as coisas mais simples, talvez sejam as mais fáceis de se resolver, o mais difícil é pontuar o mais complicado para tentar pensar sobre como é que a gente vai resolver.

## **ROSA CORREA**

### **Sociedade Paraense em Defesa dos Direitos Humanos**

Meu nome é Rosa Correa, sou advogada e integro a equipe da Sociedade Paraense em Defesa dos Direitos Humanos, que ao longo dos anos perdeu seu caráter essencialmente jurídico por uma atuação mais ampla buscando outros saberes, para que tivesse mais êxito em nosso atendimento. Até porque ao longo desses anos a gente percebeu que o direito jurídico não dá conta sozinho. A minha atuação é dentro do Programa de Proteção à Vítimas e Testemunhas Ameaçadas no estado do Pará. E eu queria me reportar a essa questão das relações consulares, aproveitando que o Dr. Bernardo está aqui. Nós estamos quase finalizando uma pesquisa transnacional que busca dados de como é que se articula a rede de tráfico envolvendo a saída de mulheres especificamente do Pará e Amapá para o Suriname e também a saída das mulheres da República Dominicana para o mesmo fim. E nós tivemos a oportunidade de estar pessoalmente numa pesquisa de campo, agora em abril e na prática constatamos que o Suriname possui uma peculiaridade, tanto que, lá vimos que tem comunidades sólidas formadas por brasileiros e brasileiras, há lugares inclusive que são guetos onde só entram brasileiros e brasileiras, então existe essa relação e não é uma relação escondida de ninguém. Tanto que quando

a coordenação da pesquisa nos convidou para ir até lá a gente passou por uma série de discussões e a questão principal que disseram para a gente foi, vocês vão notar qual é o tratamento dado a mulher brasileira dentro do Suriname. Porque as mulheres brasileiras no Suriname são vistas como putas. Elas vão para lá exclusivamente para isso e os homens para trabalhar nos garimpos. Mas no processo da pesquisa de campo a gente descobre que muitas das situações que são vividas por essas vítimas elas chegam sim, ainda que informalmente, ainda que de uma forma não oficial, ao conhecimento da autoridade consular. Uma das coisas que mais me causou espanto em todo esse processo é que as mulheres que vão para lá elas recebem atendimento de saúde, a cada 15 dias existe uma política do Estado que garante as mulheres que vão exercer a prostituição naquele país atendimento de saúde, exames ginecológicos e outros. Mas exclusivamente para as mulheres brasileiras existe inclusive a cobrança de uma determinada taxa que são os dez dólares surinameses que são cobrados por cada mulher brasileira que vai para lá e exerce a atividade de prostituição dentro das casas, dentro dos clubes e a cobrança é feita numa mesinha, não é camuflado, as mulheres vem a partir de uma articulação da rede, táxis exclusivos para prestar serviços a esses clubes, chegam no posto de saúde o primeiro local que elas se dirigem é justamente a essa mesinha, um funcionário recebe esse valor para o atendimento e como a cada 15 dias elas têm que estar lá, pagam também. E isso é uma coisa tão acintosa que não passa despercebido aos olhos de ninguém. Eu não quero falar do âmbito da repressão exclusivamente, mas como é que as autoridades...algumas mulheres relatam que estiveram no consulado, fizeram contato com algumas pessoas e elas relatam isso sem nenhum problema, então de que forma que a gente pode fazer para que se efetive todas as discussões que foram colocadas dentro da Convenção de Palermo. Esse atendimento ele realmente veio, mas internamente, nas experiências que a gente adquiriu a gente observa que os obstáculos que são colocados para que uma política de atendimento ela seja definida e se torne uma política pública, para esse público específico, o principal obstáculo é um olhar moralista que a grande maioria das instituições tem para essa questão. Eu tive a oportunidade

de acompanhar um caso que depois de muito esforço ela resolveu fazer a denuncia porque existia a possibilidade dela regressar para o Provita e diante do delegado da Polícia Federal lá em Belém, ela tinha saído a primeira vez de uma forma que a comprometia, porque a certidão de nascimento ela conseguia verificar com uma amiga no interior do estado, então ela tinha saído com uma identificação falsificada e na verdade ela voltou e só colocou essa situação de falar o que ela sabia porque na hora que ela quis voltar detectaram que o documento era falso, aí então ela percebeu que poderia se enrolar por esse ato e na verdade isso era o mínimo diante da situação que ela foi submetida, porque foi para Europa aliciada por uma amiga aqui e lá foi exercer a prostituição, aquele caso clássico dos documentos ficarem nas mãos de quem levou até que ela pagasse a dívida e fosse devolvido os documentos, mas na hora que ela foi fazer a denuncia diante da autoridade policial federal a única situação que foi levantada pela Polícia Federal foi, mas você é criminosa também, como se houvesse comparação entre a atitude dela e a atitude de quem aliciava, então ela passou a ser criminosa. Então é necessário nos questionarmos sobre qual é o nível de efetividade da discussão em torno da sensibilização, mas não só da sensibilização porque a gente precisa dar um passo além da sensibilização, porque a gente sensibiliza, fecha os nossos livros, desliga os computadores e vai para casa descansar, mas é o compromisso de uma instituição importantíssima, como o Ministério Público, na pressão das autoridades para criação de políticas de atendimento para essas pessoas, um público específico. Acima de tudo esse é um exercício que a gente precisa estar aqui realizando que é o exercício democrático de se ouvir quem está na ponta, quem tem experiência, não é que esse é o papel que caiba exclusivamente, que vá ser exclusivamente da ordem das ong's, mas as ong's alcançam o papel fundamental que se tem acumulado, se tem trabalhado desenvolvido, influenciar para implementação das políticas, criação das políticas e efetivação das políticas nesse movimento de atendimento as vítimas de tráfico de seres humanos, exploração sexual ou qualquer outro fim.

## CLAUDIA REINA

### Juíza do Trabalho

É o seguinte, achei muito bonito tudo que foi falado aqui, também sou estudiosa, também estudei, também sou professora de Direitos Humanos, só que podemos ver que na Convenção de Palermo, de Viena, no Código Penal é tudo muito bonito, mas na pratica é tudo muito diferente. Então eu acho importantíssimo como juíza integrante do Poder Judiciário, já há muitos anos, porque entrei nova, os Movimentos Sociais e as Ong's sim, porque nós sabemos que toda grande rede informal de crimes para ela poder sobreviver ela tem suas ramificações nos três poderes. Isso é uma grande verdade, então fingir que não existe é brincadeira. Eu outro dia estava com um problema sério no Rio, trabalhadores que trabalham doze, treze, quatorze horas por dia em agências de segurança montadas por policiais militares. Estamos agora com um delegado jovem lutando, saiu agora em todos os jornais, tendo que andar de carro blindado. Eu tenho três amigos que já foram assassinados, juízes, um está numa cadeira de rodas, porque enfrentou o tráfico, o outro está sem falar, um apareceu boiando no rio com a divisa do Uruguai, eu constantemente tenho ameaças de morte, isso uma juíza, isso os delegados que estão tentando lutar contra a corrupção dentro do poder. Então nós que somos honestos, então temos que enfrentar sim, é tudo muito bonito, é tudo muito lindo, os livros são maravilhosos, a constituição, o mestrado que eu fiz, o meu projeto de doutorado, mas vai ver na prática. Eu tenho colegas que dizem, mas você vai julgar isso? Tem dias que eu tenho medo de sair de casa, eu tenho uma filha para criar, eu lido com o que tem de maior que é o poder, eu vi o que o meu amigo sofreu, eu já tive três amigos procuradores que foram transferidos porque não agradaram ao poder local e o poder local, isso acontece na Califórnia brasileira dos grandes usineiros de São Paulo, isso acontece no Rio de Janeiro e como isso não vai acontecer aqui. Então eu acho que está na hora de falar a verdade mesmo, é uma minoria muito pequena lutando, porque é muito mais fácil se enquadrar no sistema e se enquadrar no sistema não significa ser corrupto, não significa que o policial leva dinheiro, que o promotor não



faça o que deve, significa a omissão, é o medo de falar, é o medo de denunciar, porque se tem filho para criar e bala perdida não é só em questão de briga, bala perdida não é só perdida, muitas vezes é bem direcionada.

## **DENIS CALLE**

### **Polícia Federal**

Concordo com o que a doutora, a juíza, colocou, realmente estas pressões existem, muitas são inerentes a profissão, eu como delegado de polícia necessito investigar, a juíza de julgar, o doutor de denunciar, se não tiver isso realmente não anda.

Agora sim, com relação ao programa de proteção às vítimas de circunstâncias ameaçadas, apesar de ter nascido no GAJOP, que é uma experiência lá de Pernambuco, a lei 9807/99 que disciplina, tem o decreto também, eu vejo que há uma confusão muito grande, né? A maioria atribui ao programa de proteção a testemunha, Polícia Federal, né? E não é bem assim, né? Existe o Provita, os Provitas estaduais, há uma coordenação em Brasília da CGPT que é vinculada à Secretaria Estadual de Direitos Humanos, faz a coordenação do Programa Nacional, programa federal, e orienta também os demais Provitas. A Polícia Federal ela tem a atribuição do serviço especial de proteção ao decorrente especial, do qual inclusive eu estou na chefia. (01:27)

O que cabe a Polícia Federal, ao serviço de proteção, para pessoa ingressar no Provita ela precisa passar numa triagem, inclusive com parecer favorável do Ministério Público para ir para o conselho Deliberativo e essa pessoa ingressar. Essa triagem, ela demora. Aí também vem a minha crítica, o porque dessa demora. Eu acredito que isso aí deveria ser procedimento rápido, certo, no máximo em 10 dias já deveria se resolver essa situação. Hoje não é assim que funciona, hoje se demora.

Quando a pessoa vai morrer se permanecer no lugar, às vezes até com envolvimento de policiais, de forma provisória ela vai para o serviço de proteção ao depoente especial. Ela é recepcionada lá em Brasília, ela vai para uma unidade de proteção, polícia 24 horas, escolta armada nos deslocamentos, enfim, a gente preserva a vida dela de acordo com um termo de compromisso que ela firma. Então, de acordo com aquele termo de compromisso nós garantimos a vida dela. Aguarda-se a triagem e a pessoa vai para o programa. E também tem que concordar em ir para o Provita, porque ninguém vai para o programa de proteção a testemunha senão concordar. Ela tem que abrir mão de alguns direitos dela em prol de outra proteção.

O problema que a gente enfrenta lá no serviço de proteção é com relação ao excluído ou não admitido no programa, que é um decreto que regulamentou a lei 3518/2000, que diz que o não admitido ou excluído do programa é tido como depoente especial, então faria jus à proteção da Polícia Federal. Daí ela volta para lá e fica praticamente sem perspectiva. Há uma crítica minha ao Provita do Pará, onde nós já tivemos casos lá de uma pessoa que foi excluída do programa, foi para a Polícia Federal e praticamente ficou sem perspectiva.

O Provita se recusa a abrir o procedimento de triagem dessa pessoa e ela ficava lá, vivendo com se estivesse presa, qualquer deslocamento ela tem que fazer um requerimento fica difícil para uma pessoa ser re-inserida, porque como que você vai frequentar uma escola, vai trabalhar com dois policiais federais ou três, fazendo a sua segurança. Às vezes tem família, há crianças, eu não gostaria que o meu filho tivesse um relacionamento com o filho de um depoente que anda com a polícia federal. Porque pode ser alvo a qualquer momento de um atentado. Mesmo porque a polícia também não pode colocar numa viatura um coleguinha de um filho de um protegido. Então, apesar do programa ser realmente bem estruturado, bem alinhado na legislação, com algumas ressalvas, acredito que ele poderia ser mais eficaz se realmente tivesse um engajamento maior, também das secretarias de segurança pública dos estados.

A maioria das pessoas que vêm deportadas, o documento, o passaporte, muitas vezes ele é inutilizado, um policial lá estrangeiro ele

pega e rabisca lá passa a caneta ou fura e entrega para o comandante da aeronave. E quando eles desembarcam no Brasil geralmente eles entregam lá na Delegacia de Polícia Federal. O pessoal é ouvido num termo de declarações, para ver se realmente ela fornece alguma informação que possa desencadear em uma investigação. Mas às vezes ela se limita a falar que realmente estava lá trabalhando, de forma irregular e enfim, a gente detém o passaporte dela, se há algum fato de maus tratos a esse brasileiro é encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores para as medidas cabíveis a ele. É aí que eu digo que realmente o atendimento a essa vítima é importante, porque no momento em que ela desembarca no país, eu acho que seria o momento oportuno para que se abordasse ela e aí sim, né, até por conta do impacto, ela pudesse trazer algumas informações.

## **BERNARDO BRASIL**

### **Ministério das Relações Exteriores**

Eu não vou ser maluco de tentar enganar vocês e dizer que a assistência consular brasileira funciona cem por cento perfeitamente, que os funcionários são todos ótimos e que nós resolvemos todos os problemas, porque se vocês acreditassem nisso os malucos seriam vocês. E eu estaria sendo maluco de propor isso e então isso daqui seria um hospício. Então não vou nem sequer tentar empurrar essa idéia.

Há casos, por exemplo, o caso da notificação da polícia estrangeira quando é detido um brasileiro é previsto. É previsto que quando um brasileiro é preso no exterior a polícia daquele país avisa a autoridade consular. Quando o brasileiro está sendo deportado é previsto que a polícia avise a repartição consular que o brasileiro está sendo deportado. É previsto inclusive que quando encontram um corpo, um cadáver, que reconhecem, identificam aquele cadáver como sendo de um brasileiro, que a repartição consular seja informada. Tudo isso é

previsto, tudo isso acontece? Não necessariamente. Muitas vezes houve já um entendimento com a polícia, foi chamada já uma reunião com chefe de polícia, ministro, departamento do estado dos EUA, embaixador foi, chamou, falou e certas situações permanecem iguais. Isso é uma questão.

A outra questão é que os nossos postos, os nossos escritórios de representação regional contam com funcionários muito bons e com funcionários não tão bons, por uma série de motivos que não são inerentes unicamente ao Itamaraty. Em toda instituição você tem problemas que continuam ocorrendo porque os funcionários às vezes não têm capacidade para resolver o problema, sim. Mas às vezes também por incompetência ou pior por corrupção daqueles funcionários e a gente sabe que isso existe.

É interessante que quando há uma percepção negativa por parte do brasileiro assistido com relação, por exemplo, ao consulado ou a autoridade consular, ou ao escritório em São Paulo ou em qualquer outro órgão que seja que haja alguma denúncia por escrito, não que a gente queira se esconder atrás da burocracia, não por isso, mas porque a palavra escrita tem mais força. Se eu recebo um nome de um funcionário, olha foi funcionário fulano, que no dia tal, horário tal, disse que não podia ajudar o brasileiro por motivos tais, tais e tais. Daí eu tenho uma coisa concreta para mandar uma comunicação oficial para o escritório em São Paulo e dizer olha, o que é isso? Mas eu posso estar mexendo com a carreira, a vida, enfim, de um funcionário. Então se eu ouço, me disseram..., eu pergunto quem disse? Disse como? Quando é que foi isso? Não, não era eu não, nesse dia eu estava de folga era outro.

Então a gente precisa do máximo de informações que a gente puder obter para avançar com denúncias e reformas e críticas. A gente sabe que a realidade muitas vezes escapa ao nosso controle, nos textos as falas são bonitas, sim são bonitas e tem que continuar bonitas. A gente sabe, porque a gente não é louco, que eles não correspondem necessariamente a realidade. A realidade muitas vezes é outra, mas a nossa parte aqui é ir caminhando, é trabalhar para avançar na resolução

desses problemas. Não vou dizer que é isso vai acabar com o crime de tráfico de pessoas no mundo, claro que não, a gente sabe que não. Hoje em dia nós temos uma Constituição, mas já não tivemos. Hoje em dia existe o Protocolo de Palermo, já não houve. Hoje em dia a utilização do trabalho escravo é considerado errado, já não o foi, já foi considerado normal. Então a gente tem que ver aqui que o nosso trabalho é avançar no ritmo que a gente puder para lidar com esses problemas. A solução é ir para casa, é dizer olha a vida é assim, a realidade é dura e não tem como resolver então vamos embora. Então só deixar essa finalização para a gente ficar com isso na cabeça e poder continuar trabalhando com a magnitude do problema que nos enfrenta ou que nós enfrentamos. Obrigada.

A gente vai apresentar aqui mais ou menos que é a Política Nacional para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, mais uma vez aquela idéia de não tomar o tempo demais para sobrar para os debates, então rapidamente eu vou apresentar do que se trata, Cida vai fazer um comentário sobre problemas que ocorrem com frequência e a Rosa vai estar com casos específicos de atendimento, já Priscila vai depois dar sua contribuição.

Bom, a base do programa Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas é a política nacional. A política nacional foi publicada em outubro do ano passado e ela partiu de uma percepção depois de que o Brasil participou da Convenção de Palermo, da negociação do Protocolo de Palermo e que veio a tona a realidade da tipificação do crime de tráfico de pessoas e reconhecida a necessidade de uma ação conjunta de enfrentamento a esse tipo de crime, houve uma percepção por parte de diversos órgãos do governo brasileiro de que era necessário elaborar uma política nacional, que não fosse simplesmente a política de um Ministério, que não fosse a política de um órgão, mas que fosse uma ação concentrada entre diversos Ministérios, secretarias especiais e outros órgãos do governo brasileiro com participação da sociedade civil, de várias organizações de vários tipos.

Tanto na Política Nacional quanto no Plano Nacional, que vocês já sabem, optou-se por dividir as linhas de frente em três aspectos que são os aspectos da prevenção, da repressão e do atendimento ou atenção à vítima. No nosso caso aqui o interesse principal recai sobre o terceiro aspecto que é a atenção.

Mas como é que a gente elaborou tanto a política quanto o plano? A gente fez várias reuniões em Brasília com diversos ministérios convidados, no começo chegaram a 14 órgãos dentre ministérios e secretarias, com participação da sociedade civil. E nas reuniões se discutiam inicialmente as diretrizes gerais e depois as diretrizes específicas de cada área de enfrentamento, cada uma das três, isso na política e depois no plano, a tentativa de transformar o que eram diretrizes em ações, objetivos e metas. A meta tentando trazer para o palpável, para o mais próximo do real de uma meta concreta. Por exemplo, estudos sobre pontos de entrada e saída de tráfico de pessoas no Brasil. Aí você coloca lá, um, dois, três, estudos realizados, levantamentos essa coisa toda.

Uma coisa interessante na política do ponto de vista do atendimento, quando a gente falou do art. 7 da política, são diretrizes específicas do atendimento às vítimas do tráfico de pessoas: proteção e assistência jurídica, social e de saúde das vítimas diretas e indiretas de tráfico de pessoas. Isso é uma coisa geral, a partir daí para ser implementada. Do ponto de vista da área consular, temos a assistência consular às vítimas diretas e indiretas do tráfico de pessoas independentemente de sua situação migratória e ocupação. Isso é um tema que eu queria aproveitar para chamar a atenção de vocês que isso é um tema recorrente, ou seja, o problema que a gente tem com a atenção a potenciais vítimas de tráfico no exterior e é interessante que vocês divulguem isso, quanto mais pessoas souberem melhor, existe por parte dos brasileiros no exterior que se encontram em situação migratória irregular, uma percepção errônea, equivocada, de que eles não podem contatar a repartição consular, porque a repartição consular vai denunciá-los a repartição migratória. Então a assistência consular protege o governo, é tudo macumunado, está macumunado com a polícia americana, que está macumunado com mais sei lá quem e vão

todos eles juntos contra mim. Essa é a percepção, isso é completamente errado.

O consulado não denuncia brasileiros em situação irregular a ninguém e não divulga dados sobre brasileiros a qualquer um que não seja o Itamaraty. Isso inclusive está no próprio manual de serviço do consulado jurídico, que é mais ou menos a bíblia da assistência consular brasileira. Tem duas, pra não dizer que tem uma, tem dois artigos diferentes dizendo: não será vedado a assistência consular ao brasileiro em situação migratória irregular, que deve fazer jus a toda atenção, a toda assistência. E mais em cima diz que a situação migratória irregular do brasileiro não fará nenhuma diferença na assistência consular a ele prestada.

Então é importante que a gente lembre que muitas das diretrizes e das ações do plano, já correspondem a praxe de vários dos ministérios e órgãos do governo. Mas que simplesmente é importante colocar mais uma vez por escrito para que sirva de base depois para uma ação concreta.

Um questão interessante que eu gostaria de falar com vocês é o seguinte, eu falei da primeira vez sobre a questão da assistência consular brasileira, nós estamos engatinhando ainda no que diz respeito à problemas sistêmicos, à problemas que não dizem respeito a um brasileiro, à uma circunstância, à um lugar no exterior e sim há uma série de brasileiros com problemas sistemáticos ocorrendo de maneira contínua.

Quando eu digo que a gente tem pouca experiência nisso, eu comparo o nosso serviço consular com os serviços consular, por exemplo, de países que tem um histórico antigo já de comunidades no exterior, Itália, Irlanda, são países que lidam há muito tempo com toda uma comunidade de migrantes que foram para os EUA, que vieram para o Brasil e que tem necessidades de comunidades, necessidades sistêmicas e não só de necessidades pontuais. Nós estamos no começo, embora estamos fazendo um esforço contínuo para ir melhorando.

No que diz respeito especificamente ao enfrentamento do tráfico de pessoas, esse plano e a política colocam o Brasil em situação muito

vantajosa, quando a gente teve em Lisboa nós apresentamos aos portugueses o que era a política nacional e dissemos que havia então 11 ministérios envolvidos eles quase caíram para trás. Porque eles não faziam idéia de que sequer fosse possível fazer isso, eles perguntaram mais de uma vez: vocês têm um plano nacional? E Portugal não é um país perdido no fim do mundo é um país da união européia.

Isso nós podemos, com a percepção, evidentemente de que há muito a ser feito, a gente pode dizer que nós avançamos muito. Só que nós sabemos que o enfrentamento ao trafico de pessoas mundialmente falando é um assunto muito novo, então o fato da gente estar adiante pode mudar se nós não permanecermos empenhados nisso.

Com relação ao plano, o plano se baseou na parte do atendimento na política da não discriminação e de separar os princípios da não discriminação que estão todos juntos na política em metas diferentes, tanto de buscar verificar quais são as ações discriminatórias existentes, mais também ver qual é a vulnerabilidade das vítimas do trafico de pessoas, em função não só da sua condição de vítima, mas como uma condição, por exemplo, de menor, da sua condição de mulher, da sua condição de portador de vírus HIV, vamos separando isso em várias questões e nós procuramos então expandir o que estava mais condensado na política separando de maneira que a gente pudesse criar dever de casa. Ou seja, transformar as diretrizes em tarefas de casa que pudessem ser atribuídas a um órgão específico, que seria o órgão responsável e aos órgãos parceiros, enfim, que se reportariam aos órgãos responsáveis para execução de metas quantificáveis e concretas.

A idéia é que tem que chegar um momento em que você deixa de dizer o que você tem vontade de fazer e começa a fazer o que concretamente você pretende fazer. E quem vai fazer, em quanto tempo vai fazer, nós criamos uma idéia de curto, médio e longo prazo. No entendimento de que o curto prazo seria de até 6 meses, o médio prazo até um ano e longo prazo de até dois anos que é a duração do plano.

Depois desses dois anos o plano pode ser revisto e daí pode ser feita uma reavaliação e retrospectiva do que foi alcançado, do que não foi alcançado, do que foi mal colocado, do que pode ser modificado e nisto



nós temos um começo do plano bastante avançado, mas não finalizado, há coisas que necessitam ser repensadas, revistas e reconsideradas antes que a gente realmente encaminhe isso como texto finalizado e é sobre essas questões que a nossa colega Cida vai passar agora para vocês.

## **CIDA GONÇALVES**

### **SPM Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**

Boa tarde, eu sou Aparecida Gonçalves, mais conhecida como Cida. Sou da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do governo Federal e na secretária eu sou a sub secretária responsável pelo enfrentamento da violência contra a mulher, de todas as políticas que são adotadas pelo governo para enfrentar a violência contra a mulher. E nessa perspectiva é que nós trabalhamos o trafico de seres humanos, principalmente de mulheres, também como questão de violência contra a mulher. É com esse olhar e porque mais de 80% das pessoas que sofrem tráficos são mulheres, que nós nos constituímos e estamos na executiva da elaboração, tanto da política, quanto do plano e que eu ardentemente espero que termine para que a gente possa começar a executar as ações.

Eu acho que tem duas coisas que são importantes dizer na elaboração da política, primeiro foi a grande discussão que nós tivemos que fazer dentro do governo que é a discussão de que você tem que pensar o enfrentamento ao trafico de pessoas como uma questão de políticas públicas transversal. É uma questão que é responsabilidade da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do Ministério da Justiça, da Secretaria Especial de Mulheres e tantos outros órgãos. Mas que é necessário e importante ter uma ação de governo ali colocada.

Nós tínhamos na verdade treze ministérios e depois nós ficamos com onze, mas no total eram 22 instituições. Porque ativamente participaram, o departamento da Polícia Federal, que trata dessa questão do trafico, participou a Polícia Rodoviária Federal, então participaram outros atores

que estão dentro dos ministérios, mas que tem uma ação permanente e constante no enfrentamento ao tráfico.

Eu vou colocar algumas questões que eu acho que é uma angústia minha a partir do foco do atendimento, porque nós temos uma grande facilidade de trabalhar com aquilo que é mais evidente, mais visível e é mais fácil. Então hoje é mais visível a ação que tem sido efetiva, constante, eu acho que muito boa, tanto da polícia rodoviária federal quanto da polícia federal, no tocante ao desmantelamento das redes, às investigações. É muito mais fácil nos tratarmos dessa perspectiva porque está aí, está batendo, mas existem outras questões que precisam ser colocadas para você pensar o enfrentamento ao tráfico que são fundamentais.

Uma, é a forma com que nós vamos prevenir para que essas pessoas não sejam traficadas, como é que nós vamos discutir isso nas escolas, como é que nós vamos discutir isso em campanha, como é que nós vamos transformar isso de fato num problema nacional e social. Acho que esse é um debate que nós vamos ter que enfrentar e aí não entra só o governo.

Acho que aí todos e todas nós do governo e da sociedade nós precisamos começar a pensar sobre a cultura e o olhar que se tem sobre o que são os países do primeiro mundo, as relíquias que ali estão, acho que esse é um desafio que nós não sabemos ainda como trabalhar. Então um desses aspectos é a prevenção, que a política trata, mas que nós vamos ter que saber trabalhar com ela.

A outra questão e aí para mim vem o grande desafio, que nós vamos ter que falar do que nós queremos, do que nós estamos falando. Nós estamos falando de uma política de Estado, nós estamos falando de uma política de governo, de que política nós estamos falando? Ou nós estamos falando de algumas questões que acontecem em alguns lugares isoladamente. Qual é a problemática que nós estamos enfrentando? Se estamos falando de uma política de governo, esse governo termina daqui há três anos. Então nós vamos fazer tudo agora e daqui há três anos terminou ou nós estamos falando de uma política de Estado, que independente de qual governo que entre, dê conta de dar continuidade a uma política que esteja acontecendo efetivamente. Se

nós estamos falando de uma política de Estado nós temos que fazer uma discussão sobre a questão da institucionalidade do tema. Nós temos que institucionalizar. Porque por enquanto não é um problema da instituição e aí vem a maioria dos problemas que nós temos, ou seja, não é um problema da instituição da Polícia Rodoviária Federal, muitas vezes fica lá isoladamente na mão de fulano e do grupo dele. Então nós entendemos que tem que ser a corporação da Polícia Federal a discutir e enfrentar o tema.

Que seja o Ministério da Saúde com todas a sua capilaridade, todos os serviços, enquanto instituição e não apenas como pessoas ou departamentos isoladamente. Então esse é o primeiro desafio que nós vamos ter que discutir se a gente quiser discutir atendimento. Nós queremos pensar o atendimento, porque aí nós vamos ter que discutir aonde vai se dar o atendimento, quem vai fazer esse atendimento e com que qualidade.

Essa é a grande questão, então nós queremos fazer com que as mulheres cheguem em Guarulhos, ou as pessoas traficadas, acho que o problema maior não é só que ela só tenha a passagem até São Paulo. Porque tudo bem a gente pode fazer uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e conseguir uma passagem, mas e daí na hora em que ela chega no local dela. O que vai dizer? Que continuidade vai dar? Vai de novo para a Polícia Federal, não vai ter nenhum Centro de Referência da Mulher e a questão do abrigo, se ela não quiser voltar para a família dela e precisar ficar abrigada qual é a política de abrigo que está colocada para atender essa mulher.

E daí é um problema das ong's ou é um problema de quem trabalha com o tema. Então essa questão que nós vamos ter que enfrentar e a política trás o plano de ação, eu acho que o plano vai ter que resolver isso, senão resolver, no mínimo colocar em pauta, colocar em discussão.

Esse é um grande debate que nós vamos ter que enfrentar mesmo, que é a institucionalização do tema. Porque nós temos um problema com o tema, que é o mesmo problema da violência contra a mulher como um todo, que é a invisibilidade. Por mais que nós tenhamos feito campanha, tenhamos dito que tem rota, todo mundo sabe que existe problema, mas todo mundo finge que não vê. E se torna invisível, inclusive na onde tem

que ser visível, exatamente no atendimento ao público. Exatamente à quem atende, à quem trabalha no atendimento direto das pessoas, acho que essa é uma coisa.

A outra questão que eu vejo no atendimento e que nós vamos esbarrar na política é a questão de quem somos nós, e daí eu estou falando enquanto governo, o Estado brasileiro. O Estado brasileiro ele tem certa distribuição na Constituição que diz quem faz o quê. A união tem um papel, o estado tem outro e o município tem outro. Então você tem que trabalhar dentro de uma política de atendimento na qual as responsabilidades sejam claras e definidas, por isso a questão da institucionalização, isso é uma política pública, de Estado é fundamental. Porque o Ministério da Saúde pode normatizar, mas muitas vezes o município, se ele tem gestão plena, ele tem a total liberdade de acatar ou não. Nós podemos normatizar algumas coisas da segurança pública, mas é responsabilidade do estado decidir se ele acata ou não. Podemos normatizar alguma coisa na educação, mas é o município ou estado que vai definir. Então nós temos atribuições diferenciadas para cada parte da união. E nós temos que pensar isso, por quê?

A assistência social é responsabilidade hoje do município, nós podemos pactuar hoje no MDS, nós podemos pactuar, nós podemos colocar, trazendo uma série de discussões, mas isso tem que ser pactuado também no âmbito do município. Também junto com as prefeituras, também junto, então tem uma série de coisas que nós vamos ter que começar a pensar quando nós pensamos em institucionalização. E isso é uma coisa que é fundamental para que nós comecemos a pensar. Um outro fator que é importante na questão do atendimento é qual é a metodologia de atendimento que nós vamos pensar? Por que uma coisa é a gente pensar o atendimento, e daí para mim é muito mais fácil reproduzir o atendimento que a gente faz com a violência doméstica, porque com 30, 40 anos de luta, né, de experiência nós já acumulamos nessa área. Agora qual é o atendimento que nós vamos dar as mulheres que estão retornando? Elas têm o direito de ir e vir, de sair novamente do país. Elas têm o direito de decidir o que vão fazer com seu corpo, elas tem o direito de decidir o que elas querem. Então não adianta uma política de abrigo como nós temos hoje, que a mulher fica 90 dias

na casa de abrigo, é sigilosa, isto não serve para as mulheres que voltam. Essa política não serve, nós temos que pensar num outro tipo de abrigo quando ela retornar. Porque se ela quiser retornar e continuar a exercer a profissão de prostituta na rua da esquina, quem vai dizer para ela que não pode? Não tem nenhum lugar que diz que não pode, então acho que essa é uma questão que nós temos que saber trabalhar e discutir e daí nós vamos esbarrar nos problemas da sociedade, nos conceitos e nos pré-conceitos, do que é a questão das mulheres, a questão da prostituição, exercício do corpo, exercício dos direitos sexuais e reprodutivos, que todos nós temos e que ninguém muitas vezes assume, isso é fundamental a gente ter claro.

A questão do atendimento nos Centros de Referência às Mulheres Vítimas de Violência, nós temos uma metodologia criada que tem dado certo com as mulheres que sofreram violência doméstica, agora nós temos que testar para ver se serve para outras mulheres, porque não é o atendimento que é dado lá no aeroporto, tem que ser um atendimento continuado, permanente, que ela se sinta segura ali, se ela vai parar por dois meses e continuar depois tem que continuar sendo atendida com a mesma qualidade, do mesmo jeito. Então você tem uma série de elementos que você tem que pensar na estrutura do que é colocado, no governo, nos pensamentos e na cultura para você pensar num atendimento de qualidade. Um atendimento com respeito, portanto são desafios, na minha opinião, que estão pautados e colocados que nós vamos ter que enfrentar.

Para nós da Secretaria de Mulheres, nós estamos desde maio, né Priscila, prometendo, prometendo, prometendo e não consegue cumprir um Workshop para discutir prostituição. Para discutir prostituição você tem que discutir uma série de outras questões que advém do tráfico de pessoas.

A questão da campanha, vamos pensar as campanhas nacionais de enfrentamento ao tráfico, eu acho legal você chegar no aeroporto e ver aquela mulher de costas, aquele monte de risquinho, mas péra lá, o que é mesmo? Nós temos que ter uma campanha que esteja no aeroporto, que esteja nas ruas, esteja na favela, que esteja em frente do shopping. Que seja uma campanha que diga que tem coisas boas no Brasil, fazer

uma campanha que mexa com o subjetivo e com o imaginário porque é disso que nós estamos falando. É essa perspectiva que a gente está construindo e que a gente tem que trabalhar a questão do atendimento. E por fim, duas outras coisas que para mim são fundamentais, eu acho que você não faz uma política pública de Estado se você não tem planejamentos fundamentais. Primeiro, vontade política de fazer com que isso aconteça. E daí a vontade política ela vem ou da atenção, ou do debate ou da convicção, do que está sendo colocado e a segunda, precisa ter recurso. Porque se você não tem recurso para implementar uma política não adianta você dizer que tem, porque também é falso. Você tem que dizer o seguinte, eu tenho uma política e para essa política eu tenho tantos milhões para gastar. E nós vamos dizer para a sociedade de quanto são os milhões, a sociedade vai dizer que é pouco e vai tensionar lá no Congresso para ter emenda parlamentar, vai tensionar no próprio Ministério para tirar de outro lugar, mas esses dois elementos são fundamentais. Eu sempre discuto, eu sempre falo, que não é possível que a gente não tenha, nessa Polícia Federal, um grupo completamente especializado, com equipe e com tudo, só para isso. Porque as redes de tráfico são tão grandes e tão especialistas ou minuciosas do que as redes de drogas. Por que existem outras formas de aliciamento, como a informal, que é a da amiga da vizinha, que tem um outro olhar, uma outra investigação, uma outra visão. Isso falando de um departamento, mas você foi pegar a SNJ. Essa semana eu disse claramente para outro secretário nacional de Justiça que nós temos uma política e um plano agora qual é o órgão do governo que é responsável pela execução desse plano? Porque não pode ser a Secretaria de Políticas para Mulheres. A Secretaria de Políticas para Mulheres tem que ser responsável pelas questões no que tange as políticas para mulheres. O plano, como um todo, tem que ser responsabilidade da Secretaria Nacional de Justiça. E porque você pega um departamento que coloca o tráfico de pessoas que é uma questão importante numa coordenação da estrutura do ministério da Justiça. Você topa fazer esse debate junto aos deputados? Porque nós topamos. Porque isso é colocar o tema onde tem que se colocar. Se você não coloca nesse patamar não adianta a gente fazer uma série de outras discussões

porque vamos esbarrar numa série de outros elementos, de outras questões. Então, atendeu mal, não atendeu, não tem direção política, não tem orientação política porque isso é responsabilidade da SNJ, da Bárbara do Inpe, da Polícia Federal, lá no Ministério das Relações Exteriores do Bernardo. Nos estados é a mesma coisa. Pega-se uma pessoa para tratar do tema e pronto, acabou o assunto. E assim que nós queremos discutir a qualidade no atendimento? Porque não é só reprimir. Você reprime e coloca os bandidos na cadeia, mas o que você faz com a vítima? Essa é a perspectiva. Eu acho que a partir de agora só é para se discutir o que fazer com a vítima, porque na hora que a gente discutir e tiver estrutura para atender à vítima aí vai atender à vítima brasileira que retorna antes da pessoa que está sendo vítima aqui dentro. De qualquer jeito você tem uma estrutura de atendimento que dá conta do que é a complexidade do tema. Era isso que eu queria falar. Obrigada!

## **REGIANE PIMENTEL**

### **SÓ DIREITOS/PARÁ**

Querendo contribuir com o debate para dizer um poço da experiência vida pelo programa de Proteção à Testemunha do Pará. Vivemos algumas situações, mas eu diria, reportando-me ao comentário feito pela Cida, da necessidade de transversalidade do tema. Eu acho que o tema deveria alcançar um patamar superior ao existente para que a transversalidade seja mais produtiva, que é ganhar o condão de ser uma política de direitos humanos. É assim que eu enxergo. Porque as causas são sempre as mesmas. Elas vêm de um determinado fundo, de um cenário comum que pode ser retratado a partir de uma posição

econômico-financeira. Mas eu levo mais adiante que é a capacidade de realização dos sonhos das pessoas, que é uma coisa mais subjetiva. Logicamente se concretiza a partir destas questões materiais, palpáveis, digamos assim. Há alguns dias atrás nós tivemos um seminário promovido pelo Sou Direito e uma psicóloga, trazia uma discussão importante. Todo e qualquer esforços que a gente busque, todos os auxílios de todas as secretarias, eles não vão ligar se na verdade a gente não se tocar na figura do usuário nas construções destas políticas públicas. Por conta das especificidades que se apresentam em cada uma destas questões. Eu digo isso porque o Programa de Proteção à Testemunha vem sendo muito acionado no sentido de se colocar como uma possibilidade de atender a estas pessoas. O Programa de Proteção à Testemunha, ainda há pouco eu relatei algumas situações, mas existe um trabalho específico para este programa. Programa em nome da segurança, ele impõe ao usuário inúmeras limitações. Existem regras, existem termos que precisam ser assinados, compromissos que precisam ser honrados tanto da parte de quem executa ou de quem se propõe a estar naquele programa. Porque a anuência do usuário é coisa fundamental, uma condição sine qua non para que a proteção se estabeleça. E é totalmente ao contrário ao perfil da vítima de tráfico de seres humanos, justamente por conta disso. Se a pessoa se submete a abrir mão inclusive da sua própria dignidade é a indústria de uma coisa que num determinado momento ela elegeu como superior que é a realização de seus sonhos.

A experiência mostra que a maioria das mulheres que são vítimas do tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual são mulheres que tem uma vivência marcada pela violência sexual, inclusive violência praticada dentro de casa, pelas pessoas próximas como pais, padrastos, irmãos e tios. São pessoas que têm filhos e sem condições de mantê-los. Então se submetem a essa situação a partir de um cenário comum. Vão atrás de sonhos. Sei lá, eu quero um melhor futuro para meu filho, para meus pais. Eu quero me dar condições materiais mais dignas. Ela não se adaptará a um programa que exige limitação em nome da segurança que são de coisas elementares. Dentro do programa é regra, é lógico que dependendo da situação isso pode ser flexibilizado, mas a



peessoa não pode ter telefone celular, que é uma coisa comum para qualquer pessoa aqui. Isso eu to falando de um pontinho que parece insignificante, mas que na vida prática no que diz respeito à discussão da realização dos nossos sonhos é ponto fundamental. É confronto. Então não há como se adequar.

Nós enquanto Programa de Proteção à Testemunha, enquanto gestores dessa política pública de segurança, nós somos os primeiros a reconhecer que essa não é a saída. Pode-se ter uma política de segurança a essas vítimas? Pode, mas desde que haja um olhar específico para as características do usuário a quem a gente oferece o serviço. Porque senão a gente está fadada ao fracasso.

Eu queira relatar algumas situações que me dão aqui munição para falar dessa questão. Nós tivemos, por exemplo, o acompanhamento de uma adolescente que na época que ela entrou no programa não existia o programa federal, ela vivia num estado onde não havia programa federal que realiza todos os procedimentos de ingresso e ela distribui dentro das redes estaduais. Ela foi incluída na rede de proteção do Estado do Pará. Na época ela tinha 16 anos, morava numa cidade do interior de seu Estado no Nordeste em mudou-se para uma capital que era na Paraíba, João Pessoa. Lá ela foi levada para a prostituição. Os conflitos começaram a aparecer. A família não sabia na verdade do que se tratava. Existia uma vida independente. Uma adolescente muito vistosa, muito bonita que queria viver os seus sonhos. Ela encontrou esse caminho que dentro da família ela não teria certamente as condições que naquela situação ela encontrou. Ela resolveu falar e ela foi procurada inclusive por aquela CPI e por conta das denúncias que ela apresentou na CPI ela foi inclusa no programa. Ela saiu com 19 anos e até o momento em que ela saiu não existia nenhum resultado jurídico das denúncias que ela fez. Mas esse é só um detalhe. Ela ingressou no programa só, com 16 anos, foi um desafio. Adolescente desacompanhado não é uma situação fácil de acompanhar, principalmente pela imposição das regras que são naturais do programa. A gente teve que rebolar para dar conta da situação. Só que num determinado momento, a partir do investimento que era feito, do acompanhamento psicossocial que era dado, ela se deu conta e entrou

em conflito problemas de ordem psiquiátrica mesmo. Ela exigiu da gente um investimento maior e, diga-se de passagem, que na época o Estado do Pará não existia nem na rede privada acompanhamento deste tipo. Enfim, a gente foi atrás da família para que a família viesse. A família aceitou ingressar junto com ela no programa, mas dentro de uma determinada condição que só passaria seis meses com ela. A família era evangélica que ainda teve que tomar conhecimento das atividades que a menina desenvolvia. Então queriam se livrar daquele membro doente. Vindo para dentro a gente teria um auxílio maior e exigia e também um acompanhamento mais de perto até da própria família, dentro do atendimento psicossocial e que não era uma coisa, assim, pensada, sistemática. A gente teve que rebolar para dar conta.

Mas eu quero falar para vocês que se nós especificarmos o atendimento com estas características específicas do usuário, por exemplo, hoje em dia já existe o Peter Pan, que é o programa de proteção à criança e adolescente ameaçados. Se você pensar numa política de proteção, logicamente não exigindo o como exige dentro do que foi ouvido o compromisso de falar na Justiça. Vou deixar a pessoa livre até para que ela possa se sentir livre para refletir e facilitar o protagonismo dela naquele determinado papel, porque são coisas que não vão combinar. É preciso que a gente pense, mas a partir desse enfoque. Quais são os sentimentos, o que a pessoa pensa, o que ela quer, o que levou a abrir de sua dignidade para viver aquela situação. Porque senão nós estamos fadados ao fracasso. Não adianta que nós reunamos todas as secretaria, ministérios se a gente não tiver como concentrar nas características dos usuários ou dos potenciais usuários.

A grande questão que é colocada é que o governo federal vem acenando, faz oito anos, e ele implementou a política de atendimento às vítimas de violência. Então, na verdade, as entidades que trabalham com este programa atendiam um público mais variado, inclusive lá dentro da sociedade de direitos humanos nós executamos este programa também, foi a partir deste programa inclusive que nós conseguimos obter êxito em algumas ações conjuntas com a Só Direitos, por causa do atendimento que a gente presta às vítimas do tráfico. A gente foi pego de surpresa, porque enquanto nós pensávamos

no aprimoramento desta intervenção, o governo federal nos acena com a extinção deste programa sem uma reflexão maior com quem executa, sobre quais são os resultados, o que efetivamente essa intervenção traz de possibilidade de interferência, mesmo, na situação específica do tráfico. É preciso também que a gente acorde para estas questões, do que é que vem sendo priorizado de verdade. Porque uma política pública de direitos humanos a gente avalia o valor que é dado por quem está no comando do governo a partir do dinheiro que é destinado para efetivação daquela política. Eu quero concluir dizendo isso, que os esforços precisam ser colocados, as experiências precisam ser valorizadas, porque se não deu certo no estado A, B ou C, em outros estados como Rio de Janeiro e Pará são experiências assintomas que podem produzir subsídios para a elaboração de uma política de atendimento. Obrigada!

## **PRISCILA SIQUEIRA**

### **SMM**

Eu quero falar, como se diz no jargão jornalístico, curto e grosso. São coisas pontuais que eu vou colocar do ponto de vista de sociedade civil. Nós somos uma Ong que não tem relação nenhuma com o governo. Hoje de manhã eu falei que a gente está vivendo um momento histórico, sem dúvida está. Por exemplo, aconteceu em Belém um encontro, que foi colocado pela Rosa, que foi colocado em discussão a questão do tráfico lá. Está acontecendo aqui no Centro-Oeste. No final da semana que vem vai acontecer em São Paulo, um encontro internacional. Depois em outubro, dias 02, 03 e 04, vai acontecer o encontro internacional organizado pelo pessoal da ONU. Para quem há 10 anos atrás quando ia na televisão falar sobre tráfico e os caras ligavam para Tv dizendo essa mulher é louca, ta biruta, eu acho que foi um grande avanço. Primeiro o passo da psicologia e psiquiatria é você reconhecer que está doente. Pelo menos hoje a gente reconhece que estamos numa sociedade doente. Então é um avanço. Quando você tem em mãos um

plano, eu tenho dois aqui, matriz do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas com prioridades, ações, atividades, metas, órgãos responsáveis, parceiros e prazo, sendo que o último prazo são de dois anos, é um avanço. Não é perfeito não é um tudo, mas é um começo, é um andar. E este plano que a gente acredita que seja publicado em outubro vai dar elementos para a gente trabalhar, onde várias coisas que foram colocadas aqui tem que ser em cima deste plano. Porque é a música comum que nós vamos tocar. É o primeiro passo é o primeiro passo sim. Daqui dois anos a gente avalia e vê se tem mais dois anos. Mas pelo menos nós temos, de norte ao sul e de leste ao oeste, alguma coisa que nos une e nos organiza. Lá em São Paulo por exemplo, já se começa a estudar o plano estadual em cima do plano federal como nós vamos pegar essas dicas todas e fazer com que o Estado de São Paulo se comprometa em realizá-las. Em Guarulhos, por exemplo, amanhã tem a Dalila que vai estar aqui e vai poder falar melhor, já está se discutindo o plano municipal. Eu acho que é isso. Mas em cima de uma batuta só que é esse plano, em cima da política que, por sua vez, está por cima do protocolo. A gente tem uma meta em comum.

A segunda coisa que eu digo já é uma coisa mais negativa. Nada se faz sem grana. Lindo de morrer. O Lula falou na Conferência das Mulheres “até 2010 eu vou liberar um bilhão de reais para as políticas de mulheres”. Ótimo, mas como é que a gente que isso é verdade. Não estou duvidando, só quero saber como é. Como a gente vai acompanhar.

O Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico não tem mais verba própria. Cada Ministério vai liberar uma parte da sua grana para esse plano. Quanto o Ministério da Justiça, que deve ser o coordenador, vai liberar para todas as formas de tráfico que existe no Brasil. Nós já sabemos que a Secretaria Especial de Políticas Públicas Para Mulheres liberou um milhão. Tudo bem, para discutir mulher. Agora, o Ministério da Justiça tem trabalho escravo, tráfico de órgãos, tem adoção ilegal, etc. Nós temos que acompanhar, a sociedade civil tem que acompanhar. A gente tem que ser pentelho. Não tem jeito, senão as coisas não saem.

E o segundo passo que eu vejo, como dizia A Utopia, você chegou no plano e agora vai descansar. Vai descansar nada, agora você tem que tentar implementar este plano e tem que dar o passo seguinte. Decreto é Decreto e tem muito juiz que diz que Decreto é atividade autoritária da Presidência da República. Nós temos que conseguir uma Legislação, passada pelo Congresso Nacional e aprovada, uma Legislação de Tráfico. É próxima briga nossa. Uma comissão do legislativo que tanto acompanhe e abriguem a sociedade civil, para monitorar esse plano, como também para transformá-lo isso aí numa legislação. Acabou de ser efetivado nosso plano, nós já temos que pensar na outra etapa que está por vir. Tem que sair uma Legislação para não uma coisa que saiu da cabeça de um determinado presidente. Tem que ser uma política de Estado e não uma política de governo. Esse é outro passo fundamental. Outra coisa que eu sempre tenho dito, quando você fala em atendimento de mulheres traficadas, atendimento nunca foi, mas para mim é função do Estado. Sociedade civil não tem condições de fazer atendimento. Pode ajudar, pode ser parceira, mas quem tem que agüentar com a grana é o Estado. É função dele. Eu vou dar um exemplo, nossa Ong tinha duas casas. Uma na Luz num lugar, para vocês terem uma idéia, chamado de Putódromo e outra na rua dos Estudantes, da Liberdade, que quem domina é a máfia coreana, para 70 mulheres. Quando o Lula se elegeu, nós fizemos a reflexão de que ou é agora ou nunca. Abrimos mão das duas casas. Passamos para umas Ong's que tem religiosos para fazer isso e ficamos só na prevenção. Loucura eu não sei se era ou se deixou de ser, mas foi o que acreditamos que tínhamos que fazer. Trabalhamos hoje com três áreas de trabalho. A formação temos um grupo com experiência em três municípios do Brasil que estão no mapa da exploração sexual comercial, mapa elaborado pelo governo federal. São Sebastião em São Paulo, Curuaçu, em Goiás; e em Maceió, capital do Alagoas.

Transformar políticas públicas de Estado deve ser uma tentativa. Eu acho que chegou um momento crucial para todos nós, o crime organizado. Estamos enfrentando o crime organizado e até tem gente que diz assim: mas vocês não têm medo de cutucar a onça com vara curta? Porque a gente trabalha também com a questão da divulgação do

que esta acontecendo, eu acho que ainda nós somos tão ineficientes que os bandidos devem dizer, deixem as velhinhas brincar. Deixa elas brincarem de combater tráfico, deixa elas brincarem.

Eu queria é que a gente fosse eficiente. E para sermos eficientes e eficazes nós precisamos nos organizar também. Tá na hora de ter essas redes, de ter as redes de Mato Grosso do Sul, as redes estaduais, as redes regionais, da gente trabalhar em conjunto. Trabalhar respeitando as nossas diferenças, mas em parceria para a gente poder enfrentar e chegar até, dentro dos instrumentos que nós já recebemos, dos instrumentos que nós já conquistamos e não recebemos. Porque, por exemplo, no Jeteí dizia assim, sociedade civil pode ser convidada ou não. A não convidava a gente para ver o que acontecia, acabava convidando. A gente tem que estar presente, a gente tem que brigar, e eu acho que mais do que nunca, nós temos que nos organizar.

## MIRANE

### Conselho Municipal de Saúde de Corumbá

Sou Mirane, de Corumbá – MS, fronteira com a Bolívia. Eu estou aqui assim, muito preocupada em como fazer mais para tentar resolver um problema tão grande como esse. Bom, como é que eu posso fazer alguma coisa, quem eu sou, onde estou e o que faço? Eu estou aqui como sindicalista e Conselheira Municipal de Saúde, isso é o meu espaço para tratar destas questões, e daí eu fiquei muito tocada com a fala da Cida quando ela tratou deste tema em relação à Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. A pergunta: política de Estado ou uma Política de governo? E daí lá no meu município, eu como sindicalista, como trabalhadora, como conselheira municipal de saúde a gente vê o seguinte, tudo acontece é lá onde a gente mora, onde a gente vive. E daí outra coisa que foi dita aqui, vários disseram, a institucionalização do tema, é porque a gente precisa ter um comprometimento de governo, de sociedade, para a gente fazer alguma coisa.

E aí o conselho municipal, a Estela também falou hoje sobre os conselhos. A proliferação dos conselhos de políticas públicas, que a gente esta tratando aqui de uma questão que tem que ser política pública. E os conselhos como é que a gente trata disso? É muito difícil, é muito difícil. Porque no município a gente vai ter que defender, vai ter que debater a unhas e dentes para colocar isso no Plano Plurianual, no caso da saúde, por exemplo, tem que garantir orçamento como foi dito aí, qualquer política pública, duas coisas, né, que fazem com que ela aconteça, vontade política e orçamento. Tem conselho de política pública que não tem poder sobre o orçamento, ele nem sabe o quanto que tem para se gastar e como se gasta. E tem uns que não tem nada e como que é isso? Então eu fico pensando aqui, como é que eu enquanto sociedade vou participar disso. E aí eu tenho essa preocupação.

Bom, eu já me considero participando desse trabalho e daí tem uma outra questão que eu também fiquei pensando como fazer que foi dito de manhã. O tráfico ele se dá dentro de circunstâncias, vários fatores, entre eles, as circunstâncias, né? Então eu acho assim que uma coisa que é um grande problema, é a circunstância do preconceito. Porque a gente vê esse preconceito dentro da própria sociedade, na nossa casa, quando se tem uma notícia de alguém que é preso, um jovem, uma mulher, principalmente os adolescentes e jovens, que são presos por tráfico de drogas ou alguma outra coisa, aí sempre dizem: Ah, eles sabem o que estão fazendo, estão lá porque querem. Normalmente é isso que a gente escuta, na polícia, por exemplo, olha é muito difícil da gente tipificar esse crime de tráfico de pessoas se o cidadão ou cidadã é preso transportando drogas. Sabe-se que pode ser uma circunstância o tráfico de drogas.

Esse preconceito acho que a gente tem que tratar, então quando se fala vamos discutir o tema, é em todos os espaços possíveis de governo e de sociedade, para que a gente de fato desmistifique o que é o tráfico, como ele se dá, porque a gente tende a pensar que o tráfico de pessoas é normalmente por trabalho escravo ou trafico de órgãos de pessoas. Mas o que mais acontece que a gente vê é o tráfico de pessoas relacionados à droga, relacionado ao comércio sexual, ao turismo sexual, por exemplo. E isso a sociedade não quer saber de falar, não

quer aceitar que é isso, é muito mais fácil para ela aceitar um outro tipo de circunstância do que essa, que é a mais comum, a mais visível, mas que a sociedade e as autoridades não querem ver. E daí eu tenho uma outra preocupação também porque a gente encontra essas coisas, como a juíza colocou o depoimento dela, a dificuldade que há para a gente tratar disso, debater, denunciar, enfim, é perigoso, é risco de vida e a gente tem que saber se a gente está disponível a isso, né? Porque quem é que quer perder sua segurança, o convívio com a família, para fazer isso. Aí realmente, tem que ser pessoas muito comprometidas com a vida. Tem que ser pessoas muito comprometidas com o futuro da sociedade, senão não avança, porque no primeiro obstáculo a gente vai querer desistir. Espero que não, pelo menos este grupo que está aqui, né? Obrigado.

## **SOCORRO MACIEL**

### **Polícia Civil**

Eu vou falar em sentimento, primeiro porque falaram em repressão e eu sou policial e a gente só fala em repressão. A gente como policial trabalha sempre com a repressão, mas nós somos os primeiros a pensarmos no atendimento, porque quando chega uma vítima, ela é vítima, vamos fazer o procedimento, largar onde? Cadê os direitos humanos. E daí como é que chega às ong's? Porque eu ligo para as ong's. E aí como é que fica, aonde deixar esta vítima? Nós sabemos que não temos estruturas ainda. Em relação ao atendimento de vítimas de exploração sexual, temos hoje, porque tem referência. Mas nós queremos saber onde vamos deixar essa vítima quando ela é vulnerável. Quando ela está ameaçada de morte. Um dos problemas que nós já enfrentamos é, levamos para um abrigo, mas esse menino ele é travesti ele vai para onde? O abrigo de menino ou menina? E quando ele vai preso? A vítima levei para o abrigo municipal, o gerente do abrigo disse delegada pelo amor de Deus esses meninos, porque ele pensava que os meninos que iam causar problemas, os homens iam querer bater nos meninos homossexuais. O que aconteceu foi o



contrário. Os meninos que estavam lá abrigados se apaixonaram pelos meninos. E daí começou a ter brigas entre eles por causa dos meninos. E aí onde colocar? Não há onde deixar. É a angústia que eu vivo sempre em relação quando eu vou tentar solucionar a situação. E pior, é 24 horas? Não, tenho que resolver logo nesse momento a situação e acontece normalmente como a Joana Darc falou, final de semana, de madrugada, e às vezes o conselheiro tutelar não atende o celular. Entendeu? E aí é o problema. A vítima nem sempre aceita regras, isso é um problema. Coloca num abrigo, mas nem sempre aceita ir, mas não quer ir para sua família. Não aceitam nem chamar as mães, pior, para conseguir a informação tem que ter a confiança deles, não se preocupa, não vou chamar não, entendeu, mas tem a obrigação de chamar, de comunicar. E a qualidade desses abrigos? Esses abrigos não podem ser abrigos comuns, no caso de crianças e adolescentes ameaçados de morte. Nós temos que colocá-los em locais protegidos realmente e que não regressem a esse agressor porque nós sabemos que são perigosos. Por exemplo, vocês sabem o que é o doce? Doce é o cara que vai dar porrada neles, mas que também protege eles. No momento em que eles estão ali reunidos esse doce se alguém mexer com esse menino ou menina eles falam pro doce e o Doce vai resolver o problema. Mas também quando eles não pagam a dívida deles o Doce dá porrada neles, obrigando eles a pagar.

Até que ponto uma vítima vai para um abrigo como esse e passa depois a ser infrator. Temos um caso assim. Uma menina que não aceitou o abrigo, destruiu o patrimônio, causou confusão, já foi, já voltou, já foi, já voltou, hoje em dia ela é vítima, mas também infratora. Pra você ver como nós policiais também pensamos no atendimento. Sabemos que é um problema muito grande. Agora também eu quero que o pessoal do atendimento pense também na gente, porque nós somos, também, seres humanos e pensamos sim e queremos entender e queremos ajudar. Então nós temos que se organizarmos como família, saúde, segurança e assistência social nós temos que ter como família. Porque nós precisamos um do outro para nós tentarmos resolver, porque erradicar o tráfico é possível, depende de nós. Obrigada.

## SERGIO LEVY

### Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

Boa tarde. Eu sou Sérgio, do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, estou numa situação híbrida porque eu trabalho na prefeitura de Santo Antônio do Livramento, na Secretaria de Assistência Social. E a minha cidade é perto de Ponta Porã, Livramento tem uma fronteira seca então os mesmos problemas que tem em Ponta Porã, nós temos lá. E o grande problema que a gente tem é exatamente com a legislação e o jurista já falou alguma coisa, porque as legislações são diferentes, nós temos a proteção, conselho tutelar, no Uruguai não tem. Então a gente trata de uma criança uruguaia no nosso lado, tem que levar para lá e entregar para a polícia e a polícia em princípio bate, reprime batendo.

Mas se tratando de tráfico, a gente também tem umas coisas, há quatro anos atrás o Ibiss foi a Livramento, foi até a Silvana, hoje eu perguntei por ela, fazer um trabalho sobre o primeiro seminário binacional sobre o Tráfico de Seres Humanos, e o pessoal levantou ah mais aqui não tem...E convidamos a Polícia Federal para essa história e do lado de lá a comissão contra delitos e nenhum dos dois nos deram dados, dizendo que não havia denuncia de tráfico de seres humanos lá na nossa fronteira. Só passaram quatro anos e nós recentemente recebemos um convite deles para um encontro sobre tráfico e pornografia de crianças e adolescentes na fronteira. Então se a gente não provoca e muitas vezes a gente fica frustrado porque acha que não esta fazendo nada, mas cada um tem que fazer a sua coisinha, né? Se o Ibiss não tivesse ido lá há quatro anos atrás, talvez isso aqui não estivesse acontecendo hoje. Se eu não me mexer, ninguém vai se mexer. Então nós, temos essa necessidade de tentar trabalhar e juntar.

Eu vejo um avanço porque antes a gente não sentava com a polícia, não sentava com o juizado e não sentava com a promotoria, uns com desconfiança dos outros. Ou achando que ia resolver sozinho o problema. Coisa que a gente não faz, nós somos uma família, temos que nos conscientizar disso, nós somos do bem, trabalhando contra

outros percentual e se nós não nos unirmos eles vão nos passar por cima. Então eu queria dizer que hoje estou muito contente, agradecer ao Ibiss e dizer que hoje também, 20 de setembro, é o dia do gaúcho. Muito obrigado.

## **REGIANE PIMENTEL**

### **Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos**

Eu sou Rejane do Belém do Pará e faço parte da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos humanos, que é uma ong. Também faço parte de uma nova ong chamada Só Direitos, que vem construindo uma discussão no enfrentamento no tráfico de pessoas. E a gente tem várias ações e entende que essas ações elas devem ser articuladas, daí a importância da gente estar aqui, na verdade esse processo que a gente vem construindo. E assim, eu quero enfatizar que esse momento aqui ele é fruto de muita luta, de muita organização da sociedade civil organizada, é redundante, mas eu quero enfatizar isso. Hoje a gente tem um plano de enfrentamento ao tráfico de pessoas, mas com certeza ele é fruto de um processo de mobilização e organização da sociedade civil. Não tenho dúvidas disso.

Precisamos avançar sim, e aí me preocupa quando a gente coloca esse discussão do atendimento ou atenção às mulheres que estão em situação de tráfico. Eu estou tendo uma experiência a partir de uma pesquisa que a Só Direitos está fazendo em parceria com outras ong's. Eu queria dizer também que eu vim do segmento infante juvenil e no nosso estado essa luta também foi árdua, nós para conseguirmos o Estatuto da Criança e do Adolescente também foi processo de luta e organização. Conseguimos também alguns avanços nos serviços, nos programas e eu quero fazer essa relação com essa discussão do tráfico. A Só Direitos sentiu a necessidade de estar puxando no nosso estado

essa discussão, nós somos pioneiros nessa discussão. Então assim para dizer para vocês que é importante esse momento, acho que esse trabalho tem que ser em rede, esse colóquio ele também representa uma estratégia de articulação, como nosso companheiro aqui falou, antes a gente não sentava com alguns órgãos, com a Polícia Federal, com o Ministério Público Federal, enfim, órgãos que são estratégicos para essa problemática e não só na questão da repressão, porque eu acho que não é só repressão, a prevenção é fundamental. A prevenção ela se faz também com política pública e a política pública voltada para a mulher é fundamental, porque a gente percebe que as mulheres dentro deste contexto do tráfico de pessoas elas são muito atingidas. Então eu queria colocar para vocês a importância da gente discutir a política pública considerando sim a fala dessas mulheres que são protagonistas, porque a gente não as vê só como vítimas, porque a gente tem que vê-las também como mulheres que buscam, que lutam, que sonham, que muitas vezes acabam entrando neste contexto do tráfico sem saber da situação de exploração que ela acaba se submetendo. Enfim, eu queria que a gente refletisse mais nessa questão da implementação desse plano no que se refere à atenção dessas mulheres, considerando sem dúvida a participação delas nesse processo, que a gente sem dúvida busca enquanto Só Direitos e parcerias ta trabalhando. A gente faz o atendimento, mas a gente ainda esta tentando construir uma ação com esse propósito, considerando a participação delas nesse processo, me preocupa quando nós temos hoje uma discussão que esta voltada para a assistência social que é o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), que coloca a criação dos CREAS e dos CRAS. É importante, com certeza, é uma luta também, mas assim, me reportando ao Pará eu não consigo desassociar a nossa situação do atendimento a vítima de violência, quando a gente joga, coloca essa política sem um processo de construção, sem um cuidado, entendeu, no sentido de que a gente delibera, mas não da estrutura suficiente para garantir o atendimento com qualidade, para garantir a rede-guardas, para garantir outras políticas. Então que a gente se atente a essa discussão nessa ação voltada para atenção às mulheres ou pessoas em situação de tráfico. Essa é a minha concepção e parabéns para todo mundo que eu acho

que o processo é esse, de articulação, de fortalecimento, porque quando a gente senta com a polícia, se propõe a estar sensibilizando a estar propondo formação, isso é um avanço, entendeu, e tendo esse feedback, tendo essa troca porque não dá para trabalhar de forma isolada, com certeza tem muitas coisas que a gente precisa vencer, mas o primeiro passo esta sendo dado, acho que a gente só precisa avançar mais e acreditar que é possível sim mudar, um outro mundo é possível, né?

## **ANALBA BRAZÃO**

### **AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras**

Bom, eu sou a Analba, eu sou da Articulação de Mulheres Brasileiras da secretária executiva e sou do coletivo de mulheres indígenas uma organização feminista que atua no Rio Grande do Norte, em Natal. A Articulação de Mulheres Brasileira é uma articulação que tem capilaridade em quase todo o país, e a gente trabalha com vários eixos. Um de nossos eixos é o enfrentamento à violência contra as mulheres. Não é nem enfrentamento que a gente chama, é pelo fim da violência contra as mulheres, não é?

Dentro desse eixo que é muito grande, nós temos sete eixos, esse é o dois, que eu estou na responsabilidade desse eixo enquanto Secretaria Executiva, a gente tem trabalhado a questão do tráfico, mas não como o central. Porque a Articulação de Mulheres Brasileiras, todos os estados, que tem seus fóruns, que tem suas articulações, tem uma demanda local.

E é a partir das demandas locais é que o trabalho esta sendo feito. E em relação ao tráfico é mais a região norte. Os estados da região norte que tem uma atuação mais fechada nisso aí. No nordeste é mais o turismo sexual e daí vem uma questão que vocês estavam falando que é a invisibilidade.

Nós do coletivo nós trabalhamos com esse tema lá em Natal, que até uns quatro ou cinco anos atrás nós não víamos a questão do tráfico, e

começamos a visualizar que ele realmente acontece e é uma das portas que as mulheres sejam traficadas e teve já alguns bares que inclusive foram fechados porque a gente descobriu que tava tendo tráfico, em Natal todo mundo dizia que não, a saúde, a prefeitura e câmara dos vereadores disseram que não, que isso não existe. Os pesquisadores começaram inclusive a serem perseguidos porque isso não existe. Então uma coisa que eu acho que é preciso a gente colocar como estratégia é, eu tenho muito particularmente problema com a palavra transversal, para mim é uma palavra muito perigosa porque transversal passa e ninguém vê. Assim, atravessa, atravessou, então a gente tem que ter muito cuidado com isso.

Quanto à Articulação de Mulheres Brasileiras qual é a nossa estratégia? A gente investiu o máximo na Conferência Nacional de Mulheres, mas não é só na Conferência Nacional de Mulheres que a gente vai investir, trazendo a nossa pauta lá para dentro, a gente está investindo nas universidades, na área da saúde, a gente está investindo em todas as conferências que estão aí, a gente está investindo, a gente tem documentos, e que traz essa pauta mesmo que esta dentro das conferências das mulheres, a gente está levando para outros lugares, porque a gente sabe o esforço da secretaria nacional de enfrentar. Se a gente não consegue colocar isso também na pauta das outras conferências, se a gente conseguir colocar fica mais fácil, a gente sabe a dificuldade que tem. Então eu acho que isso é uma estratégia que a gente pode pensar inclusive neste plano que a gente tem aí, né? Inclusive nesse plano que a gente tem aí.

Como é que a gente aqui, nós que estamos pensando isso, que somos do movimento social ou não, mas que tem essa preocupação, isso na conferência é para pensar. Outra estratégia que a gente tem que pensar e eu me lembro muito bem da primeira reunião do plano que eu fui, que eu participei enquanto Articulação de Mulheres Brasileiras também na construção desse plano, e que foi engraçado porque eu fiquei na repressão, nunca quis ir pela repressão, mas comecei a ver que não tinham mulheres, que não tinham feministas ali dentro, eu fiquei muito preocupada que as mulheres fossem as reprimidas, né?

Então a gente foi com esse olhar, porque sabe como é difícil, por conta da questão que já foi colocada aqui, do preconceito, da discriminação e do subjetivo, das pessoas que atendem aquela mulher que é prostituta e por ser prostituta é como se ela tivesse facilitado. Então é como se ela não tivesse o direito ao direito de ser bem atendida. Então foi com essa preocupação e foi muito bom o grupo de repressão que eu estava lá, eu e mais uma companheira da Marcha de Mulheres que estava lá.

Mas as pessoas que estavam, foi muito legal porque não tinham a nossa preocupação, somada com a preocupação das pessoas que estavam lá. Essa questão da prostituição até no Movimento Feminista é uma coisa difícil de ser feita. É muito difícil porque a gente discute autonomia, a gente discute a questão da representação do corpo e a gente tinha uma insígnia lá atrás que era meu corpo me pertence. Então tem todas essas coisas que é difícil a gente encontrar vitórias entre a gente mesma. Então uma discussão que enquanto AMB a gente está fazendo essas discussões é uma articulação entre muitas pessoas, muitas mulheres, que pensam diferente mesmo.

Outra coisa também que a gente tem muita preocupação nessa discussão no tráfico de mulheres, eu acho que Cida colocou bem e eu concordo demais é como a gente trata essa questão da imigração. Quem está lá de fora, eu tenho muita preocupação em projeto aprovado e pessoas que estão trabalhando com turismo sexual ou com tráfico que seja a Usaid que esteja financiando que a gente sabe muito bem o que é que vem por trás, qual a discussão que elas estão querendo, isso aí. Para uma parte do Movimento Feminista do Brasil é muito caro a gente estar sendo financiada pelo Usaid. Então essas discussões eu acho que, agradeço muito ao Ibiss e a Estela por ter nos convidado para participar porque a gente está precisando acumular esta discussão na Articulação de Mulheres Brasileiras. Bom era isso porque as outras coisas eu não estou conseguindo enxergar.

## CIDA GONÇALVES

### SPM

Eu prometo ser rápida, eu só queria dizer que quando eu falo, quando a gente trabalha na questão da repressão, acho que a gente, não que eu seja contra, nada disso, mas nós estamos aprendendo uma coisa no enfrentamento da política, na elaboração da política nacional de enfrentamento da violência contra a mulher é que nos primeiros anos como nós não tínhamos nada, nós que viemos do movimento de mulheres colocamos tudo na delegacia de mulheres e colocamos as coitadas para ficarem doidas, porque tinham que fazer assistência social, tinham que fazer psicologia, tinham que dar conta de abrigar, dar conta de dar comida e leite para criança.

Então, nós estamos dizendo uma coisa, cada um tem um papel para cumprir, a assistência social tem que cumprir a dela, a saúde tem que cumprir a dela, a educação tem que cumprir a dela e a segurança tem que cumprir a dela. Se nós não partirmos desse pressuposto e trabalharmos na perspectiva do que se tem que fazer, eu acho que esse é o grande desafio e daí eu vou falar de novo enquanto governo, o serviço público tem que se dar conta disso, o grande desafio que está colocado para o servidor público é sair detrás da sua mesinha, da sua cadeirinha é começar a fazer uma articulação e trabalhar em rede.

Então nós temos que reconstruir no país uma outra cultura de servidor público, porque há temas que não dá conta. Então se você tem uma instituição que tem que cuidar do atendimento do abrigo, você tem que fazer a sua parte que é ir lá, pegar e encaminhar e tem que ter atendimento 24 horas. Não dá para serviço público nesse aspecto fechar as 18h00, tem que ter alguém depois disso para atender telefones, encaminhar e resolver as coisas. Esse é um processo que nós temos que construir dentro do serviço público e nós não temos.

A questão da corporação, de ficar trancado, a questão de não fazer a ligação, de não fazer o encaminhamento para o outro é uma coisa, nós ainda temos um outro problema dentro do serviço público que deve ser enfrentado que é a questão do que é mais importante, é a saúde, é a



assistência social, é a segurança pública, é a educação, discutir a rede é uma dificuldade.

Porque tem lugares que quando a gente fala que a saúde esta convocando o pessoal da segurança pública fala que não vai, e assim vice-versa, aí começa um Deus nos acuda, liga a Claudia para mim e eu ligo lá, aí liga a Claudia para mim e eu ligo lá e digo tem que ir e não tem conversa. Exatamente porque a gente não consegue superar algumas coisas que foram construídas.

E nós só vamos conseguir resolver a questão da violência contras as mulheres e a questão do tráfico na hora em que nós conseguirmos entender que tem que ser um processo de rede, cada um tem que fazer a sua parte, e não só o serviço público, a sociedade civil também, eu estou falando mais do serviço público porque acho que é o que mais precisa mudar, que tem que ser investido na perspectiva da desconstrução do que está aí, na reconstrução, num novo olhar e nova perspectiva, o que é humanizado, o que é integral, acho que isso que a gente vai ter que fazer dentro do serviço público. Para a partir daí a gente construir um outro patamar que efetivamente não fique tão sobrecarregado com a responsabilidade do que cabe aos outros porque o outro não quer assumir. Era só isso que eu queria falar.

## **LOURDES ROSALVO**

### **UEMS**

Bom, eu não poderia deixar de primeiramente agradecer a oportunidade e a paciência de vocês, por isso prometo que vou ser breve. A minha fala já foi contemplada em parte pela Cida e falar por último depois de tantas falas, tanta sabedoria, é extremamente complicado. Eu sou Lurdes Rosalvo, trabalho na UEMS, sou do quadro efetivo da UEMS,

coordeno o programa de Direitos Humanos da universidade estadual e o programa Escola que Protege do MEC.

Só complementando a fala de alguns colegas, quando a Priscila disse que há a necessidade de inserir a temática nas escolas, ela tocou num ponto muito importante, nós fizemos isso com o programa Escola que Protege o ano passado, que não era contemplado, mas nós inserimos o Tráfico de Seres Humanos, para ser trabalhado nas escolas e tem surtido efeito porque muitas pessoas não conhecem, não sabiam o que era o conceito de tráfico, lógico que tinha uma abordagem mais superficial do que se trabalha aqui, por exemplo.

E nós não devemos nos esquecer de que a rede de proteção ela existe, mas ela tem que ser articulada, e o Escola que Protege propiciou isso em Dourados, porque nós não temos o PAIR, então com o Escola que Protege nós conseguimos essa articulação, então quando a Cida diz que tem que ter esse trabalho articulado, não é só a questão da prevenção, tem que ter o encaminhamento, o atendimento, porque aquele que está lá na ponta como diz os colegas, ele não vai ter sequer nem a coragem de num primeiro momento, professor se não for preparado, ele não vai ter a coragem de encaminhamento porque ele convive naquele local, lá é a vida dele, é o bairro dele. Ele também está submetido a estas vulnerabilidades, né?

Então a Rede é muito importante até para que ele tenha esse conforto, essa confiança de que ele vai fazer o encaminhamento e não vai ser divulgado que ele fez esse encaminhamento e que lá na ponta vai refletir no atendimento. Não vou me estender mais, só agradeço a oportunidade.

## **APRESENTAÇÃO CULTURAL**

### **MARIETE FELIX**

Não choro mais de dor, o que passou, passou, só quero ver o sol de novo ver brilhar.

As lágrimas são como um rio, que nos leva à algum lugar, o choro forma à um rio, em volta do barco que carrega a vida da alma.

As lágrimas erguem seu barco das pedras, soltam num chão seco, carregam para um lugar novo, um lugar melhor. Quero cantar a flor que hoje desabrochou, desabrochou. Há oceanos de lágrimas que as mulheres nunca choraram, por terem sido ensinadas a levar para o túmulo o segredo dos pais, das mães, dos homens, da sociedade, do encontro sexual.

O choro da mulher sempre foi considerado muito perigoso, pois ele abre os trigos, os ferrolhos e os segredos que ela carrega. Na realidade, porém, para o bem da alma selvagem da mulher é melhor chorar. Para as mulheres as lágrimas são o princípio de iniciação para o ingresso no clã das cicatrizes. Essa eterna tribo de mulheres de todas as cores, todas as nacionalidades, todos os idiomas, que no decorrer dos séculos, passaram por algo de grandioso e que mantiveram o seu orgulho.

E o que virá depois, vamos curtir depois. E o que se foi passou, nem vamos mais falar. Vamos cantar o sol, que hoje nos despertou, nos despertou. Cantar o sol, o poeta Pablo Neruda diz que o dever do poeta é cantar com o seu povo. É dar ao homem o que é do homem, sonho e amor, luz e noite, razão e desvario. Assim, a poesia não será cantada em público.

Para o nosso poeta brasileiro Thiago de Melo a poesia é uma arma contra as forças escuras, contra o império da injustiça, da arbitrariedade e do terrorismo. E o velho Neruda ele complementa dizendo: a poesia é sempre um ato de paz. Nasce da paz como o pão nasce da farinha.

Olhos de dezembro

Olhos de finais

Olhos de cansaço

Olhos da paz

São os teus sinais

Olhos teus, claros demais

Por eles vão recomeçar

Olhos enfeitados

Olhos na paz

Olhos de presentes

Olhos fatais

São como os meus

Olhos teus  
São meus sinais  
Vão me levar até o cais  
Olho amarelado  
Verde e azul  
Verão molhado  
Olho do sul  
A minha alma, o meu amor e a minha voz  
São olhos meus  
São os teus sinais  
Olho adocicado  
Feito de mel  
Olho encharcado  
Sobre o mel  
A mesma dor  
O mesmo mar  
Olhos iguais  
Um olho só  
Um grande cais  
Olhos do Oriente  
Olhos de Deus  
Olhos palestinos, índios, ateus  
Luz de olhar de qualquer lugar  
São teus sinais  
São olhos meus  
Olhos do Ocidente  
Olhos cristãos  
Olhos africanos  
Latinos, irmãos  
Olhos negros, americanos  
Vão ancorar no mesmo cais

Tem um filho dessa terra  
Foi amor sem passaporte  
Se o gestar foi brasileiro

Não me chames estrangeiro  
Cada pedra, cada rua  
Tem um toque de imigrante  
Levantaram com seus sonhos  
Um país que não tem dono.

(O primeiro texto é do livro Mulheres que correm com os Lobos, as poesias são duas do Pablo Neruda, uma do Thiago de Melo e a música a primeira chama Hoje é do Edu Fischer, depois Meu ofício de cantor, Retina da Consuelo de Paula e Fluxo de órgão da...). Muito obrigada.

## ANTÔNIO SARDINHA

### IBISS|CO

Bom, bom dia para vocês. A gente hoje começa a dar seqüência a discussão de ontem e nós vamos trabalhar hoje uma discussão, se vocês checarem a programação, dá para ver que é uma discussão durante todo o dia. Hoje nós vamos sentar e discutir talvez com mais profundidade, o tema central do colóquio, o atendimento à pessoas em situação de tráfico. E ontem nós tivemos falas, que puderam trabalhar o contexto do tráfico, o conceito do tráfico e o tráfico pelas perspectivas institucionais, para que hoje a gente pudesse checar o que é que foi consenso ou não ontem, para a gente encaminhar hoje, em termos de discussão para a ótica do atendimento. Se vocês me permitem eu gostaria muito de fazer, não é uma resumo, porque fica difícil resumir tudo que foi conversado aqui ontem, mas eu tentei fazer a partir das falas de vocês, aquilo que foi destaque, gerou alguma discussão polêmica, ou foi ponto de consenso das discussões que nós fizemos ao longo do dia. Para aí sim nós iniciarmos a discussão de atendimento a partir da fala de alguns colegas.

Bom, no período da manhã nós falamos sobre tráfico, discutimos o contexto e o conceito de tráfico. Dessa fala o que me chamou atenção

ao longo dos debates de todo o grupo foi o consenso da complexidade de se discutir tráfico, porque existem questões estruturantes que fazem do tráfico mais que um crime, existem relações outras por trás do tráfico que aí vocês pontuaram, tanto as relações de gênero, quanto as relações de direitos sexuais e reprodutivos quanto as relações dos direitos sexuais e reprodutivos, quanto a discussão sobre a prostituição. Quer dizer, discutir tráfico é inevitavelmente passar por estas questões, portanto o atendimento não pode deixar isso de lado e pensar o tráfico simplesmente como crime que precisa ser combatido.

Outro problema destacado pelo grupo, a desterritorialização do crime, onde é que tem, onde é que ele está, ele está aqui, mas não está, ele está perto, mas está longe, essa dificuldade de mensurar e de tornar o problema geográfico, torna o tráfico um problema também difícil de ser enfrentado. E aí por isso as falas da Verônica, as falas do colega do Vice-consulado do Paraguai, a partir disso colocaram o quê, em função dessa desterritorialização nós precisamos de cooperação, uma cooperação técnica, uma cooperação política, uma cooperação institucional, primeiro entre a gente, no nosso país, depois do nosso país com outros colegas. Por quê? Porque a pauta também do tráfico ficou concentrada no grupo por uma discussão muito complicada que é o tráfico em região de fronteira.

Talvez pelo fato do problema ser mais visível ou pela incidência ser maior, todas as discussões sobre tráfico ontem pautaram as discussões do tráfico na fronteira. Então nós temos um problema, problema para a gente e problema para os colegas que são vizinhos, e aí a dificuldade de se trabalhar o que é fronteira. Como é pensar fronteira? Quem está na fronteira culturalmente em que espaço? Porque a política de atendimento permite pensar essa discussão.

Uma outra discussão sobre o tráfico ontem, tráfico é um debate que não pode fugir de um outro debate. Os projetos de desenvolvimento, falar de tráfico é falar de projetos de desenvolvimento que o estado, a cidade e o país adota para si. A questão das carroviarias, das usinas ontem foram uma discussão que caminharam para essa questão. Bom, depois, o grupo colocou ontem uma necessidade importante, estratégica de pensar o tráfico como um problema que afeta os

brasileiros lá fora, mas um problema que afeta os nossos colegas estrangeiros, o outro que o Gilberto provocou, perto da gente. Então a gente tem que olhar para o nosso público que está lá fora, mas quem está lá fora está aqui dentro também. E daí a ótica que talvez o atendimento possa mudar, como eu penso o atendimento para o cidadão do meu país e como eu penso o atendimento para o cidadão que não é da minha nacionalidade. É o outro que causa medo, que causa, é o estrangeiro.

Bom, uma outra discussão sobre o tráfico, ontem as duas discussões que talvez polarizaram o debate foram o tráfico e o mercado sexual e a prostituição e uma outra discussão que foi o tráfico e o trabalho escravo, o trabalho servil.

O tráfico e o trabalho servil, um ponto importante, que não havia aparecido em nenhuma outra discussão sobre o tráfico e trabalho, a responsabilização dos sindicatos dos trabalhadores. Quem é que enfrenta o tráfico do trabalho escravo, são só os organismos que estão instituídos formalmente para isso ou são só os próprios trabalhadores que estão se organizando e tem que pensar isso como uma pauta do sindicato. É uma provocação do colega da Pastoral.

É como que eu utilizo os mecanismos de fiscalização e de repressão que eu tenho, para reverter isso para os trabalhadores e daí a discussão do FAT que como a juíza do trabalho, a Cláudia também havia pontuado. E um projeto de lei de pensar o FAT e os recursos do FAT para os trabalhadores, isso esteve no debate de ontem. E esse debate não pode só ficar aqui, nós que sabemos que esse debate estava acontecendo a gente pode passar ele adiante dentro dessa questão.

Ontem a última colocação que foi feita é qual a relação do tráfico e aí sim, o tráfico e a prostituição e uma colocação que a Verônica provocou e o Bernardo também complementou informando sobre as relações que existem de atendimento no Ministério que é o tráfico de mulheres para exploração sexual e como é que esse atendimento de mulheres é feito lá fora. A Verônica trouxe uma informação importante que foi, o atendimento também precisa ser pensado lá onde ele acontece, em outro país. Como é que isso vai ser? Será que dá para pensar em redes locais com os consulados lá fora. Quais são as circunstâncias que nós

temos políticas para isso? Isso foi conceitualmente que nós conseguimos absorver do grupo de ontem sobre o tráfico. Entendemos o tráfico, nós passamos para o item seguinte. O que é falar de política pública? O que é falar de política pública e o tráfico? A Estela pontuou algumas questões conceituais sobre políticas públicas dizendo que nós avançamos do ponto de vista das políticas públicas. Elas passaram a ser vistas por óticas diferentes. É direito, tem um procedimento de administração que é demandado e algumas políticas já chegaram a isso. E a questão da equidade, uma diretriz para as políticas sociais.

Mas, apesar disso, as políticas sociais sofrem um processo de setorialização. Elas estão ainda nas caixas. E pior, e aí cabe uma discussão, também fazemos o controle social das políticas em caixas. Além da política social ser setorial, o controle social também é. Isso pode ser um problema se a gente pensar numa situação de tráfico porque não é um problema setorial, é um problema do sistema. Sobre o atendimento, a gente começa fazer hoje a discussão mais interessante. O debate sobre o atendimento começou com a discussão sobre o protocolo de Palermo e o que o protocolo via e entendia sobre atendimento. E desencadeou a discussão sobre como o Brasil está pensando o atendimento pela política nacional. Foi feita a apresentação da política, algumas diretrizes e pontos importantes, a partir da provocação dos colegas que talvez estudaram o protocolo e disseram que o protocolo pensa atendimento assim. Então a política nacional tem muito olhado o protocolo para o atendimento, então a gente fez a discussão centrada nisso. E o que ficou do atendimento hoje depois das falas da Dalila, que vai contribuir com a discussão hoje, da Claudia, que vai contribuir, do Wanderley, que vai contribuir, e a Cíntia? Antes, o que a gente deixou em aberto ontem sobre atendimento? A primeira discussão que a delegada do Pará colocou e que foi a chave. Antes da Socorro apresentar essa observação, fez uma provocação assim atender é reprimir apenas? A Socorro disse não. Eu reprimo atendendo. Ou atendo sem reprimir. A repressão é o que na verdade? Aí a pergunta foi: repressão é uma forma de enfrentar, mas não é a única. E aí quem reprime ou quem responsabiliza, para dizer uma palavra mais legal,



porque já estão me olhando e ficando bravo. A Socorro problematizou uma questão importante. Responsabilizar exige muita responsabilidade. Porque eu responsabilizo e faço o que depois? A fala da Socorro, a partir do olhar da responsabilização, foi importante porque fez pensar o atendimento e enfrentamento ao tráfico por uma óptica mais global, da rede. Aquela rede que a gente fala bastante e tenta chegar a um consenso do que essa rede representa. A Joana pontuou ontem uma preocupação. Eu tenho números aqui na minha mão. São números que dizem alguma coisa, mas os números chegaram para mim porque eu faço um trabalho que é este. E agora? O que eu faço com esse número? Eu tenho que acionar os meus parceiros. Mas quem são os meus parceiros?

Essa discussão encaminhou para uma outra. A política de atendimento ela passa a ser pensada como uma política com uma óptica para além de um aspecto. E a política de atendimento é uma responsabilidade portanto de quem? A Cida provocou. É uma questão de Estado o enfrentamento ao tráfico? É uma questão de governo ou é uma questão institucional? Eu afunilo mais, ou é uma questão pessoal? O enfrentamento ao tráfico é uma responsabilidade, por exemplo, da Joana que está na PRF. É da PRF enquanto instituição? Ou é da PRF que é uma instituição de um Estado brasileiro que pensa nas suas mulheres, suas crianças e nas pessoas que moram aqui? Essa foi uma provocação que foi pensada para chegar na outra questão que é a institucionalização do problema. Como se faz isso. Depois encaminhou para que sentido. Para uma política de atendimento existir é necessário ter uma boa idéia, ter uma mobilização política legal, mas é preciso ter dinheiro. Dinheiro se resolve por uma via que não é fácil, mas se resolve. Eu estou sendo otimista também. Mas a questão é uma coisa que eu acho legal. Ter um bom dinheiro e ter uma capacidade...

ANTÔNIO SARDINHA

IBISS|CO

Aproveitar, melhorar as que já existem, a colega do Pará, Rosa, o Provita pode ser uma política, mas o Provita para pessoas em situação de tráfico tinha um probleminha, ainda não era aquilo. Mas pode ser o começo. Abrigo, o abrigo pode ser um espaço. Que abrigo é esse? Como eu faço? Eu preciso fazer outro abrigo, eu preciso pensar numa outra metodologia? Incorporar as políticas existentes à temática do tráfico foi algo problematizado. Como é que eu faço isso? Como é que eu faço com o Ministério das Relações Exteriores que está pensando agora, o Bernardo disse ontem, no atendimento consular, com mais precisão e já trazer a pauta do tráfico para eles. Como é que eles vão trazer? Foram as perguntas que ficaram ontem. É preciso atentar para as peculiaridades do tráfico para a gente pensar na política, mas quais são as peculiaridades. Nós conversamos ontem sobre o tráfico, a gente conseguiu chegar, mas para eu entender uma política peculiar eu preciso entender que peculiaridade é essa? Qual é a peculiaridade do tráfico para o Provita pensar, para o abrigo pensar. E aí depois de tudo isso a gente já começou a ter alguns diagnósticos nas falas que foram colocadas ontem. A Graça começou a problematizar, a dificuldade primeiro para alinhar conceitos, depois não há metodologia de atendimento. Ou há metodologia de atendimento? É para vocês pensarem. Há dificuldade de pensar fluxo de atendimento, porque sem fluxo a polícia fica sozinha, aí chega na fala que a colega problematizou de novo. A gente precisa formar os operadores das políticas públicas, e a Claudia contribuiu, eles não estão sabendo ainda como fazer, embora pensem. Mas a gente tem as diretrizes, ontem faladas pelo Gilberto, o que o Protocolo diz sobre o atendimento. Vamos pensar nisso. Mas aí qual é a dificuldade? Trazer a diretriz para a concretude da política pública. Como é que se faz isso? Aí o Denis da Polícia Federal pontuou uma coisa importante, o Denis pontuou assim. Nós temos a dificuldade enquanto Polícia Federal de comunicar a informação que a gente recebe, é difícil. É difícil de se comunicar

inicialmente, o primeiro contato, a Socorro também disse isso, como é que nós fazemos isso?

Então reprimir é atender também? Você tem que aprender como fazer o processo inicial? E aí depois de todos esses debates e essas provocações, nós temos três perguntas chaves que eu vou fazer agora, depois vou fazer de novo a partir da fala da Dalila, da Claudia e dos colegas.

## **ANALBA BRAZÃO**

### **AMB**

Das falas de ontem a gente tem que prestar muita atenção na fala de Priscila quando ela coloca que o atendimento para ela é uma questão do Estado, o atendimento não é papel da sociedade civil e sim do Estado. Isso é uma grande provocação para a gente pensar e outra coisa que eu acho que não passou pelo debate, pelo menos, nos momentos em que eu estava aqui, é a questão racial.

A questão racial passou transversal ou talvez até mesmo nem tenha passado. Porque na questão do tráfico como em todas as outras questões que a gente tem trabalhado, gênero, raça e classe social são estruturantes e no tráfico não é diferente. É tanto que 83% são mulheres, desses 83% quantas mulheres negras, né? Porque não é só a questão racial, mas a gente não pensou isso, mas a gente tem que pensar que a questão racial é importantíssima para a gente pensar em como é que a gente vai estar trabalhando junto com o tráfico, porque são com mulheres, mas as mulheres não são iguais, possuem muitas diferenças entre essas mulheres. Então não é a mulher, são as mulheres.

E teve uma coisa ontem que eu acho que também, não sei como é que ficou, logo quando eu cheguei que eu fiquei um pouco incomodada com algumas falas em relação à questão racial, que as pessoas colocam, mas muitas vezes as pessoas nem sabem que estão colocando de uma forma negativa. E para quem é negra e para brancas que são anti-

racistas como a gente se coloca incomoda. Eu fiquei ontem muito incomodada com a fala onde se comparou o poder negro ao poder sujo. Então são coisas que a gente tem que ter muito cuidado com a linguagem. A gente tem que ter muito cuidado com a linguagem quando a gente vai colocar essas coisas. Como por exemplo a fala do Antônio, que ele fala o tempo todo no masculino, né? Então são coisas que eu acho que a linguagem é política e o Movimento Feminista tem lutado muito com isso, porque a gente tem que ser contemplada.

## **NILDA PEREIRA**

### **IBISS|CO**

Eu acho que na fala da Claudia ontem uma coisa assim que eu acho que a gente tem que pensar é, a Claudia falava uma coisa preocupante, né Claudia? E ao mesmo tempo interessante para que a gente pense, que política pública a saúde tem para a questão do tráfico? E eu acho que não só a saúde que a Claudia citou, mas eu acho que é uma questão para a gente pensar, quem tem política para a questão do tráfico? Que políticas públicas no Brasil temos hoje voltadas para a questão do tráfico? Então eu acho que isso pode nortear as nossas ações e as nossas, enfim, os nossos trabalhos.

## **RAIMUNDA LUZIA DE BRITO**

### **Movimento Negro**

Eu sou militante do Movimento Negro, estou numa posição muito incomoda porque eu estou nomeada como coordenadora da questão racial no estado, mas não tenho sala para trabalhar, então fui nomeada sem sala. Essa é uma situação sui generis, mas ontem, chamou a atenção três coisas. A Estela como sempre com uma capacidade de síntese muito grande e nessa capacidade de síntese dela ela vai fundo. Então ela falando sobre a política pública e cada vez que eu ouço a

Estela eu aprendo alguma coisa. Aí a fala da minha amiga de muitos anos a Luzia e que daí a menina da AMB, Analba, que ela pontuou agora, isso aí eu quero chamar atenção é para todo mundo, sabe? O preconceito ele está implícito em cada um de nós, todos nós temos algum tipo de preconceito, é besteira dizer que não tem, porque tem. Mas quando o preconceito se transforma em ação ele passa a ser discriminação e daí tem a lei 7716 que pode punir. Ele não vai punir só em relação ao negro não, é qualquer tipo de discriminação. Porque lá na lei ela não fala que é só para o negro. Ela diz que é discriminação. E o colega que eu consegui conversar hoje, o Wladimir eu achei você totalmente racista ontem, da maneira como você falava, da maneira como você vê e sente a escravidão negra como hoje o trabalho escravo com relação ao boliviano, ao paraguaio, ao peruano, etc, foram citados os nomes. Eu reconheço que são trabalhos também que merecem todo um estudo, todo um trabalho, toda uma atenção, mas o que a gente do Movimento Negro pontua é que nenhum deles foi roubado lá da sua terra, do seu torrão, trazido no porão de um tumbeiro, traziam para cá e colocavam 600 num lugar que só cabiam 300, porque os que morresse jogava no mar e os que chegasse aqui era lucro. E ontem doeu muito porque quando você falava você dizia essa é muito mais terrível. Então para o brasileiro que é racista essa é muito mais terrível, mas para nós negros que trazemos no inconsciente coletivo toda a dor, isso aí não é muito mais difícil. O Brasil continua negando os horrores da escravidão negra.

E que eu tenho que ver como é que os outros vêm aqui, mas que os descendentes de escravizados não se sentem responsabilizados, mas enquanto não olharmos esses problemas juntos com toda desigualdade racial, de gênero, homofóbica e outra qualquer de discriminação nós não vamos resolver nada. Então todo trabalho tem que ser conjunto e não adiante ser transversal. Faz tanto tempo que o Ministério da Educação fala em transversalidade e os professores dizem, eu estou usando, e você pega o livro tem duas linhas, você pega o professor falando não tem nem dez palavras. Então transversalidade para mim enquanto professora, durante 29 anos na UCDB e eu comecei a lecionar nas escolas primárias da vida com 15 anos de idade, porque naquele tempo

podia, né? Então isso é o que eu quero que se veja e que cada um bote para dentro de si porque é muito fácil para eu ficar aqui apontando porque assim não dói o pulso, mas quando eu faço isso dói o meu pulso, mas para cada um de nós fazermos isso e verificarmos como tem uma campanha no Movimento Negro, onde você guarda o seu racismo? Muito obrigada.

## **LUZIA SILVA**

### **Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Ponta Porã**

Meu nome é Luzia, eu sou assistente social, nasci em Sergipe, nordeste, sou originária de família de negros, índios, europeus. Quando a gente fez aquela colocação ontem jamais eu pensei em agredir. Só me resta o quê? Eu tenho consciência da minha negritude de sangue, eu tenho consciência de meu indigenismo, portanto se satisfaz a todos, a mim vai satisfazer plenamente, senão eu jamais iria dizer isso, senão eu jamais pediria desculpa não à Raimunda ou à colega, mas ao Movimento Negro como um todo. Muito obrigada.

## **WLADIMIR PEREIRA**

### **CAMI – Centro de Atendimento ao Migrante**

A minha fala é mais ou menos o que disse a Luzia, mas veja Raimunda em nenhum momento eu sou racista, mesmo porque a minha mulher a primeira é negra. E se eu estou vivo é graças a uma mãe negra que me amamentou, então não existe. O que eu tentei fazer é demonstrar uma situação que existe atualmente no país. O que eu fiz foi uma comparação entre o trabalho escravo e o trabalho servo. Eu acho, na minha opinião, e continuo mantendo essa opinião, que o trabalho servo é pior que o trabalho escravo e continuo mantendo a opinião. Não tenho nenhum racismo, fora eu racista jamais estaria envolvido no movimento,

não é, da Pastoral Católica em querer tirar os imigrantes de uma situação tão difícil que se encontra hoje. Então jamais não sou racista e repito, se estou vivo é porque mamei nas tetas de uma mãe negra. Mas se a minha fala foi interpretada de maneira errônea, hoje conversei com a Raimunda, passei a admirá-la e estranho que você não tivesse me dito aquilo naquele momento, já que nós tivemos uma conversa até íntima como advogados que somos. Fiquei foi pego de uma abrupta surpresa, porque você poderia ter conversado comigo lá fora. Nós conversamos tanto tempo, entretanto preferiu fazê-lo aqui. Eu vou então dizer diante de todos que eu só quis comparar e se alguém se sentiu ofendido, humildemente eu peço desculpas incluindo pécoras, só isso.

**ANTONIO SARDINHA**

**IBISS|CO**

É legal esse espaço porque representa que talvez não estejamos tão iguais, com opiniões diferentes, isso é o que vale a pena. Depois a gente pode propor uma mesa, na hora do almoço a gente faz uma mesa redonda e começa a discutir terminologias. A gente pode fazer isso. O que você acha Analba? Vou passar para a Dalila então.

**DALILA FIGUEIREDO**

**Associação Brasileira em Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude**

Não vou dizer que estou com frio na barriga porque estou, então gostaria de agradecer a oportunidade em nome da nossa entidade de poder participar e lamentar toda essa pressa minha, eu cheguei às 3h00 da manhã e não vou poder ficar o evento inteiro. Eu sei que é muito rico, sei que tudo que o Iboss encaminha é aproveitado por nós que estamos

na ponta do atendimento. Eu represento a Associação Brasileira em Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude, que vai completar 10 anos, e se propôs desde o início trabalhar de forma interdisciplinar a violência doméstica contra a mulher, o enfrentamento ao trabalho infantil, a exploração sexual de crianças e adolescentes, a violência contra o idoso e também a situação da mulher encarcerada no Brasil. Nossa entidade hoje trabalha com cinco projetos junto a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, no atendimento às vítimas de violência doméstica. Nós trabalhamos também na assistência à adolescentes que praticaram ato infracional, nós encaminhamos para o programa de liberdade assistida na cidade de Guarulhos e reinserção dos adolescentes. E também estamos trabalhando num projeto piloto de desenvolvimento de uma metodologia de atendimento à vítimas de tráfico para fins de exploração sexual focado em mulheres e transgêneros.

Eu queria antes de mais nada, falar bem rápido e dizer, da nossa entidade para que haja uma compreensão, do porque nós estamos lá. A nossa entidade quando foi fundada, passo a passo nós fomos recebendo mães que nos procuravam para perguntar o que fazer porque suas filhas haviam desaparecido.

Tinham viajado para Espanha, para Portugal e tinham desaparecido e elas se encontravam com os netos. Outras mulheres nos procuravam para deixar a guarda dos filhos com avós, com primos, com pessoas, porque haviam recebido proposta de trabalho na Espanha, em Portugal, na Suíça. E também em muitas oportunidades, a Polícia Federal do Aeroporto Internacional de Guarulhos, nos solicitava a presença no aeroporto, porque muitas mulheres lá se encontravam sem documento e condições de retornar ao seu estado de origem.

Aos poucos nós começamos a entender que nós estávamos tratando de uma situação que nós desconhecíamos. Nós literalmente desconhecíamos, nós estávamos tratando de pessoas traficadas. E daí nós fomos nos especializar, nós fomos procurar compreender isso, fomos participar de Seminários Nacionais e cursos e palestras e simpósios, e estabelecer parcerias porque a gente estava atendendo



algo que nós desconhecíamos. Um assunto novo e eu posso dizer para vocês que ainda é novo para nós.

Nós estamos num trabalho permanente no aeroporto internacional de Guarulhos, desde o dia quatro de dezembro nessa parceria, o último levantamento eu atendi diretamente três vítimas de tráfico, sem conhecê-lo como vítima de tráfico. E eu vou colocar se der tempo uma situação de atendimento dentro da área restrita do aeroporto internacional, fora da área restrita do aeroporto internacional e na entidade, a partir do encaminhamento dos Conselhos Tutelares. Quando se trata de crianças e adolescentes, crianças e adolescentes que estavam sendo aliciadas para ir para Itália com passaporte falsificado, daí eu fico pensando, a discussão do atendimento deve ser um serviço do governo publico, de qualquer maneira, as ong's precisam compreender e precisam ser a reta-guarda e nós estamos nos propondo a discutir uma metodologia reconhecendo que se trata de um serviço de natureza publica.

Isso é importante, porque nós estamos no nosso levantamento, grande parte dele já sistematizado, apontando inclusive violações de direitos no departamento de mulheres em centro de imigração, mulheres vítimas de tráfico. Países que são signatários do Protocolo de Palermo e que sequer reconhecem essas pessoas como vítimas. Embora tenham todo o seu histórico.

Mas recentemente nós estamos também acompanhando algumas mulheres encarceradas, sobretudo da África, Nigéria, Lisboa e outros países que vieram com drogas, mas que tem um histórico de tráfico de pessoas. E nós estamos tentando compreender e estudar um pouco isso que nós estamos enxergando.

Anteontem no aeroporto internacional de Guarulhos a nossa assistente, a Débora,atendeu duas mulheres de uma região rural da cidade de Rondônia, uma cidade que até então não havia aparecido em nossos relatórios.

Passo a passo o que a gente vai vendo nos relatórios nos encontramos indícios de tráficos em mulheres inadmitidas, ou seja, mulheres que não conseguem entrar no país, muitas visivelmente, sobretudo em Portugal e na Espanha há um estereótipo muito forte sobre a prostituição, as

mulheres nem chegam a entrar muitas vezes, pessoas que estavam com viagens de férias acertadas, ajustadas e que não conseguiram entrar e foram revistadas por homens. Isso deverá ser fruto de encaminhamento pelo Ministério da Justiça, discriminadas e tratadas como prostitutas e devolvidas ao Brasil. Esta é uma situação que a gente vê com muita frequência, nós há pouco tempo atendemos a várias mulheres pelo mesmo lugar, Dejaru, em Rondônia.

O mesmo histórico de ter conhecido as pessoas pela Internet, com proposta de casamento e conhecimento. Primeiro um período de conhecimento e depois uma proposta de casamento. Todas as despesas pagas por essa pessoa que as contratou pela Internet. Interessante que nesse atendimento, que é muito complexo, é necessário que se estabeleça na área restrita do aeroporto internacional, o Bernardo acompanhou um pouco o nosso trabalho e a Rejane que está aqui acompanhou um pouco também, é vital para o atendimento que se estabeleça uma relação de confiança entre a pessoa que atende e a pessoa que está retornando para o Brasil, em condição de deportado ou inadmitida porque. Porque elas às vezes não querem ser ajudadas, ela tem o direito de resguardar a sua história, nós aceitamos esse direito.

Em nenhum momento nós violamos o direito dela de ficar em silêncio e recorrer a nossa ajuda. Mas nós estamos ali para ajudar e isso é claro, nós discutimos uma coisa com o projeto Trama, final do ano, na capacitação que houve no aeroporto internacional, com toda a área restrita, os policiais federais e infraero, etc, aprovaram a criação de uma camiseta que diferenciasse bem o caráter da polícia de uma pessoa que está ali para ajudar.

Então o que acontece, nem anum primeiro momento essas mulheres, muitas mulheres, imediatamente quando você chega e diz, eu sou de uma ong de Direitos Humanos e gostaríamos de saber, você teve o seu direito violado lá fora de algum forma, você precisa de ajuda. Porque muitas vezes ela vem sem o passaporte e as pessoas deportadas inadmitidas ela vem sem a documentação que é entregue diretamente à Polícia Federal que faz a leitura do passaporte e das ocorrências eventuais. Então esse é um momento que as pessoas ficam aguardando

e não é pouco tempo, é muito tempo, para sair da área restrita pegar sua mala e deixar o aeroporto.

O que ocorre é que muitas mulheres ficaram na Europa muitos anos. NO caso de Manaus ela ficou cinco anos na Alemanha, ela tinha um histórico de tráfico, ela se reconheceu como vítima de tráfico, ela voltou ela não tinha como trocar dinheiro, não tinha mais contato com seus familiares em Manaus, foi um processo muito difícil de recâmbio e acolhimento desta pessoa, porque nós acolhemos a pessoa quando ela chega se ela quiser ser acolhida. Porque muitas pessoas não querem sequer conversar conosco, querem pegar o passaporte, sair e ir embora. Acontece que são grandes as dificuldades muitas vezes que as pessoas enfrentam, quando se estabeleça essa relação de confiança ela sente que realmente pode contar com você, relatar aquela agonia, aquela necessidade de falar com o parente, de dar uma notícia, de saber onde está a sua mala, saber como fazer para voltar para sua cidade, por exemplo, o caso de Belém que nós atendemos recentemente. A menina era de Portel, treze horas de barco e aqui eu faço uma grande provocação, a gente tem grande dificuldade de Rede de Atendimento. Então eu queria dizer que essa jovem de Portel ela estava há muitos anos na Espanha. Ela ficou muito tempo encarcerada, teve seus documentos subtraídos, ela ficou muito doente e tem um histórico muito triste.

E não é dentro desse contexto que eu quero colocar, mas dentro do respeito aos direitos humanos dessa pessoa, do direito que ela tem de não ser discriminada chegando ao país dela. Dela saber que ela não deve dizer nada ao país dela quando ela chega ao aeroporto internacional de Guarulhos, de saber que ela precisa de ajudar para retornar ao seu estado de origem. Eu lembro que a Estela em Brasília colocou, quem vai pagar essa conta do recâmbio? Essa conta é cara, porque uma mulher que ficou detida tanto tempo, você não pode viabilizar o retorno dela para Manaus, Acre, Rndônia, de ônibus, é desumano. Então é uma questão que tem que ser debatida com muita profundidade.

Enfim, eu queria colocar que o atendimento na entidade vem a partir dos Conselhos Tutelares, com as capacitações que nós fazemos, com a

compreensão dos sistemas das garantias de direitos, com a compreensão dos direitos das crianças e adolescentes, pela rede de proteção, pelos operadores de direitos, por isso que esses casos acabam aparecendo, pela compreensão dos conselhos tutelares principalmente da existência do crime, da importância de apurar o crime e do respeito aos direitos dessas crianças.

Mas aí durante as provocações eu vou ficar a disposição para esclarecer outras coisas e dizer que a nossa intenção é apenas, alguém disse o que é uma política? É ter apenas uma boa idéia? Na verdade não é nem uma idéia, nós apenas estamos fazendo o que nós sempre fizemos desde o começo de nossa entidade, atendendo pessoas que nós nem sabíamos que eram vítima de tráfico, apenas nós estamos atendendo agora na área restrita quando elas retornam ao Brasil na condição de deportadas e inadmitidas. Muito obrigada.

## WANDERLEY OLIVEIRA

### TRAMA

Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Wanderley, trabalho muito pela Mar que é uma instituição que se localiza no Rio de Janeiro e faço um trabalho de levar informação sobre saúde e tráfico de seres humanos junto à profissionais do sexo, na orla de Copacabana e adjacências. E como eu tenho um histórico onde eu também me prostitui na década de 80 em Paris, eu fico muito incomodado quando o Bernardo fala a respeito do consulado, que o consulado hoje, existe hoje, apesar de estar com braços de tartaruga ele já estar dando um outro olhar para as pessoas que vão a sua procura para ajuda. Eu, na minha época de Paris, estive no consulado, na Champs Elysses ou adjacências e quando eu pedi auxílio, a pessoa do consulado me respondeu o seguinte, ué você esta aqui por quê? O seu lugar não é aqui. Seu lugar é lá do outro lado, o que você esta fazendo aqui? E eu precisava simplesmente de um Lesse passe, porque tinha sido roubado os meus documentos e eu precisava desse lesse passe para entrar aqui, mas mal

sabia eu que ao chegar aqui eu teria outro problema de constrangimento, porque um constrangimento junto a Polícia Federal. Esse já tive um lá em Paris, outro quando eu cheguei aqui. Eu tive constrangimento de estar na fila, ser retirado da fila, continua uma salinha, tem uma salinha horrorosa ela continua?

Bom, então não mudou nada, né? Tem uma salinha que as pessoas que chegam já chegam traumatizadas das coisas que acontecem lá do outro lado. É retirado da fila, vai para uma salinha e são sujeitadas a uma interrogação de coisas que não tem nada a ver com a história, entendeu? O que é que nós estamos sonhando, o sonho foi quebrado lá fora. Quando nós chegamos aqui estamos chegando na nossa terra, daí eu penso assim, eu estou chegando na minha terra ainda tenho que dar satisfações para os outros? Será que nunca vou chegar a dar um passo a frente de não ter que dar satisfação do que eu estou fazendo? Eu já sou maior de idade, então eu tenho que dar satisfação à polícia, porque eu tenho um problema lá fora e estou chegando no meu país. Eu quero chegar encontrar meus parentes e ficar tranqüilo, estar em casa, acabou aquele problema, entendeu? Eu vou viver outros problemas mas eu vou estar no meu país, mas eu vou continuar vendo este mesmo problema. Uma outra coisa, eu queria saber também se existe hoje junto à Polícia Federal e aos Consulados de todos os países na Europa e nos EUA, se já existe a sensibilização das pessoas que atendem a quem vai procurar ajuda. Porque era terrível. O Bernardo disse que a partir de 1996, as coisas começaram a melhorar, é isto? Mas então continua porque a ajuda que faz procurar aos Consulados lá fora, é terrível, porque as pessoas não estão sensibilizadas, da mesma forma que acontece quando a gente chega aqui na Polícia Federal.

Isso é um problema muito sério, porque uma pessoa que já esta traumatizada quando chega ainda vai acontecer outras coisas aqui. É muito ruim, nós precisamos pensar nisso para ver se acontece alguma melhora.

Então eu queria também aproveitar o ensejo para falar sobre a ajuda que se busca no consulado, isto não poderia ser, fazer uma articulação com as ong's que atuam lá fora. Era bem preciso que tivesse um intercâmbio das ong's do Brasil com as ong's lá de fora, quer dizer,

ficaria bem melhor a situação para quem chega. E eu também gostaria de saber se dentro desse Plano Nacional foi pensado a criação de uma secretaria, secretaria publica que quando o governo passa a secretaria fica. Não foi pensado numa secretaria.

Mas se acontece uma secretaria, a secretaria permanece, sai governo, muda governo, a secretaria permanece. Como nós estamos na luta da homofobia, estamos na luta para que seja criada uma secretaria, porque senão o governo vai embora, a memória brasileira é muito curta.

Outro detalhe que eu queria saber, será que as mulheres quando chegam aqui no Brasil elas querem ir para o abrigo. Alguém já perguntou se elas querem ir para o abrigo? Até se sujeitar a todo aquele questionário que é preciso para que fique dentro do abrigo. Será? Será? Não encolhe não Estela.

É preciso escutar o outro, eu faço um trabalho junto às profissionais, eu escuto à todas elas para que eu possa levar à minha instituição alguma coisa palpável, porque senão não dá. Senão nós vamos caminhar, caminhar e não vamos chegar a lugar nenhum. É bem preciso que tenha que escutar o outro. Nas nossas pesquisas, nós fazemos as nossas pesquisas, muito bem. Porém, a palavra do outro precisa ser válida. Porque senão, não adianta. Eu encerro a minha fala por aqui, vou passar para os outros colegas que querem falar.

## **PRISCILA SIQUEIRA**

### **SMM**

Eu acredito que você bateu num ponto essencial, porque a gente percebe que todas essas políticas são para crianças e adolescentes, o que se tem no Brasil é bem assim, criança e adolescente é coitadinho e mulher está lá porque quer. Então não existe no Brasil ainda, nós não temos um histórico, isso a gente percebe em nosso movimento que trabalha com mulher adulta em como é que você trabalha com ela. Porque você infantiliza ela, que é botar num colégio interno com regra de dormir, acordar, hora do almoço, uma mulher que viveu como

prostituta, então essa é uma provocação muito importante que nós temos que começar a discutir.

Porque muitas vezes eu acho assim, as assistentes sociais tem um pouco de medo de mexer com essa questão da sexualidade. Quer ver uma grande dificuldade que a gente teve, o trabalho de juventude prostituta, a menina de 12 anos de idade que tem uma vida sexual mais ativa do que qualquer profissional. A gente percebe que assusta, porque é difícil mesmo, né? Mas eu creio que é um tipo de provocação que a gente tem que fazer, primeiro, como atender a mulher adulta não as infantilizando e tornando-a criança, e segundo, como atender aquela menina que é uma criança, mas como disse aquela menina lá do Tiradentes, eu dou na rua porque eu ganho dinheiro, em casa meu pai não paga nada. Esta garota tem uma experiência sexual que eu com oitocentos anos não tenho. Então como é que você vai trabalhar com essa garota.

## **DALILA FIGUEIREDO**

### **Associação Brasileira em Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude**

Eu só queria dizer que é super importante o que a Priscila acabou de falar. Porque essa concepção de abrigos para mulheres, seja vítima de violência ou vítima de tráfico de pessoas, é bem complexa. Na verdade a gente nem disponibiliza abrigo, essas coisas porque as mulheres têm autonomia. Elas têm autonomia com raras exceções. Nós temos casos de pessoas que vem com síndrome de abstinência que precisam ser tratadas dentro do contexto da saúde, que é diferente. E também só é encaminhada se ela quiser. Porque nós respeitamos o direito dela, inclusive se ela não quiser ser encaminhada. E jamais atendê-la desrespeitando sua condição de dependência ou autonomia. Nunca, jamais. Quando ela quer, ela é encaminhada. Quando ela não quer, ela não é encaminhada. Por isso o direito ao silêncio. Isso que vocês disseram de ouvir o outro e respeitar outro é muito importante. É

extremamente complexo atender adolescentes em situação de exploração sexual, tráfico para fins de exploração sexual. Nós estamos acompanhando três casos muitíssimos complexos, e é realmente importante essa fala da Priscila, porque realmente as meninas são adultas, mas são adolescentes. Nós temos que ter sempre em mente, o Estatuto da Criança e do Adolescente completou 17 anos, nós temos sistemas de garantias de direito, nós temos que respeitar o artigo 227 da Constituição e o parágrafo 4 fala que a lei punirá severamente, os abusos praticados contra as crianças e os adolescentes. Só queria encerrar isso porque como nós trabalhamos tanto com crianças e adolescentes eu achei pertinente a fala da Priscila. Obrigada.

## **FRANCISCO XAVIER**

### **Vice Cônsul do Paraguai**

Bom dia, eu tenho uma experiência no meu país porque de cada dia oito paraguaios estão pedindo passaporte para ir a Espanha. Você imagina? De cada oito, sete são mulheres. Vão ao aeroporto de Caracas e, de repente, conhecem espanhóis que lhe pregam uma peça e depois mudam completamente. Eu não sei para quê. Já se perguntam por que não tem nada a ver? Eu me pergunto onde estão os acordos, os tratados e os convênios firmados? Eu me faço essa pergunta. Por que estamos passando por isso? Também por que passamos por uma ausência do governo. Não estou falando como vice-cônsul, estou falando como uma pessoa a mais. Eu quero que o meu país vá adiante e saia dessa dor. Temos muitos problemas na fronteiras. Temos problemas tanto paraguaios quanto brasileiros. Brasileiros geralmente são mais porque há um ano não tem cônsul. Há um ano não tem vice-cônsul. O consulado está mal assessorado por funcionários que tampouco se voltam ao que comento agora. Falta um caminho Por isso te digo que é muito importante o que estamos fazendo e estou escutando atentamente. Obrigado.



## BERNARDO BRASIL

### Ministério das Relações Exteriores

A respeito do comentário da assistência consular, da minha fala e parte dos comentários, mas tem outra parte que eu confesso que me deixou meio confuso. Antes de mais nada, eu jamais disse que as coisas melhoraram a partir de 1996. Eu disse que a partir dos anos 80, com o êxodo de brasileiros para fora do Brasil que nunca havia antes nessa proporção, houve uma transformação da rede consular brasileira no sentido de ter muito mais consulados abertos e mais pessoas sendo mandadas para consulados e outra visibilidade na mídia. Foi necessária uma reação de verbas, uma disponibilização de verbas. Eu disse que houve uma metamorfose na rede consular brasileira a partir dos anos 80. Agora, essa questão da sensibilização é uma questão muito espinhosa no Itamaraty que a gente vai trabalhando. Eu comentei que a passo de tartaruga a gente está modificando e você misturou com uma coisa que aconteceu nos anos 80. Realmente dos anos 80 para cá, eu posso estar sendo ingênuo mas quero acreditar que houve modificações na maneira de se atender ao brasileiro no exterior. Mas tem muito que acontecer ainda. Nós estamos ainda engatinhando nesta parte de assistência consular. O que a gente está fazendo, por exemplo. Até o ano passado a assistência consular em Paris estava reduzida a apenas a assistência consular da embaixada do Brasil em Paris. Ano passado nós separamos e criamos um consulado em Paris independente da embaixada. Agora são dois postos diferentes, com rotações de funcionários diferentes e com verbas diferentes. Você tem a embaixada em Paris, que cuida de assuntos políticos tanto do Brasil quanto da França, e tem consulado brasileiro em Paris que cuida dos interesses da comunidade brasileiras na França. Eu lamento, e lamento profundamente, que ainda haja problemas, ainda haja pouca sensibilidade, pouca paciência, pouca disposição de certos funcionários para o atendimento para com os brasileiros que vão lá. Uma coisa que a gente vai estar fazendo semana que vem, existe um material elaborado

pela OIT, que é o passaporte para a liberdade, que é para ser distribuído ao público que é para eventuais, possíveis vítimas de tráfico de pessoas. É um livrinho, um caderninho, do tamanho de um passaporte. A pessoa pode pegar nos consulados e ler. Ali vão ter informações básicas sobre o que é tráfico de pessoas, como ele se processa, quais são os cuidados que devem ser tomados para ver você se está sendo uma vítima de tráfico de pessoas. Na semana que vem vai ter o encontro em Milão, no espaço do nosso consulado em Milão, que vai envolver 15 consulados brasileiros no exterior. A gente está falando Lisboa, Porto, Madri, Barcelona, Bruxelas, Rotterdan, Londres, Paris, Genebra, Zurique, Berlim, Frankfurt, Munique, Roma e Milão. Minha colega Beatriz, que alguns de você aqui conhecem, que trabalha na assistência consular nessa parte de enfrentamento ao tráfico de pessoas está indo amanhã para Milão para participar deste evento que é justamente para reunir os consulados nos lugares onde a gente acredita que haja mais tráfico de pessoas envolvendo brasileiros, para ver essa sensibilização. Mostrar o que está acontecendo, perguntar o que os consulados estão fazendo, apresentar este material e cada um destes postos que eu mencionei vai estar enviando pelo menos um funcionário a Milão que vai participar deste evento e vai voltar depois para o consulado e vai funcionar como um multiplicador lá.

## CIDA GONÇALVES

### SPM

Eu quero apresentar duas questões que são importantes. Primeiro discutir a questão do abrigo. Eu acho que de fato a gente nunca se perguntou se as mulheres querem ser abrigadas ou não. Agora, se tiver alguma mulher que precisa de abrigo, tem que ter um abrigo para ela se abrigar. Essa para mim é uma questão fundamental. Tem que ser garantido direito à proteção. Se ela não quiser, ela não precisa ir. Agora, cabe ao Estado a garantia do serviço de proteção. Eu acho que a gente tem que pensar, e nós da Secretaria temos muita clareza, do que são as diferentes abordagens que tem que ser feitas

para diferentes questões, para diferentes violências que acontecem. Nós temos muita tranquilidade para trabalhar isso. Nós colocamos no plano, nós colocamos na política, nós aprovamos na Conferência Nacional que o Serviço de Atendimento à Violência Contra a Mulher também vão atender as mulheres que são vítimas do tráfico. Agora, eu não sei como atender na segunda-feira não. Sendo que nós temos, da Conferência agora até janeiro, um período para rediscutir a estrutura, as equipes, a formação, a abordagem, se é a mesma equipe, se é outra equipe, a abordagem como ela tem que ser feita e se tem gente suficiente. As mulheres que vêm, quantas vêm, em que período elas vem para você definir estrutura e recurso. As coisas devem ser feitas de uma forma metodológicas para que aquilo que é ansiedade não seja um problema depois. Se for para ser feita, tem que ser feita com muita boa vontade, com boa qualidade para não quebrar aquilo que estava sendo feito. Com relação a questão do abrigo, existe uma diferença de quando as mulheres estão em Guarulhos, e de quando elas retornam para seu Estado. Nós enfrentamos muito esse problema em Goiânia. Em Goiânia as mulheres vão, ficam fora, retornam e na hora que chegam no Estado de Goiás elas não querem voltar para o interior porque elas estão vindo de um processo fracassado. Elas precisam de uma outra estrutura em Goiânia. E então liga a Dália, da coordenadoria da mulher e diz Cida o que eu faço. Liga o Redovato, Cida eu estou com a mulher aqui, vou fazer o que. Aluga um apartamento faz isso, faz aquilo. Agora, Isso tem que ser política pública. Eu não posso autorizar a Coordenadoria da Mulher a tirar um dinheiro para naquele momento fazer aquilo. É uma burocracia, porque para eu autorizar isso ela tem que justificar que ela está mudando o recurso, que ela vai aplicar ali. Isso é uma burocracia de 30 dias, a mulher já tem que estar abrigada. Acho que tem coisas que a gente tem que pensar e pensar com muita tranquilidade. Portanto, ontem, quando eu disse que a abordagem de mulheres vítimas de violência doméstica é uma, a abordagem para mulheres vítimas de violência sexual é outra, a abordagens para mulheres que retornam vítimas do tráfico é outra. São três questões que estão intrinsecamente ligadas, mas tem que ter abordagens diferentes porque são histórias diferentes e são pessoas diferentes. Isso é um processo que vamos ter

que construir, porque não existe. Nós temos as experiências que acontecem em São Paulo e algumas experiências que acontecem em outros lugares, mas enquanto política pública que tem que ser colocada e tem que ser tratada a nível nacional com diretrizes e com linhas metodológicas gerais, isso não existe, isso está sendo construído agora. Eu acho que isso é o que a gente tem que ter claro quando a gente vai discutir a questão do abrigo porque uma mulher em risco de vida ela vai ter, sim, que ficar 90 dias, 100 dias, num lugar escondido, com segurança. Mas essa é a violência doméstica. A mulher que volta e denunciou o tráfico e a rede não pode ficar neste lugar. Tem que ter outro tipo de segurança. Eu acho que é essa perspectiva que a gente vai ter que criar e construir. E aí eu estou muito tranquila porque eu acho que a gente vai ter que construir um processo tranquilo, seguro e que dê conta da dimensão que nós estamos falando.

## CINTHIA

### Profissional do Sexo

Eu me chamo Cinthia, de João Vicente. Fui convidado para falar do tráfico de pessoas e no começo eu fiquei meio em dúvida sem saber se eu vinha, se eu não vinha, quando a Estela me convidou. Falar sobre o tráfico de pessoas, o que eu devo falar? Eu vou falar um pouco de mim, da Cinthia.

Eu trabalho desde os 15, sou profissional do sexo e hoje tenho 29. Em 2004 eu fui para França, eu fui para Roma, eu viajei pela Europa. Aí quando a Estela me convidou para falar sobre o tráfico, eu disse Heloísa, eu não fui traficada, eu fui com meu dinheiro, enfim. Mas daí eu vou falar do que eu vivi, do que eu vi com as minhas amigas, que muitas foram traficadas, muitas. Eu estava falando até para um menino ali que quando eu cheguei na França, eu achei que de 20 brasileiros tinham três travestis e eu achei até que eles tratavam nós travestis assim normais,

passou, sendo que dez brasileiros, entre mulheres e homens ficaram. Eu estava comentando com ele, eu não passei muito problema não, comigo pessoa. Mas várias travestis, mulheres, de ficarem três dias comendo maçã com água, na França, Amsterdã, e quando eu fui a primeira vez não houve problema nenhum, fiquei um ano e seis meses, voltei com um italiano maravilhoso que veio para o Brasil comigo. Na segunda vez, eu já fiquei presa, só que, eu estava falando para o menino, o grande problema do brasileiro quando vai para fora é que não sabe os direitos. Quando eu cheguei que fiquei na salinha, eu disse para o policial, antes de você me prender ou me mandar para o Brasil, eu quero ir para o consulado primeiro. Porque você estando no consulado você tem a oportunidade de conversar com uma pessoa capacitada. Quando eu disse isso para o policial ele me liberou. Esse, você está entendendo...Se eu estou em dia, não estou devendo, tenho dinheiro, porque quando você está lá fora em outro país e você é pega pela polícia como imigrante, sei lá como se diz. Você é presa e eles te dão uma folha, eles te dão a segunda folha, a terceira folha, na terceira folha você é presa e você vai para Milano. E lá em Milano você assina um termo que você pode vir para o Brasil ou ficar 60 dias presa em Milano. Então quando eu falei para o menino que eu queria ir para o consulado ele falou, então vamos te liberar.

Quando eu estava conversando com o Bernardo ele falou mais é a maneira certa. E ele falou, mais se todo brasileiro soubesse o seu direito, né? É isso o que eu tenho a dizer, mas comigo foi maravilhoso, mas teve problemas seríssimos com pessoas lá que ficaram presas e quando chegaram no Brasil ficaram presas aqui, passaram, por humilhação. O grande problema do grupo dos policiais é que eles tem que trabalhar. E qual é o trabalho deles, prender, segurar as pessoas, então em Milano os policiais estão fazendo os papéis deles, eles têm que trabalhar. Só que o grande problema é a humilhação, como a menina falou ali, de ter um lugar para a gente ficar, mas esse lugar nunca tem. Nunca tem. Quando tem é um quarto com seis, sete pessoas, aí eles dão uma pizza, metade uma pizza com uma água, e as pessoas ficam confinadas ali até esperar...Isso quando o país quer te dar o dinheiro para você voltar, porque você não tem ali.

Quando eu fui para Roma e fiquei em Roma, Roma não tem dinheiro para deportação, então ninguém é deportado em Roma, porque Roma se considera uma cidade pobre, então é raro, todas as minhas amigas, trezentas, nenhuma foi deportada porque, agora quando você é deportada é um grande problema vir para cá. Então é isso que eu tenho para dizer para vocês da minha vivência como profissional do sexo. Mas não sofri grandes danos, não. Graças a Deus estou aqui viva e a Estela me conhece há vários anos, tudo que eu tenho foi pela minha profissão e to aqui e muito obrigada pelo convite.

## **CLAUDIA ARAÚJO**

### **Ministério da Saúde**

Bom dia a todas e todos, sou Claudia Araújo, sou do Ministério da Saúde e é eu trabalho especificamente na organização de redes de serviços de atenção à violência doméstica e violência sexual. Então eu sou extremamente gerencial, enquanto todo mundo esta falando do atendimento, de como se preparar para isso, na minha cabeça começa se organizar o fluxo disso, como vai acontecer, como precisa estar organizado para a gente atingir o objetivo maior que é atender as pessoas vitimizadas.

Bom, de todas as coisas que nós conversamos de ontem para cá, ficou claro que no trafico as mulheres são as pessoas de maior vulnerabilidade, que nós deveríamos estar contemplando todas as especificidades do sexo feminino. Mulheres negras, mulheres brancas, indígenas, trabalhadoras do campo, da cidade, da florestadas mulheres lésbicas, das mulheres prostitutas, das crianças e adolescentes em situação de exploração sexual, comercial, as travestis, as transexuais, que também fazem parte da atenção para mulheres nesse país.

E o eixo do atendimento ele traduz um conceito que é um conceito ampliado, ou seja, atender pessoas em situação de vulnerabilidade. No caso de tráfico há uma resposta que precisa ser desenvolvida e ela precisa ser elaborada de acordo com a realidade de cada pessoa. Nós não poderemos os criar uma receita única para atender as pessoas em

situação de tráfico. Poderemos desenvolver uma matriz, maior gerencial e aí a adaptação para realidade, adaptação para cada possibilidades técnicas de lugares diferentes e nas diferentes realidades que existem hoje.

Cabe efetivamente ao governo federal estabelecer um plano de trabalho para essa questão, que é o que já vem sendo feito com a elaboração da proposta que esta sendo acabada nos próximos dias.

E esse plano de trabalho ele se desdobra nos estados e nos municípios, para que a gente possa efetivamente compor um processo amplo de enfrentamento à questão do tráfico de seres humanos.

Quando a gente fala do atendimento e da atenção, a gente está falando de uma coisa dentro da outra. A atenção integral que é o que nós estamos discutindo é a atenção sistêmica, onde vários setores e um conjunto de atores podem estar contribuindo para o efetivo atendimento integral à pessoa vitimizada possa ser feito de melhor qualidade.

E para que a gente estabeleça isso há que se condicionar algumas coisas, a co-responsabilidade de todos os atores envolvidos, a função de cada um, o perfil de cada um, dentro do que vai se compor o eixo atendimento, que precisará ser respeitado por todos, para que a gente não invada espaços, para que não implique em ações, para que haja um equilíbrio primeiro para se fazer o enfrentamento como está se propondo.

Com isso, o que eu estou afirmando para vocês, que atendimento para pessoas vítimas de tráfico de seres humanos é uma questão do Estado brasileiro, não pode ser uma questão de governo. Não pode ser uma questão de vontade pessoal das pessoas que estão na linha do enfrentamento ao tráfico.

É uma pactuação nacional, precisa estar efetivamente documentada, pactuada entre os gestores do país, sem deixar margem nenhuma para que na mudança de governo para outro, seja estadual, federal ou municipal, haja quebra deste contrato.

Então como as outras políticas que se instalaram nesse país e a defesa de direitos que tem a militância fazendo a defesa do que o governo precisa realizar, esta será uma política que vai precisar da sociedade

civil para que o governo como um todo, o Estado brasileiro, garanta a realização das ações que precisam ser feitas.

A atenção integral ela envolve a promoção, que é o empoderamento das pessoas para que elas não se coloquem em situação de vulnerabilidade. Aí vem todo um projeto aí de trabalho e renda, da política de assistência social, da política de educação, de saúde, para que a gente se organize e ofereça o mínimo que nós da saúde chamamos de conceito ampliado de saúde que a qualidade da vida das pessoas não depende dela estar bem só fisicamente, mas ela precisa ter trabalho, comida, lazer, terra, acesso a moradia, para que ela efetivamente possa ter uma qualidade de vida melhor e não se coloque em uma situação de vulnerabilidade para a rede de aliciadores.

A outra questão é a prevenção, a prevenção não se faz a partir apenas da promoção do bem estar das pessoas. A prevenção é educação, as pessoas no Brasil não sabem o que é violência, elas não sabem quais são as formas de violência que se apresentam. E eu não estou dizendo das pessoas com pouco acesso à educação, eu estou dizendo de pessoas bem qualificadas, escolarizadas, passaram pela academia, há uma dificuldade conceitual para nós todos de muitos temas relacionados à violência.

Então a prevenção pode ser feita em todos os níveis, das crianças na escola até os doutorados e pós-doutorados, que muitas vezes as pessoas fazem colocações equivocadas por não ter conhecimento desse tema e do que isso trata.

Os diagnósticos precisam ser feitos obviamente e daí a qualidade disso precisa estar aliada à academia e a gente precisa envolver as universidades estaduais, federais, particulares, nesta questão, nessa discussão, ficam sempre à margem e aí não se integram, não podem contribuir.

O atendimento faz parte da atenção integrada que aí é efetivamente a atenção especializada colocada a prova, cada um de nós tem uma forma de expressar esse tipo de atendimento. Ela é especializada porque ela tem uma característica própria, informação própria para isso. E aí nós precisamos nos organizar para que esse atendimento seja colado um no outro, e não fragmentado como o que hoje a gente pratica.



E o acompanhamento da pessoa vitimizada que não pode ficar restrita ao cheguei no aeroporto, fui recebida, me entregaram um documento para que eu possa me reintegrar as atividades do meu país e tchau. Não se faz isso, quando você promove o acompanhamento psico-social de alguém que é vítima de violências nas praticas da atenção a violência tem muitas interfaces. Mas na pratica tráfico de seres humanos, nós teremos que nos organizar de uma forma inteligente.

As pessoas que vem da situação de tráfico de seres humanos, elas vem com problemas de saúde mental, e daí quando a gente fala de saúde mental ela não está com transtorno não, ela esta com dificuldades psiquiátricas mesmo. Ela geralmente é usuária de álcool, ou de drogas e daí a gente estava conversando no intervalo sobre o processo de abstinência porque quem é cooptado pelo tráfico ou é resgatado de uma situação de tráfico não vai ganhar uma maconhazinha para se equilibrar, vai passar um período sem uso disso e há um desequilíbrio psiquiátrico, hormonal, grave.

Tem ainda um processo de abstinência sexual, porque a pessoa acaba tendo uma atividade compulsiva de manter relações sexuais e ela sente falta disso. E a gente tem exemplos disso, crianças em situação de cárcere privado junto aos morros ou dos traficantes, elas mantêm relações sexuais entre 12 e 17 vezes por dia. Quando você tira uma criança de uma situação como essa ela está tão habituada a fazer aquilo que ela vai para cima das pessoas. Ela não tem aquela clareza de que ela não esta mais naquela situação.

Se uma criança passa por isso, uma mulher adulta também passará, um homem adulto também passará. Então precisaremos estar nos organizando para que essas formas de atenção sejam inseridas, sejam bem discutidas e sejam abordadas sem a pressa de querermos fazer sem qualidade. Então paciência porque uma política que foi aprovada há menos de um ano e o plano que esta sendo organizado no momento só poderá ser efetivamente executado daqui mais uns quatro ou cinco meses para começar a se estabelecer o que precisará ser feito localmente para isso.

E a última coisa é a reinserção social da pessoa que veio do tráfico, ela vai estar sendo inserida nos programas sociais, precisará estar sendo

acompanhada por um bom período de tempo, na saúde quando a gente atende uma vítima de violência sexual ela tem um acompanhamento em saúde durante seis meses e até cinco anos para questões psicológicas. Certamente quem veio do tráfico está numa situação semelhante e precisará de acompanhamento de várias áreas durante bastante tempo para que ela não recaia novamente na necessidade de se expor ao tráfico. O que acontece hoje é exatamente isso, não há retaguarda e ela sai da situação de tráfico e não encontra nenhuma possibilidade de empoderamento para a vida, e volta e acha que aquela é a melhor situação que se apresentou para a vida dela. E tem gente que faz muito esforço, vai para a noite, trabalha de novo, para juntar dinheiro para voltar. E cair novamente nas garras e nos problemas que nós todos sabemos que existem.

E quando a gente consegue fazer o atendimento se organizar nesta forma de clareza de papéis e de pequenos depósitos, que sejam repositórios de boas práticas, a gente efetivamente organizou uma rede de enfrentamento.

O Plano Nacional ele propõe isso, essa reorganização institucional para que a gente se organize em formação da rede. Ele está trabalhando numa co-gestão, a política sobre a gerência do presidente da república, Secretaria de Políticas para Mulheres, Ministério da Justiça e Secretaria Especial de Direitos Humanos. O plano, sobre a coordenação do Ministério da Justiça, que é o local certo para que nós todos possamos fazer as reflexões do que seja humanização do atendimento às pessoas vítimas de violência, com todos os saberes da área social apoiando à área de justiça, de cidadania.

O Plano Nacional não é nada além de uma estratégia política, uma estratégia de técnicas e uma estratégia administrativa, porque vai passar por questões administrativas a mudança de cultura de cada instituição. Isso se faz através de documentos, de normas técnicas, de portarias, de reeducação profissional. Precisaríamos estar estabelecendo responsabilidades conjuntas e que responsabilidades são essas? No caso da saúde a mudança da cultura institucional, nós somos práticos em atender pessoas doentes, pessoas acidentadas, estamos iniciando a prática de atender pessoas violentadas. Temos que desenvolver muito,

com muita clareza como trabalharemos com as pessoas traficadas. Porque isso implica um processo muito bem elaborado de reorganização da rede, não é fazer novo serviço de atenção às pessoas traficadas, é especializar pessoas que estão na rede para que elas na dificuldade de atender alguém que veio do tráfico saiba o que fazer. Saiba quem acionar, conheça os caminhos para que ela apóie a vítima de verdade. Uma outra coisa que a gente precisa estar trabalhando é a questão do orçamento público integrado. Nossos dinheiros tem nome e não está escrito em nenhum deles tráfico de seres humanos. Então isso é uma dificuldade. O Plano Plurianual, do governo federal está em desenvolvimento e o único serviço que tem esta palavrinha é a Secretaria de Políticas para as Mulheres, nenhum outro, nenhum outro, e não é por má vontade, é por desconhecimento dos planejadores, de orçamento da União que em muitos momentos não acatam as questões técnicas. Então para isso nós precisaremos estar alterando as nossas políticas individuais.

A área que eu trabalho que é a área da saúde da mulher, nós vamos estar fazendo oficinas de pactuação do plano 2008 a 2011, as ações da saúde da mulher. E todo o entendimento nosso, da sociedade civil que nos apóia, e dos outros ministérios que são parceiros, de que nós estaremos alterando muito o texto da nossa política e do nosso plano de ação para que nas questões de violência contra a mulher se trabalhe tráfico. Porque isso vai garantir que dentro do orçamento destinado para a área essa palavrinha consiga “linkar” dinheiro para a gente trabalhar. E ela precisa se desdobrar no estado, no município, nas organizações não governamentais, projetos que vocês apresentam nos organismos internacionais, um todo, para realmente podermos estar trabalhando essa questão.

Nesse primeiro momento nós não vamos trabalhar com dinheiro nenhum, nós vamos trabalhar com a raça de cada instituição colocando a sua cara na frente, no futuro sim, terá dinheiro para isso, para nós podermos trabalhar isso. E se nós conseguirmos fazer com que o orçamento publico seja integrado e que todos que tenham a possibilidade consigam visualizar as questões da violência tráfico de seres humanos dentro das suas especialidades, a gente vai ter uma

diferença imensa do que seja hoje o problema de multiplicidade de ações, de estruturas setorialistas que não conversam umas com as outras, que não dão conta de enxergar-se dentro de um processo amplo como esse. Nós vamos estar empoderando as instituições para que se quebrem as fragilidades institucionais. Fragilidade institucional hoje é o grande problema das áreas de governo que não conseguem avançar na aplicação das políticas públicas porque os seus gestores não têm a compreensão do que seja o seu papel numa missão com esta. Então era isso o que eu queria colocar para vocês e fica aqui a pergunta: o que vamos syndicar deste Colóquio para que isto tudo possa ser clareado para as estruturas que precisarão estar fazendo o enfrentamento. Continuo afirmando que não há possibilidade de fazer um plano funcionar se nós não estivermos aliados governo e sociedade civil. Sempre, não há uma coisa sem a outra e as referências e as contra-referências que é a linguagem nossa da saúde que precisarão estar organizadas para dar respostas institucionais, respostas positivas, propositivas. Então esse aqui acho que é o melhor espaço para estas conversas que estão acontecendo desde ontem para que no documento que saia daqui faça apontamentos, porque daqui uma semana estará acontecendo o Seminário Nacional do Plano e certamente as contribuições que saírem daqui farão a diferença nas reuniões em Brasília. Farão bastante diferença do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico que vai estar sendo fechado. Então os deveres de casa que serão levados por vocês e que nós do governo federal já estamos fazendo é localizar dentro das nossas estruturas o que precisa ser feito para adaptar a política pública de saúde para também enfrentar tráfico. E assim por diante todos os Ministérios, todas as ong's, todo mundo que precisar estar inserido nesse trabalho. Obrigada.

## ALVES NEVES

### Polícia Militar

Bom dia a todos e a todas. A minha intenção em vir aqui, um convite meio repentino, num contato que estive com a Estela depois de tanto tempo sem se falar, se encontrar, com a intenção de vir para saber um pouco mais e poder contribuir um pouco mais daquilo que é a nossa competência como polícia militar, mas também como cidadão, pessoa, não só na instituição, mas inserida nesse meio social. De 2003 à 2004 tivemos experiências bastante positivas no enfrentamento do abuso e exploração sexual infanto juvenil, mas a grande maioria vou dizer que negativas em decorrência de tudo o que foi falado aqui nas conversas de manhã, de uma falta de uma rede construída, falta de continuidade dos trabalho, as dificuldades de encaminhamento algumas vezes, política pública, a gente teve muita dificuldade. Todos sabem que o papel da polícia como um todo não é coibir a violência que possui inúmeras causas e infrações, o papel da polícia é enfrentar o crime e por isso que muitas vezes ouvindo os debates aqui, falando de alguma atendimento que foi precário ou que deixou a desejar. Normalmente o primeiro atendimento quem faz é a polícia. E daí tem que ter condições para poder visualizar não só a pessoa que está ali na condição de vítima ou agredida, mas também tudo que mantém essa situação, quem ganha com isso, quem tem interesse com isso, porque existe tudo isso. Mas quando acontece um fato de algum profissional atender bem ou mal isso é uma coisa pontual e não uma coisa institucional. E isso as barreiras nós estamos tentando quebrar, faz parte da polícia nacional essas capacitações. E nós como instrumentos da prática estamos levando isso à frente. Esse exemplo aqui de discussão de colocar o debate com pessoas ligadas aos movimentos sociais, polícia, governo, ong's é o grande fator positivo de tudo isso, estar aqui trocando idéias, saberes, sendo transmissores de tudo isso também. Mais do que nunca a gente tem que se unir e é essa união que vai fazer que essa rede funcione. As pessoas que são vítimas do tráfico internacional e do tráfico interno, a gente fala pouco do tráfico interno, mas sabe que existem situações

criminosas aqui com realidades locais acontecendo. As pessoas que estão aqui têm essa intenção de procurar tratar a política pública não só ao segmento, mas a pessoa, ao ser humano como um todo.

## **WANDERLEY OLIVEIRA**

### **TRAMA**

Eu gostaria de saber com relação ao atendimento como é que fica a situação das travestis e transgêneros junto às acomodações para as pessoas. Temos acomodações para as mulheres e gostaria de saber como é que fica a situação quando chega uma travesti, por favor, sempre a travesti, nunca o travesti, certo. Como é que fica essa situação dentro do atendimento e mesmo no alojamento para essas pessoas. Outra pergunta segue assim, as políticas públicas elas estão endereçadas direto ao tráfico de seres humanos ou estão agregadas a outras políticas, gostaria muito de saber dessa situação.

## **DALILA FIGUEIREDO**

### **Associação Brasileira em Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude**

É muito complexo esse atendimento, porque nos albergues em que a gente tem a parceria, complexo no sentido da rede, eu sou uma pessoa que atendo na ponta e humildemente eu coloco as minhas experiências e as dificuldades, porque com a contribuição dos especialistas a gente pode construir alguma coisa. O que eu tenho feito, sobretudo respeitando o direito, a dignidade da pessoa humana, porque é isso que a gente tem que ter em mente são as pessoas que sofrem tratamento indigno por parte da própria polícia brasileira.

Quando as trans retornam, nós damos assim uma atenção muito especial. Até porque é um encaminhamento diferente, respeitando a

autonomia, a delas também, o que a gente consegue muitas vezes, nós temos parcerias com alguns hotéis e podemos disponibilizar até duas noites, até que se consiga o encaminhamento de acordo com a vontade dela. Não somos nós que definimos isso, é ela. Eu falo até porque eu tive um problema sério no albergue e eu nunca mais pude encaminhar, porque todo nosso trabalho é baseado no respeito aos seres humanos. Eu acho que essa discussão no atendimento às trans, é uma discussão muito forte, porque eu diria que pelo menos 40% da demanda que eu atendo são de trans deportadas ou inadmitidas, chegando lá são muito massacradas, a gente até, muitas se consideram espancadas, e quando chegam aqui no Brasil são discriminadas pelos policiais que as atendem. Então os encaminhamentos são muito particulares e com a ajuda delas mesmas, elas contribuem, elas dão, ouvi-las é muito importante. Elas dizem acho que deve ser assim, acho que devemos caminhar assim, vocês não estão discutindo metodologias de atendimento? Então vocês devem atentar para isso, observem isso. Elas têm muito mais liberdade para expor suas dificuldades, suas fraquezas e suas fortalezas do que as mulheres. Elas contribuem nessa construção com muito mais propriedade, elas dizem eu testo isso para você, eu digo para você que é assim, e você pode acreditar em mim. Então é muito legal essa contribuição que elas estão dando dentro dessa construção dessa metodologia.

## **CLAUDIA ARAÚJO**

### **Ministério da Saúde**

Bom, quanto às questões de saúde que você coloca em relação as transexuais, nós do Ministério da Saúde estamos fazendo uma ampla discussão da inserção das transexuais e das travestis nas políticas de saúde.

A área da saúde da mulher em bloco já pactuou e nós estaremos trabalhando com as transexuais e as travestis nas políticas de saúde. A área da saúde da mulher já pactuou e estaremos trabalhando em parceria com as transexuais para as alterações necessárias na política,

na questão à saúde da mulher, porque nós entendemos que se um homem não se sente feliz com um corpo masculino a que veio ao mundo e se propõe a uma mudança de sexo, ou não se adequa aquele corpo que ele tem, ele é uma mulher e será tratado como uma mulher no serviço de saúde.

Haverá todo um momento da mudança de estruturas de profissionais de saúde, que ainda tratam com muita distinção, de forma negativa, as pessoas que optam pela transexualidade. É um processo que está sendo construído e na nossa área técnica essas pessoas são do sexo feminino, independente do trabalho que seja feito para que elas atinjam os seus direitos.

## CIDA GONÇALVES

### SPM

Olha, na discussão do grupo de atendimento a gente terminou não discutindo alguns detalhes, agora é que vai começar a trabalhar. Mas a discussão na política era que nós estaríamos trabalhando de uma forma igual, agora o igual tem que ser pensado também de uma forma diferente. Eu acho que a gente tem que perceber isso, igual na perspectiva do direito, enquanto sujeito, e diferente nas diferenças que estão colocadas, grupos diferentes.

Nessa perspectiva a gente fez agora um grande debate no plano da apresentação da Aids, porque as transgeneros e as travestis disseram que querem ser tratadas no campo da Aids no plano da feminização, não querem ser tratadas dentro do campo mais geral do que a questão da Aids, nós fizemos muitos debates, a Secretaria das Mulheres e o Ministério da Saúde, exatamente para a gente discutir a questão da abordagem, das diferenciações, a forma como que ser tratada, não é a mesma forma, não é o mesmo método, mas de toda forma nós incluímos no plano da feminização da Aids a questão dos transgeneros e das travestis.



Acho que é uma discussão que vai perpassar também dentro da política do Plano Nacional. Então quando você vai discutir alojamento e abrigo você tem que levar quem você está recebendo, como você está recebendo e a forma como você vai fazer.

Porque se você perceber que num lugar elas podem ser mais constrangidas, não dá para você colocar dessa forma. Essa é uma das discussões que dentro da Secretaria das Mulheres nós estamos fazendo até porque nós estamos discutindo o conceito de abrigo.

Nós não queremos trabalhar casa abrigo, nós queremos discutir um conceito de abrigo, porque o conceito de abrigo ele é muito mais amplo do que você ter só uma casa abrigo ou ter um albergue e achar que isso resolveu o problema. Quando nós estamos discutindo o conceito de abrigo nós estamos levando em consideração as diferenças entre essas questões colocadas, se a demanda da questão das transgêneros e das travestis chegar na porta da Secretaria das Mulheres para a gente pensar e discutir. Porque vai chegar, porque elas foram como delegadas para a Conferência Nacional, foram tratadas na mesma forma na questão do alojamento, mas aí é diferente, estavam como delegadas, como militantes, é diferente de quem está vindo vítima. Essa perspectiva nós estamos trabalhando com muito cuidado e tem sido um debate muito grande interno do governo, tanto do pessoal que trabalha no atendimento, na Política Nacional, nós fizemos em todos os grupos, tanto da repressão, da prevenção e da promoção, esse debate sobre como que seria o tratamento, a metodologia, a questão da forma de se ver e se trabalhar, agora não fechamos o método e não podemos dizer assim, é dessa forma e o governo está pensando no atendimento, a gente está avançando e construindo.

**RUTE**

## **Secretaria Estadual de Políticas Públicas para a Mulher de Mato Grosso do Sul**

Bom dia a todos, meu nome é Rute, eu sou assistente social, técnica da Secretaria Estadual de Políticas Públicas para a Mulher de Mato Grosso

do Sul. E uma das preocupações que nós estamos levantando nesses dois dias é a questão do tráfico externo e interno, mas eu tenho uma preocupação muito grande com nosso estado específico, pela questão do tráfico quanto ao trabalho escravo.

É uma preocupação maior ainda dentro dessas discussões, eu também sou membro do Comitê de Enfrentamento ao Tráfico daqui de Campo Grande, é quanto a capacitação dos técnicos para identificação dos casos de tráfico no estado. Porque é uma das grandes dificuldades que os técnicos encontram no atendimento, principalmente no interior e nos municípios de fronteira, onde acontecem a maioria dos casos. Então a gente tem um enfrentamento maior na questão do trabalho escravo, mais consistente aqui no nosso estado, mas de uma forma geral, ainda bem tímido a questão do enfrentamento de uma forma geral.

Uma dificuldade de reconhecimento da assistência social de estar identificando os casos de tráfico, como é que eles se dão, de que forma, até que ponto a pessoa está por vontade, até que ponto se caracteriza a questão do tráfico de pessoas. Então eu gostaria que fosse trazido essa questão, se já existe alguma orientação por parte dos técnicos que estão na elaboração do Programa Nacional, em relação a essa questão de estar voltada para a capacitação do técnico que está lá na ponta para esse atendimento nos municípios e nos estados.

## **ESTELA SCANDOLA**

### **IBISS/CO**

Minha fala é em duas coisas, eu queria dizer assim, assim como o Movimento Feminista tem uma extrema dificuldade de discutir prostituição, também o Movimento de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transgêneros e Transexuais tem dificuldade de discutir violência sexual e exploração sexual. Há um tabu no meio disso que é muito complicado. E eu sei porque há alguns anos que a gente vem trabalhando com as travestis de Mato Grosso do Sul e quando a gente quer trabalhar a questão do tráfico, aí a coisa está posta, não é isso não.

Porque é como se a gente quisesse proibir a migração, migrar é direito humano e a gente tem que pautar isso no nosso cotidiano. O movimento que luta contra o tráfico não pode ser o movimento que luta contra a migração. Isso é uma pauta dos EUA, isso não é uma pauta nossa. A nossa pauta é que migrar é direito humano, traficar é violência. Então é fundamental que a gente tenha isso. A nossa ótica não é enfrentar o tráfico reprimindo a migração, migrar é direito humano, né Cinthia, vou viajar vou conhecer o mundo.

Agora eu tenho que ver com quais condições que eu vou, o que é que eu vou fazer, qual é as condições que eu vou estar lá, se eu vou ser explorada ou se eu não vou. Isso é uma outra discussão que eu acho importante. Penso que a gente precisa se aproximar do movimento, mas com um cuidado tão grande que eu não sei nem onde começa.

A segunda questão que eu quero ver é a questão do atendimento. A gente fez a experiência de um projeto com a parceria da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, que foi fazer o tal do mapeamento, e o que é que a gente percebeu, a rede não sabe nem o que o outro faz, uma rede não tem idéia do que outra faz, uma instituição acha que a culpa do mundo está errado é a outra instituição. E aí as duas não se vêem como possibilidade de crescimento conjunto. Quando a gente fez o mapeamento, depois do mapeamento o seminário e depois do seminário, o curso, a gente entendeu o método.

Mapeamento não é contratar um consultor para fazer o mapeamento, não é isso. Mapeamento é a rede local se mapear. Isso é fundamental, então quando a gente faz isso, a Rede começa a entender a dificuldade, um começa a entender a incompletude do outro, inclusive que começa a se perceber enquanto incompleto também. Porque existem organizações que acham que dão conta tudo sozinho. Então acho que isso é fundamental, mapear é uma coisa participativa é uma coisa de conhecer o outro. Eu sempre falo assim, que as nossas unidades de saúde assim como as nossas unidades de assistência tem o defeito de achar que a unidade funciona a partir do número. Então a partir do número funciona a unidade e isso é muito complicado, e nas delegacias também, saiu da minha região não é comigo não.

Essa é uma coisa fundamental que a gente precisa implementar, está no Plano e a gente tem condições já de fazer uma descrição da metodologia de mapeamento que a gente defende, que foi isso que a gente fez agora nos quatro municípios e a gente tem as condições de estar colocando isso em publico.

Uma coisa que eu acho que a Claudia levanta, meu Deus, que sonho é esse. Como que a gente vai fazer atendimento integrado e integral, o tal do integrado e integral é um jogo, que pelo amor de Deus, como a gente vai fazer isso. O atendimento integrado significa que essas políticas vão ter que trabalhar juntos, inclusive em parceria com a sociedade civil naquela perspectiva que a Dalila colocava, que às vezes não tem jeito não, só a gente da sociedade civil vai conseguir levar a frente, caminhar uns 5 km e depois carregar as organizações do governo, porque as organizações do governo, elas são mesmo mais devagar que as organizações da sociedade civil, até pelo seu histórico, até fazer o empenho, até fazer a licitação, até fazer a decisão dos técnicos, sair a portaria, nós da sociedade civil já fomos lá, debatemos, criamos, falamos, então é da nossa identidade. Então esse atendimento integrado me parece que ele é um desafio, como é que a gente faz para as políticas se conversarem.

Eu penso, que um grande ausente deste evento, não foi por falta de esforço, se chama Renast, a Rede Nacional de Saúde do Trabalhador que está implantando não sei quantos mil centros de referência no Brasil inteiro, é para atender trabalhadores. E está escrito que lá que não importa o vínculo trabalhista, se a pessoa é trabalhador, ora se é Rede Nacional de Saúde do Trabalhador, é importante o agrotóxico, é importante a cadeia da carne, é importante a cadeia do grão, é importante a LER/DORT, é importante tudo isso, mas tem que ser importante também os trabalhadores que estão em situação pior de vulnerabilidade.

Então eu fico pensando como é que a gente vai fazer a inserção das nossas pessoas nos programas continuados, na medida em que o seguro desemprego não esta previsto em situação de trabalho informal, vamos dizer assim, porque se é homem honesto trabalhando na fazenda, quando ele é retirado do trabalho escravo ele tem direito a

seguro desemprego. E as nossas mulheres elas são tão honestas quanto estes homens, mas elas não têm direito a seguros desemprego, muito embora sejam retiradas da cárcere. Então essa é uma política extremamente excludente. Porque serve para uns e não serve para outros, pois o seguro desemprego protege os homens, mas não as nossas mulheres.

Aí vem o Bolsa Família, Pochete Família. A Pochete Família muito embora seja muito legal, seja muito importante, este pode ser um programa de ação continuada muito importante, e às vezes seria muito importante nesse momento, não só por conta das finanças, mas porque a pessoa teria condições de participar de um grupo e da socialização, que talvez seja menos o que é executado no Bolsa Família, mas é muito importante isso. E eu penso que a gente tem que caminhar para essa possibilidade concreta das pessoas que estão sendo retiradas da situação de tráfico, terem acesso a esses benefícios de ação continuada. E estava aqui cutucando a Cida perguntando, em que política o Centro de Referência à Mulher Vítima de Violência vai ficar, se ele fica mesmo na assistência social que me parece uma prática mais próxima, se ele fica nesta política, como é que a gente vai fazer para que as outras políticas participem junto do Centro de Referência à Mulher Vítima de Violência e mais do que isso, que o Centro de Referência à Mulher Vítima de Referência atenda as mulheres traficadas, não só que eles existam, mas que efetivamente eles possam atender as mulheres traficadas.

## **DENIS CALLE**

### **Polícia Federal**

Eu só queria abordar quanto à questão policial que foi aí colocada, o Departamento de Polícia Federal ele está sensível ao tema como eu coloquei ontem, o tráfico de seres humanos esta incluído na grade, na formação dos policiais, e a questão do atendimento também no aeroporto de São Paulo, realmente tem uma sala reservada aonde é feito uma entrevista com pessoas que o policial identifica e haja

pertinência de se fazer essa entrevista. Ninguém gosta de passar por uma abordagem policial, sofrer uma entrevista pessoal de eventualmente sofrer uma busca e apreensão em casa, agora o que a gente tem que distinguir com relação ao excesso ou ao abuso de autoridade, que daí configura até um crime, quanto à ação normal da polícia, a função da polícia é de se houver uma provável suspeita ele pode proceder com uma busca pessoal, essa busca é feita por um policial, é uma policial que faz essa busca, se for o caso até de ter testemunha presente na abordagem.

Com relação ao trabalho escravo tem o grupo móvel de erradicação com o trabalho forçado que é o Departamento de Polícia Federal, mas com o Ministério do Trabalho, e tem funcionado muito bem. São grupos móveis compostos por agentes, escrivão, delegados, computador é do Ministério do Trabalho, e fiscais do trabalho também que vão fazer essas incursões no interior, que tem funcionado muito bem também. Então com relação à abordagem policial realmente ela existe, há uma sala reservada para justamente se fazer essas entrevistas, agora nada que haja um excesso que possa configurar um abuso, enfim, basta-se fazer uma representação e isso é apurado também no âmbito do Departamento da Corregedoria. A abordagem policial ela é dessa forma mesmo, palavras de comando, então muitas vezes a pessoa já chega sensível então é um pouco ríspido, mas a gente tem que saber diferenciar realmente o que é um abuso de um policial que vai fazer a abordagem e o procedimento normal do dia a dia.

## **ALFREDO**

### **Polícia Rodoviária Federal**

Bem, meu nome é Alfredo, eu sou da Polícia Rodoviária Federal e atualmente trabalho no núcleo de Operações Especiais da PRF. Eu estava conversando com o doutor Denis à respeito da abordagem, a Polícia Rodoviária Federal tem o seu curso de formação também, uma cadeira de Direitos Humanos e uma cadeira de abordagem. Uma matéria específica que praticamente abriga o curso de formação inteiro,

é aonde se é tratado a questão da abordagem, à veículos, à veículos de passeio, à veículos de transporte de carga, de motocicleta, isto demonstra a responsabilidade que a instituição e o policial tem para uma abordagem bem feita.

A abordagem ela acaba dando início a todo um restante de fiscalização, e se o cidadão ele chega, de certa forma em algumas situações já tenso ou já acha que está sendo oprimido e acaba interpretando uma abordagem padrão, uma abordagem que existe toda uma técnica, para ser colocada. Mas o princípio da abordagem é que, é a segurança de quem está abordando e de quem está sendo abordado, para evitar o uso da força quando não for necessário.

O que eu queria complementar também, que eu percebi aqui que a gente acaba discutindo, às vezes a gente acaba achando que a situação pior começa na abordagem pelo policial, mas há todo um combate a essa situação, ela é iniciada pela abordagem pela polícia. E se a gente não trabalha em parceria, se a gente não trabalha com as instituições aproximadas e com troca de informação, a gente acaba tendo ações isoladas e com resultados muito pequenos e muito curtos. A gente acaba não tendo evolução no que a gente vai desenvolver. Então eu acho que mais do que a gente achar um culpado ou criticar uma ação ou uma instituição, a gente tem que somar forças para que todos possam obter um resultado maior do que é feito.

Os dados que a Joana disse ontem a respeito dos números de menores que a Polícia Federal acaba encontrando nas rodovias cometendo algum ilícito. E essas crianças elas já vem sofrendo ameaças e agressões também, porque existem relatos quando a gente conversa e aborda com a criança numa instituição policial ou órgão, ela nos relata que não pode dizer quem pegou e para quem vai levar, porque se eu fizer isso, eles sabem onde meu pai mora, minha mãe mora, meus irmãos moram, então vai sofrer lá na minha casa, vou ficar quieto, eu não posso falar nada para preservar a minha família. Faço com consciência, sei o que estou fazendo, mas eu tenho que preservar. Muitas vezes a gente acaba não tendo maiores informações, por causa até dessa violência que essa pessoa vem sofrendo, essa criança, esse adolescente, pela rede de tráfico. Então essa é uma situação que a

gente vivencia, com crianças, adolescentes, mulheres, o tráfico formiguinha de entorpecente, era isso que eu queria dizer.

## **CINTHIA**

### **Profissional do Sexo**

Eu gostaria de saber como que a Polícia Federal consegue distinguir tráfico de pessoas. O que é tráfico de pessoas? Como de 20 pessoas ou trinta a polícia saber quem é que está sendo traficada?

## **DENIS CALLE**

### **Polícia Federal**

Na verdade o tráfico de seres humanos ele é realmente difícil de se configurar, que nem eu coloquei ontem, tive a oportunidade de fazer um flagrante lá no aeroporto de São Paulo, mas é difícil, por quê? A vítima muitas vezes ela não colabora conosco, ela não diz se tem algum aliciador, quanto ela está recebendo para viajar, de que forma que ela vai pagar isso para ele, quais os bens que ela deixou, então realmente é difícil. No mais das vezes as operações elas são desencadeadas durante uma investigação que demora alguns meses, realmente de três à oito meses, até você identificar toda a organização, toda a rede, porque muitas vezes a mulher, a travesti, ela é a vítima dessa rede. Não é ela que ganha com isso.

Hoje o enfoque da investigação está voltado para área patrimonial, não há como você simplesmente prender se você não for em cima dos bens desta pessoa, carros, casas, enfim, o produto desse crime. Então a diferenciação que em demora, é através de uma investigação. Agora a abordagem para revista pessoal vai do policial, nossos policiais tem um grupo que trabalha dentro do aeroporto, justamente para isso, não vou



dizer que é 100%, que dos dez, os dez são traficantes. Não, não é isso. Muitas vezes dos dez, apenas um é traficante, mas é o trabalho policial. Se ele tem uma suspeita que aquela pessoa está portando entorpecentes é dever dele fazer uma revista, é dever dele chamá-los para uma sala, para não expor a um constrangimento no meio da fila, ou seja, ficar questionando, pedindo para que ela abra a bagagem, para ficar revistando essa bagagem, então é um trabalho de investigação para realmente chegar e diferenciar e ver realmente se aquela pessoa ela é uma vítima ou uma aliciadora.

## **RUY VERSIANI**

### **Polícia Rodoviária Federal**

Bom dia, meu nome é Ruy Versiani, eu sou colega da Joana e do inspetor Rafael, eu trabalho na área de investigação da Polícia Rodoviária Federal e complementando o que o doutor Denis disse e o que a gente tinha conversado no intervalo com o Xavier, essa dificuldade nas abordagens acontece nos aeroportos, no nosso âmbito de atuação, o major está aqui também.

É exatamente a dificuldade de se saber quando é tráfico, quando não é. A Polícia Rodoviária Federal ela desenvolveu até com a doutora Dalila, a operação América, justamente no combate ao tráfico de pessoas e forma meses de investigação até o fechamento. Então existe essa dificuldade e o pior, existe um desconhecimento que está sendo em parte minorado em nossas instituições como um todo, no debate, no conhecimento propriamente dito do que é o tráfico nas suas diversas nuances. Eu me convidei a vir nesse colóquio, disse para a Joana, Joana me leva, e para mim isso aqui está sendo extremamente esclarecedor, está abrindo novos horizontes, devido a essa dificuldade que nós temos de saber mesmo do que se trata. A Joana falou que está sendo feito cursos, isso para a gente é importantíssimo, a gente vem de uma herança policial, essa herança repressora, responsabilizadora, e a nossa presença aqui, acima de tudo, é a nossa vontade de mudar. Acima de qualquer coisa é unir forças mesmo, para estar mudando isso.

Uma última coisa que a doutora Socorro falou ontem e que eu só queria comentar, foi a questão da confiança, como montar um grupo que se possa ter confiança para atingir nossos objetivos no combate ao tráfico de pessoas. Eu vejo que não tem jeito, nós temos uma parceria excelente com o Ministério Público, Dr. Siufi esteve aqui agora, nós temos uma parceria, um convenio com a polícia e não tem jeito é isso aqui mesmo, começar a trabalhar e corrigir os erros e começar a criar uma rede de confiança e só assim, juntos, sempre juntos que a gente vai poder combater, extirpa o que estiver errado, retira o que está errado, aperfeiçoa o que está certo, aí a gente vai poder realizar as várias idéias que estão sendo discutidas aqui. Eu queria agradecer e dar os parabéns ao Ibiss pela iniciativa, para mim está sendo de grande valia e pode ter certeza, pode contar com a Polícia Rodoviária Federal no sentido de dar apoio necessário nas ações que vocês desenvolveram aí. Obrigado.

## **JOANA DARC**

### **PRF**

Bom dia a todos, só para aproveitar a fala do colega e dizer que meu nome foi colocado para ser representante da PRF, no Comitê e eu cheguei na primeira reunião, onde eu conheci a Estela e daí ela disse, você vai ficar pelo menos seis meses? Olha, pelo tempo que eu ficar eu quero pelo menos fazer algo diferente e graças a Deus, graças ao apoio do superintendente da Polícia Rodoviária Federal, já tem seis meses e nesses seis meses a gente já conseguiu fazer algo diferente que é a capacitação de todos os Policiais Rodoviários Federais aqui no estado, que são aproximadamente 433 para esse novo olhar, essa sensibilização do olhar, não que a gente desconheça o todo, mas é que como a gente não trabalha especificamente com só esse tipo de caso, existem muitos, mas a gente já conseguiu essa vitória. Então assim, quando eu for sair do comitê, sairei com a consciência tranqüila. Algum sementinha eu plantei, e vai ser esse curso que já foi feito em Dourados, foi feito em Naviraí, agora dia 15 vai ser feito com um grupo de

operações especiais, onde o pessoal também da inteligência da PRF, e aguardando a agenda até o final do ano para a gente terminar as dez delegacias e todos os policiais rodoviários federais do Mato Grosso do Sul, já estarão totalmente sensibilizados e estou aguardando de coração, para que a gente tenha a continuação dessa rede. Porque essa realidade existe, o trabalho exige, as vítimas estão aí, então que a gente tenha a continuação dessa rede, porque essas vítimas não podem esperar, quatro ou cinco meses, para colocar o plano para funcionar.

## DIÓGENES CARRIAGA

### CDDH Marçal de Souza

Bom, eu acho que existem duas falas aqui, que eu sempre venho pensando e debatendo. Acho que o grande avanço desse colóquio é de fato a horizontalidade das discussões, colocar gente de movimento social, ong, policias, num plano coletivo de debate. Parabéns ao Ibiss por conduzir o debate dessa forma. Eu estava pegando a fala da Claudia e da Estela sobre o atendimento, da questão dos papéis de quem está na rede. Parece um jogo de semântica para quem desconhece ou que está chegando agora, essas palavras sobre atendimento, atenção integral, atendimento humanizado, fluxo e eu que sou formado em Ciências Sociais, quando eu trabalhava no Ibiss, eu ficava louco com os fluxos de atendimento das assistentes sociais, eu não conseguia compreender aquilo. Com muito esforço eu fui começando a compreender que não era jogo de semântica. Esse de fato é um debate para aplicação de novos conceitos no atendimento para melhoria da sociedade.

Eu lembro assim, sempre eu a Estela e a Silvana conversávamos, qual é o papel da ong, nesse sentido? Qual é o nosso papel nessa rede? Qual é o papel do governo? Eu concordo com a palavra da Estela, mesmo com alguma discordância no caminho, porque as ong's, elas pela sua natureza, pela sua posição e concepção de atuação elas acabam tendo

papel de vanguarda. Vanguarda se dá pela posição, pelo avanço e que bom que os governos possam incorporar isso, como a própria Claudia estava dizendo, né? Eu acho que o governo atual, no primeiro mandato do presidente Lula, a gente avançou muito na elaboração desses planos, mas agora por exemplo, acho que vem os passos mais difíceis, as mulheres já construíram um plano para elas, o GLBT contra a homofobia, agora vem a discussão do tráfico. Então são instrumentos fundamentais porque passam a ser incorporados como uma política de governo. A gente espera que seja dessa forma, mas para isso quem está aqui em baixo tem que se apropriar desse sentido para organizar. E assim, eu lembro por exemplo, tem algumas ong's como no caso da Dalila, a Asprad que faz de fato atendimento como se fosse uma política de atenção. Mas tem algumas ong's que não fazem esse papel, e quando a gente vai propor, às vezes, chegavam alguns casos de violações de direito para nós, né Estela, de tráfico e exploração, a gente ia propor para ir as casas de abrigo, essas crianças ou adolescentes, que já demonstravam todo um processo de transexualidade, a casa abrigo não queria receber, aí volta a recair naquele debate que a Cida colocava. Eu conversava com o companheiro do Pará, não é pela discussão do atendimento à mulher vítima de violência ou em situação de tráfico, mas também, essa criança, esse adolescente, que está sendo explorado sexualmente, o atendimento à essa criança. Precisa começar a pensar nesse sentido também. Cabe ao Estado no papel da elaboração dessa discussão, mas também do processo em rede, a Estela também dizia que se uma instituição não conversa com a outra não é uma rede. Mas infelizmente as redes são construídas de maneira hermética, difícil você por exemplo, trazer a rede de combate ao trabalho escravo para discutir exploração sexual e chamar o movimento de luta pela terra, ou o movimento feminista, então fica cada um na sua gavetinha. Tem alguns pontos de convergências, mas infelizmente estes pontos são cada vez menores e espaços menores. A gente não consegue criar uma luta coletiva e inclusive para você poder fazer isso na pauta política, você prioriza, afunila e durante um período eu acho importante, porém precisa de um avanço para construir isso num plano maior. Eu acho que em relação ao desenvolvimento dessa política da

transformação do processo em rede, tem dois elementos aí, que eu acho que são novos que a gente não conseguiu compreender. Por exemplo, qual vai ser o papel desse atendimento à mulher nas delegacias, as delegacias estão aí há 20 anos e muitas não tem estrutura, o corpo policial não é um corpo especializado. A prostituta que vai a DEAM, ela se sente cada vez mais marginalizada porque não tem uma delegada que seja sensibilizada para atendê-la, a rede de policiais que atende não compreende a violência dela, por exemplo, a prostituta que é estuprada, e isso é relato de prostituta, profissional do sexo aqui de Campo Grande, várias vezes acontece de ir para delegacia e lá eles falam prostituta estuprada não existe. Então assim, acho que a gente tem que discutir todo esse papel. Por exemplo, acho que um grande avanço, até é um debate da GLBT, a gente questionava qual é era o Centro de Referência a Homofobia que a gente queria implementar. E como é que o Centro que é uma referência nova criada vai discutir isso? A questão do tráfico, como é que ele vai atender gays, lésbicas, homossexuais e transgêneros que estejam em situação de tráfico. Porque a Estela dizia Brasil sem homofobia não toca em nenhum ponto da exploração sexual. Para o Brasil sem homofobia todos os gays tem nível superior, estão nas universidades, em movimentos sociais, mas nenhum gay, travesti ou transexual está em batalha na rua. O centro existe, o plano de combate a homofobia também, é um avanço, um marco histórico, mas é difícil discutir a questão da exploração sexual. Quando é que o movimento vai incorporar a questão da exploração sexual, de gays e de lésbicas, e como é que a gente vai avançar nesse sentido. Têm dois elementos novos que vão surgir na defesa de direitos, que tem que ser incorporados à rede, mas assim, é tudo no avanço do GLBT e do movimento de mulheres, mas como é que agora a gente vai conseguir debater a questão do tráfico e da exploração sexual, neste espaço. É uma nova tarefa, difícil, muito difícil, mas cabe a gente como parte do processo de sensibilização, para fazer disso também uma pauta, acho que está na hora da gente começar a trazer esse debate para esses espaços. Então a gente vai avançar, avançar até certo ponto e chega na hora da ação, fica fragilizado.

## **WANDERLEY OLIVEIRA**

### **TRAMA**

Eu gostaria de saber se junto a essa capacitação inicial, não pode ser dada à capacitação para travestis. Para unir mais esse link entre policial e travesti. Eu gostaria que a capacitação fosse feita por uma própria travesti que ficaria melhor. O policial conheceria mais os problemas da travesti. É muito importante.

## **DIÓGENES CARIAGA**

### **CDDH – Marçal de Souza**

Aqui no estado, falando especificamente em relação à formação dos policiais, através de projeto de lei foi incluído na formação à questão das relações de gênero e foi incluída uma disciplina de combate à homofobia e quem está discutindo na grade curricular é o movimento GLBT aqui no estado, junto ao centro e à ATMS, que estão discutindo a grade para ser aplicada junto aos policiais e o corpo de bombeiros.

## **CIDA GONÇALVES**

### **SPM**

Em cima da pergunta da Cinthia, sobre como é que os policiais detectam, eu acho que é uma coisa muito importante que tem avançado na questão da política hoje, que eu respeito muito é a questão da inteligência, né?

Tem sido estruturada uma série de discussões e estudada a questão da inteligência. Coisas que são importantes que o Denis não colocou, mas que a Polícia Federal tem feito com muita competência que é a questão

das rodas, dos perfis, na verdade o setor de inteligência tem isso mais ou menos mapeado e o perfil. Quando nós fizemos uma capacitação em 2004 e 2005 dos policiais nas várias regiões, uma das grandes demandas que eram colocadas era exatamente essa. Então como é que fica desenhado e eu acho que é algo para a gente discutir e avançar sem critério ou não. Você tem o perfil de como é que o pessoal da Espanha quer as mulheres, se é morena, a idade, se ela tem condições ou não. Muitas vezes, ela só tem recurso até passaporte, né? Isso é um tópico que os policiais de Minas disseram o seguinte, a gente está vendo, ela não em nada, não tem dinheiro, não tem passaporte, é o perfil, tem esse grupo, aquele.

A Analba disse até que passou por um constrangimento em janeiro e eu disse a ela que é porque ela está dentro de um perfil estudado pela polícia. Então a gente tem que discutir e reeducar, mas o setor de inteligência, vai trabalhando, juntando os dados, que chega num elemento fundamental que é esse. Acerta o que é para acertar, porque a polícia também é composta de pessoas humanas, que acertam e que erram, mas eu acho que tem essa coisa que tem sido importante na polícia que é o serviço de inteligência policial.

A outra é que a própria polícia, mesmo a Polícia Rodoviária Federal, é que eles tem uns grupos que tem acompanhado isso mais de perto, com as discussões, as capacitações, os debates, eu acho que tem sido uma coisa muito boa de ouvir, de perceber coisas, isso tem sido importante no processo de detectar um pouco como é que está colocado. Apesar da abordagem ser para quem está indo, pela perspectiva de quem está indo, mas numa perspectiva de dismantelar as redes, o importante que é o fundamental do serviço da polícia. Então tudo isso é importante a gente dizer.

Acho que ainda dentro dessa questão da capacitação, tanto que na academia da Polícia Federal já tem a discussão do tráfico, na Polícia Rodoviária Federal também já tem, e nas academias de polícia dos estados, também já foi colocada na matriz curricular, a questão da violência e do tráfico já estão colocadas. Então eu acho que a gente está tentando construir essa coisa da capacitação. Eu estava falando para Analba que eu acho que não é mais capacitação, acho que agora a

gente tem que trabalhar numa perspectiva de reeducação, né? É reeducar para uma nova abordagem, reeducar para uma nova perspectiva, na desconstrução de conceitos e pré-conceitos, de abordagens diferenciadas, não preconceituosas, acho que trabalhar um pouco nessa perspectiva para a gente começar a pensar. Com relação a questão da provocação que foi feita pelo companheiro aqui sobre estar esgotado os papéis das DEAM's, não está esgotado porque não acabou a violência contra a mulher, o dia que não tiver, mas não se esgotou. O que aconteceu foi que com o passar dos anos não se investiu e não se investe, porque violência contra a mulher não é prioridade e aí não é prioridade do estado, não é prioridade de um monte de pessoas. Porque é aquilo que a Priscila colocou, criança é uma coitadinha, mulher adulta é mulher adulta, não é vítima, né? Eu acho que a gente tem que trabalhar nessa perspectiva e se elas são vítimas elas vão para esse lado, então não se investiu em delegacia, em centro de referência, não se investiu numa série de outras coisas, então não se esgotou. Acho que ela está melhorando agora quando nós reassumimos o governo e começamos a rediscutir o papel das delegacias de mulheres, o papel dos policiais, a forma de intervenção, a questão dos centros de referência eu acho que é uma política fundamental para dar acompanhamento psicológico e social para as mulheres, você tem que ter um lugar de informação, de orientação, e essa perspectiva é que a gente vai ter que construir de uma outra forma, de uma forma muito clara.

As mulheres, principalmente as adultas, eu sempre digo que na secretaria a gente tem que pensar todas as mulheres e todas as mulheres incluem a questão geracional, então a gente tem que ter um olhar com muito cuidado para as mulheres adultas. Porque na questão do tráfico elas são adultas, elas tem liberdade para optar se são prostitutas ou não, fazem com o seu corpo o que querem, agora não é por isso é autorizado explorar ninguém porque fez essa opção. Portanto ela é vítima tanto quanto, e é nessa perspectiva que nós queremos construir.

A violência doméstica, ela apanha, leva porrada o dia inteiro e muitas vezes com formas de tortura grave, tanto que se nós fomos ver os



assassinatos hoje de companheiros em suas companheiras com requintes de crueldade, de alguma forma violenta, mas a quem interessa? A quem interessa? Essa discussão a gente tem que fazer. Eu coloco o caso do Rio de Janeiro do seqüestro dentro do ônibus por dez horas, o dia inteiro todo mundo acompanhou pela televisão, um dia depois eu fui procurar por todos os jornais do Rio, do Brasil inteiro, não tinha carta de indignação, não tinha nenhum protesto de investigação, sabe por quê? Porque todo mundo descobriu que era o marido querendo matar a mulher. Se fosse qualquer outra coisa ia ter carta de indignação, dizendo que o cara ia ter que ficar preso passou a ser um problema e já não era mais problema da sociedade. Então eu acho que não se esgota, a gente tem que pensar nessa perspectiva e avançar. Então eu acho que não se esgotou e o que se tem é muito pouco na questão da violência contra a mulher.

## **VERA ALMEIDA**

### **CREAS Ponta Porá**

Bom dia, eu sou a Vera e eu trabalho no CREAS de Ponta Porã e parte da minha fala é exatamente isso que a Cida falou, que a gente precisa se reeducar, porque capacitar e saber a gente já sabe um pouco, pois nós somos parte de uma política pública com algumas ações erradas, eu costumo falar e que a gente precisa rever, e daí nós que trabalhamos na ponta, no município, tem várias pessoas aqui assim, a gente precisa sensibilizar os atores, os responsáveis maiores para a realização dessa política. Um experiência que nós temos com relação ao abrigo, é que essas mulheres, essas pessoas vítimas ou da violência ou da situação de tráfico não quer ir para abrigo porque quando chega lá ela se depara com modelos construídos com juízos de valores que desrespeitam essas pessoas e daí elas não querem mesmo ficar.

Fica difícil para ela ter confiança da equipe que está lá trabalhando, que acolhe, se na cabeça dessa equipe ela tem alguns valores. Que não respeita a mulher se ela escolheu ser profissional do sexo, não respeita

a mulher porque ela escolheu ir para outro país, porque ela tem direito de sonhar, e se isso não deu certo ela voltou, então assim, nós temos que nos reeducar para isso e isso só vai ser preciso se a gente romper paradigmas. Aí eu penso que o fato de estarmos aqui é um impositivo, porque quando teve o curso em Ponta Porã a partir do momento que nós nos unimos ao Ibiss, quando a Natália foi lá, como mudou o nosso olhar em relação ao tráfico. Agradei a equipe o dia que foi, como passa pela gente e nós não vimos. Então eu não tinha o trabalho no Centro, eu não tenho nenhuma vergonha de dizer que não tinha me atentado para isso.

E que quando a gente foi trabalhando lá no curso eu fui vendo assim, muitos casos passados e dizia para mim, meu deus aquilo era tráfico. Mas até o momento eu não sabia, se me perguntassem eu dizer igual algumas pessoas, que não tem. Então nós precisamos de nos atentar a isso, porque nós da ponta que estamos aqui é que temos uma responsabilidade de convencer o gestor de que o serviço precisa acontecer com qualidade, de que quando essa mulher chega lá, essa pessoa em situação de tráfico, se ela for bem atendida ela vai acreditar na rede, ela vai voltar.

Nós tivemos uma experiência positiva em Ponta Porã também que eu gostaria de falar que foi a Secretaria Municipal de Assistência Social e o Ministério Público, porque assim, a fala é geral, nós não conhecemos a rede. Então a gente não sabe para quem encaminhar, a Elaine sempre fala assim, nosso telefone sempre toca as 18h00 da tarde, um caso sério, urgente e tudo está fechado e não sabemos para onde mandar, porque tem o abrigo, tem o local que acolhe. Então se isso está acontecendo é porque nós não nos conhecemos e daí foi lançada uma campanha. A gente fez uma campanha que a gente se reunia, dava risadas, no meio de toda essa correria do trabalho, com as organizações e todas as instituições municipais para que a gente se conhecesse e a partir daí nós percebemos ser possível que as coisas caminhem. Então essa tem que ser uma preocupação da rede local. Hoje nós estamos aqui reunidos mais amplos, estamos de diversos locais, ma lá no local aonde a gente atua a gente precisa fazer essa conversa. E esse é um exercício para as coisas comecem a acontecer.

## ANTÔNIO SARDINHA

### IBISS/CO

Bom pessoal, então nós vamos retomar a discussão do dia, pela manhã com as intervenções da Dalila e dos parceiros, o próprio Wanderley, nós discutimos algumas questões chaves que podem ser destacadas a partir da ótica de como é que a gente está pensando o atendimento. Eu vou fazer mais um resgate do que é que nós estamos pensando sobre atendimento pela ótica de vocês, porque a parte da tarde agora, é uma parte extremamente importante para o conjunto do Colóquio, porque é o momento que nós vamos ter para tentar trabalhar com uma... Pessoal, vamos lá, vamos só atentar aqui, acompanhar o raciocínio, porque senão, se a gente não perceber e pegar o raciocínio a gente vai poder se perder depois no processo. Bom, a parte da tarde, uma idéia agora, tivemos momentos de trocas importantes e falas que ora eram complementadas, ora eram contraditórias, uma provocação para se pensar nas outras questões, num conjunto de falas todas, nós vamos elencando algumas considerações importantes. E daí qual é a idéia desse período da tarde que é o momento final desse processo de discussão que começou ontem, que nós possamos enquanto grupo que ouviu e que falou, sugerir algumas provocações e diretrizes que o grupo aqui reunido pode sugerir para pautar o atendimento, porque a idéia não é tirar daqui uma proposta, vamos fazer agora um fluxo que começa com a Polícia Federal e vai para o centro de atendimento, não é isso, né?

A gente vai ter que tentar agora enquanto grupo, propor recomendações que pautem a discussão sobre atendimento que possam servir como reflexão, como referência para pensarmos no atendimento, a partir do que nós elencamos aqui hoje de manhã. Da conversa de ontem de manhã, alguns pontos consensuais foram trazidos pro debate sobre o atendimento, um deles, como é que eu humanizo o atendimento primeiro

que é uma outra coisa que a polícia faz, é uma preocupação que o grupo colocou, seria importante uma estratégia nesse sentido.

Outros são, como é que eu trabalho com as políticas que vão dar o apoio, integração em rede o trabalho fortalecido por essa lógica, tiveram alguns momentos que nós levantamos algumas diretrizes que nós nem sabíamos que era, diretrizes que agora precisam sr formatadas de acordo com o grupo aqui, que estamos sugerindo. Então assim, pela manhã, eu vou só resgatar falas da manhã, porque tiveram falas significativas de alguns colegas nossos sobre o atendimento em si, porque hoje o tema foi pautado por essa via e ontem nós já tivemos discutido em alguns momentos essa questão.

Então na manhã, que começou com a fala da Dalila e de uma pessoa que trabalha, que conhece essa realidade do atendimento, trabalha com metodologias que estão sendo construídas inclusive. A Dalila colocou uma discussão muito importante sobre as modalidades de atendimento, num atendimento emergencial e num mais estrutural, são diferentes, são níveis de atendimento. A gente tem que pensar os níveis de atendimento de acordo com cada especificidade do atendimento desse, emergencialmente o que eu faço, depois o que eu devo fazer, né?

Uma outra questão foi uma provocação que ela fez com relação a abrir espaço para que a pessoa em situação de tráfico não se torne meramente uma vítima, mas que se torne, tenha condições de contribuir, ser ouvida, sentida, então foi um ponto que ela colocou importante, está dentro da lógica do atendimento humanizado.

E a Dalila colocou uma questão importante que é a questão que foi presente nas falas seguintes, como é que a gente acolhe? Qual a diferença de acolher uma pessoa que chega, e de ir até as pessoas que não chegam até mim, mas que eu sei que estão. Mas se eu penso nisso eu tenho que pensar na disposição dela de querer e como é que eu trabalho a autonomia dessa pessoa vulnerável, mas que não pode ser tratada como vítima. É uma questão importante, como é que eu trabalho essa questão importante entre vulnerabilidade e autonomia. O vulnerável nem sempre perde a autonomia e no atendimento isso não precisa ser colocado como algo secundário.

Depois uma relação importante que a Priscila pontuou e que foi até uma fala resgatada posteriormente que é como eu vejo e encaro a pessoa, principalmente a mulher, eu infantilizo, eu trabalho com a mulher dentro da especificidade dela enquanto ser humano, com uma demanda específica, esse é um outro ponto importante. Aí depois a fala da Claudia, que foi uma fala também dentro dessa ótica, que é pensar uma questão mais integral e não só focar uma questão específica, e ela trabalha com um conceito de atenção integral que não só corresponde a promover saúde, promover os direitos, mas também definir, depois o atendimento encarado com um atendimento especializado que considera demandas outras que não são demandas restritas a pessoa em situação de tráfico, quem era essa pessoa antes ou como é que ela chegou, as demandas específicas que ela traz da demanda de vulnerabilidade que ela tinha e da demanda que ela passou a ter também pela vitimização, tudo mais. E daí tem uma questão importante que é pensar a atenção e o atendimento de forma continuada e daí Claudia pontuou uma coisa que a Dalila, como se fosse um complemento, a Dalila fez uma fala voltada mais para o emergencial e a Claudia mais para o estrutural, como é que eu penso o atendimento com uma ação continuada para além do emergencial.

E aí por último então, com uma questão mais técnica, como é que a gente pensa a rede enquanto instituição, pensando não só tecnicamente, mas também articuladamente, tudo mais. Bom, isso foi mais ou menos o que a gente conseguiu puxar sobre o atendimento. Agora acho que o grupo pode se ajudar a partir, eu vou deixar o microfone rolando aí, porque o grupo pode se ajudar, para a gente poder ir resgatando alguns outros princípios e diretrizes que ficaram para o atendimento, a partir das falas que nós ouvimos e falamos, etc e tal. A idéia agora, eu vou sugerir o seguinte, a discussão sobre o atendimento ela teve alguns pontos que podem servir como diretrizes. A minha sugestão é apresentar esse ponto, justificar porque ele é uma diretriz e aí abrir para o grupo para ele acrescentar outras questões sobre atendimento que poderiam servir como diretrizes. E para a gente fazer esse exercício, que vai ser um exercício e agora o trabalho conjunto, eu faço uma provocação especial para que cada instituição

olhe para dentro de si enquanto instituição, e a partir do que faz pensar o atendimento a partir do seu trabalho. A gente pode pensar numa diretriz abrangente, mas a gente pode pensar também numa diretriz que surja da tua vivência enquanto profissional daquela instituição. A idéia é que as diretrizes possam ser mais amplas possíveis e democráticas possíveis. E a gente pensar nas diretrizes que saiam da prevenção, mas que também saiam de outra linha de enfrentamento. Alguma dúvida nisso?

Uma importante questão colocada para o atendimento, aquela idéia que até você provocou Analba, mas que em que ser resgatada no meu entender que é o debate sobre a intersectorialidade. Acho que a primeira grande questão sobre atendimento, a percepção que nós temos da pessoa em situação de tráfico, qual é a percepção que nós temos da pessoa em situação de tráfico, qual é a percepção que nós temos. O atendimento não pode desconsiderar as especificidades que nós colocamos a todo o momento, raciais, éticas, de orientação sexual, gênero, etc. Este é o primeiro princípio. É um princípio porque está na Política Nacional e um princípio porque o Protocolo de Palermo coloca, né? Então é uma coisa que é importante, como é que eu enxergo a pessoa que está e como eu enxergo a partir da especificidade dela, mas também a partir dela enquanto sujeito de direito. O atendimento que ao invés de fortalecer a autonomia perdida ou em fase de perda, o atendimento tem que valorizar isso para o próprio atendimento dar certo. Então pensar diretriz para atendimento, primeiro, olhar para a pessoa e entender o que ela significa e o que ela significa nesta ótica de gênero, de raça, dos direitos sexuais e reprodutivos. Isso é importante. Segundo ponto, a discussão de a dimensão que o atendimento vai ter e aí a gente caminha para o ponto que foi colocado várias vezes, vamos pensar numa política de atendimento que fuja da caixinha, com a intersectorialidade, ou a gente problematiza isso, que molde isso vai ter. A integração das políticas no momento ela é para o atendimento, um princípio maior que vai fazer com que tenhamos a possibilidade da rede que foi também um ponto importante. O atendimento em rede é na fala do grupo algo que foi pontuado do início ao fim. Como é que eu penso isso, como é que eu penso em integrar as políticas de atendimento.

E o terceiro ponto que eu destaco para o grupo pensar também, que a Claudia destacou bastante que é a humanização do atendimento. E daí a gente poderia pensar o que significa humanizar o atendimento. Será que esse conceito está bem claro para a gente, bem nítido, como é que está? Então como a política de atendimento deve enxergar essa pessoa? Não desconsiderando a autonomia e outras especificidades, um ponto importante é a intersectorialidade e por último essa história da humanização. Então eu abro para o grupo, o grupo pode problematizar estes pontos colocados acrescentando ou desconsiderando, justificando obviamente porque e daí se aparecer um outro princípio trabalhando com essa possibilidade.

O microfone vai ficar rodando, quem já tiver falado vai passando para o colega, porque assim vai dinamizando as sugestões.

## **VERÔNICA TERESI**

### **UNISANTOS**

Acho importante a questão da integralização do documento, o documento integral e integrado. São coisas diferentes até alguém questionou a jogada das palavras, mas acho que isso poderia entrar como uma outra dimensão.

## **CLÁUDIA REINA**

### **Justiça do Trabalho**

Nós criamos na rede de combate ao tráfico e ao trabalho forçado, medidas que começaram a ser implantadas em 1995, e mesmo com todos os problemas de falta de dinheiro, suporte, corrupção, uma série de entraves tem dado bastante solução, já foram libertados mais de 6000 pessoas em condições análogas de trabalho escravo, mas há toda uma política em conjunto. Por exemplo, no nosso caso nós estamos no plano de erradicação ao trabalho escravo, tráfico de seres humanos

para fim de trabalho, que acontece muita na questão do Brasil a migração e o Poder Judiciário participa, mas por quê ele participa? Primeiro tem que haver uma conscientização do próprio poder judiciário, o que acontece, acontece mesmo. Devem-se conscientizar os juízes também. Alguns dizendo não, não é possível trabalho escravo nessa época. Então o que acontece, como estão sendo feitas muitas operações que tem dado certo no Pará, são operações feitas em conjunto, o Ministério Público com a Delegacia Regional do Trabalho, com o Poder Judiciário, com a Polícia Federal, através de serviços de inteligência e de uma rede totalmente sigilosa. Então de repente aconteceu uma operação há algum tempo atrás que tinha que ser feita com helicóptero, porque para entrar na fazenda só com helicóptero e o juiz estava junto e o promotor já entra com ação civil pública e o juiz já estava lá para decidir na hora. E eu percebi que aqui não há esse entrosamento e tem que haver sim, porque tudo acaba desembocando no Poder Judiciário, quem vai julgar tudo são os juízes. Eu não vi a participação no programa do Poder Judiciário que ficou de fora. Outra coisa que eu acho importante é criar a lista suja, porque nós sabemos que no tráfico de crianças e adolescentes este tráfico não ocorre só com os pequenos, tem poderosos atrás disso sim, tem restaurantes que agenciam, empresas de turismo sexual, então nós criamos na Secretária de Direitos Humanos, da presidência da República, isso sempre com todos os poderes, com todos os atores, eu já estive anos atrás com a Rute Vilela, com a Patrícia da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e nós criamos a lista suja dos que utilizam o trabalho forçado e escravo e o que ocorreu, conseguimos mais de 180 nomes, gente do Mato Grosso, Pará, São Paulo, Rio de Janeiro...e essa lista foi publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego e o que acontece, essas pessoas deixam ter financiamento no Banco do Brasil e uma série de outras restrições. Tivemos um problema sério ano passado, porque como as pessoas que constam nesta lista, porque existe toda uma cadeia produtiva, estas pessoas que se utilizam do trabalho escravo, normalmente são os poderosos, latifundiários, donos de usinas, e tudo isso quando você agencia nas cidades pequenas começam-se a si trazer também crianças para se prostituir,



porque tinha ali também toda uma questão, não só tráfico de trabalho forçado, mas também a questão da prostituição infantil. O que ocorre, nós tivemos um problema com quê, essas pessoas se vendo prejudicadas com a lista negra da Secretaria Estadual elas começaram a entrar na justiça, por isso que eu digo que é importante o Poder Judiciário estar aqui, pedindo liminares à Polícia Federal para que fossem retiradas da lista, aí eram retiradas, mas o Ministério do Trabalho e Emprego disse não, nós não vamos retirar, mesmo com a decisão do juiz. Foi para a mídia e essas liminares acabaram sendo revogadas porque indiciavam os grandes poderosos.

Eu acho que tem que se pensar não apenas sobre atendimento, isso é óbvio, isso aqui que eu tenho em mãos é só sobre planos de enfrentamento, com todas essas idéias que vocês já disseram aqui. Mas daí tem um serviço de inteligência na Polícia Federal sigiloso em relação a isso? Primeira questão. Se não tiver um serviço de inteligência que se trabalha com policiais altamente qualificados a Polícia Federal, estará fazendo operações que não atenderão grupos de corporações, inclusive até algumas tem sido por alguns membros do judiciário, tem sido aceitos, mas nós estamos vendo aí grandes operações da Polícia Federal, operação dos bingos, do tráfico de trabalho forçado, operação envolvendo inclusive juízes e várias pessoas integrantes do poder, operação águas profundas da Petrobras, sangue-suga, são muitas, mas isso depende de um grupo de policiais altamente capacitados, que não estejam no grupo daqueles considerados corruptos, ações sigilosas em conjunto, no caso de vocês teria que ser em conjunto com os fiscais da questão da migração e imigração, nós sabemos que os dois maiores aeroportos que se coloca a questão da rota, é São Paulo e Rio justamente por serem aeroportos internacionais, então diferentemente o Rio de Janeiro e São Paulo são considerados nos estudos, isso são vários estudos, isso tem sido pesquisado por várias pessoas, Rio de Janeiro e São Paulo têm sido considerada a maior rota, uma das maiores rotas de tráfico sexual porque é ali que tem os grandes aeroportos internacionais, então tinha que haver esse trabalho de cooperação também com os fiscais da imigração. Porque em relação ao tráfico escravo para fins de trabalho sem ser sexual nós estamos

conseguindo grandes avanços apesar de todos os entraves. Eu acho importante trazer essa experiência de lá para cá, não só apenas, outra coisa já foi feita alguma ponte de cooperação com a Unicef, então é outra questão que tem que fazer, tem vários tratados e convenções da ONU e OEA, quais não foram assinadas pelo Brasil e por quê? A questão de transformar o Plano de Enfrentamento em Plano de Erradicação através de legislação Federal e não de decreto. Dois, fazer um estudo do Código Penal, porque alguns artigos do Código Penal levam a informações e interpretações dúbias. Então tudo isso é importante também, porque se não estiver uma rede toda em conjunto, se não estiver um serviço de inteligência na polícia, se não estiver essa lista negra das pessoas envolvidas, ou seja, esse levantamento sinceramente a gente vai continuar andando, andando, caminhando, porque tudo isto que eu estou falando está acontecendo no Plano de Erradicação do Trabalho Escravo.

## CIDA GONÇALVES

### SPM

Eu acho que existem algumas coisas que são fundamentais a gente pensar, eu acho que tudo isso que o Antônio colocou a gente tem que colocar a questão de ontem, de que essas políticas públicas devem ser de Estado e não de governo, acho que tem que ser reforçado isso. Eu acho que trabalhar o todo nessa perspectiva de Política Pública de Estado, portanto sai governo e entra governo a política continua, eu acho que tem que discutir, uma das questões primeiras que precisa ser colocada é a questão do atendimento da pessoa humana enquanto sujeito de direito. Acho que esse é o princípio básico na discussão do atendimento e na qualidade de atendimento, a pessoa enquanto sujeito de direito. Então um olhar é eu ver ela só como vítima, só como a pessoa que estava em situação de tráfico, outra coisa é que independente disso eu estou vendo uma pessoa que é sujeito de direito e que tem que ser respeitada nas diversas formas que estão sendo

colocadas. Acho que isso é princípio básico que vai servir a todas as instituições que estão fazendo atendimento, seja governamental, seja não governamental. Eu acho que seria uma das questões que a gente teria que colocar com muita força.

Eu queria reforçar a questão do integral e da integralidade, eu não trabalharia os dois juntos, eu separaria o conceito do atendimento integrado, porque aí tem que saber que é diferente, trabalho integrado é uma coisa, no integral é outra, colocar separadamente.

E a outra é a questão da multidisciplinaridade ou interdisciplinaridade, então eu acho que isso são questões fundamentais do princípio básico que nós podemos estar colocando na discussão do atendimento. E depois aí a gente vai ter que dar uma detalhada na questão do que é que a gente está falando nessa perspectiva e eu acho que reforçar a partir da questão da integralidade, reforçar que tem um problema que me incomoda muito, que as vezes algumas coisas passam a ser chavões comuns e perdem o sentido, rede de atendimento passou a ser um chavão, tudo é rede de atendimento. Tudo passa pela rede de atendimento, mas nós estamos falando de uma rede de atendimento específica.

Nós temos clareza do que é essa rede de atendimento, exatamente fazer com que o serviço público mude o seu comportamento, tenha uma outra atitude, então eu acho que a gente vai ter que deixar claro do que é que nós estamos falando dessa rede de atendimento, para não ser mais um chavão a ser falado, a ser dito sem consistência do conteúdo e do conceito que nós estamos colocando.

## **JOSELENO SANTOS**

### **Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua**

Eu sou Joselino Black, de Goiânia, atuo mais na área do enfrentamento à violência sexual contra crianças, sou do Circo, Centro-Oeste, mais recentemente passagem pelo governo federal. A forma que você traz as questões permite muitas reflexões, sobre as três questões se abriu

umas tantas, mas eu queria pegar a fala de uma garota que foi traficada e ela diz assim: “eu não sou garota de programa, sou garota de necessidades”.

Por incrível que pareça e aí encaixa também um grande desafio dentro da discussão de redes é nós buscarmos nas origens das constituição das redes, para que a gente garanta as especificidades que tem que ser garantidas, porque nós trabalhamos ciclos de vidas, ciclos humanos, mas é garantir uma articulação efetiva para as diversas redes de atenção. Crianças e adolescentes também estão sendo traficadas, permanentemente traficadas.

Por um lado a gente vem conseguindo saber o por que elas são traficadas, tem aí um conjunto de fatores multifacetados, dizemos também que temos construídos alguns consensos. E outra coisa que me chama atenção no que diz respeito ao tráfico especialmente de mulheres, travestis, transexuais, do ponto de vista da defesa dessa situação, a gente tem conseguido algumas coisas que nós não temos conseguido no que diz respeito a criança e ao adolescente.

Fico pensando quais são as articulações que tem sido levadas e isso ainda bem que tem acontecido, mas como é que a gente pode a luz dessa experiência avançar. Eu falei que sou de um estado, Goiás hoje, passando pelos aeroportos internacionais, mas muito das origens das meninas são do Centro-Oeste.

No último ano e meio a Polícia Federal fez três grandes operações em Goiânia e em todo Goiás. Três grandes operações, a primeira chamada operação castelo, a segunda operação castanhola e a terceira babilônia. Nomes bem sugestivos pela relação com a Espanha, Portugal, e todas elas se prendeu de seis a 20 aliciadores e traficantes, presos.

A primeira operação aconteceu por volta de 2000, 2001, prendeu várias pessoas que entre seis a oito meses estavam julgadas e condenadas, e cumprindo pena, várias. Claro aí você tem uma ação de investigação, ação do Ministério Público em geral, enfim essa articulação toda, mas eu pensão, olhando para nossa rede local, porque mesmo considerando que 90% das meninas sabem o que vai acontecer e a origem dessa discussão toda no estado de Goiás se deu com a morte da Simone em 96. Isso trouxe muito a tona para todos nós essa questão, estivemos

junto com a família dela e todo o processo para trazer o corpo compondo um dossiê sobre essa questão numa região da cidade, que muitas outras sabendo da morte dela estavam indo.

Aí pensar o atendimento eu fico imaginando, tem esse lado que muitas meninas, que está nessa discussão do direito de ir e vir, quando acontece elas são pegas desses lugares, o que já passa é que elas não são vítimas, são responsáveis por estar naquela situação. Porque elas são pegas, são fichadas e deportadas, então essa discussão me parece que, enfim, só trazendo um pouco o que já foi discutido e reforçar.

Eu fico imaginando bom, claro, que outro consenso nós temos é que independente de saber ou não saber implica o tráfico, mas como é que, do ponto de vista da história pessoal de cada uma resolve correr tantos riscos assim.

E outra coisa, na última operação realizada no estado de Goiás, prenderam duas garotas que haviam sido traficadas, uma havia casado com um português, o aliciador do país, e a outra casou com um espanhol, que era aliciador, porque aí o seguinte, tem a pessoa que faz o contato no bairro, aí já vem para a agencia de viagem, prepara a documentação, inclusive um grupo de 26 foram deportadas recentemente, 23 eram goianas, três de Recife, mas tiraram o passaporte em Goiás. Então vem para a agencia no centro da cidade, encaminha para esse aliciador desses dois países e retorna para os bordéis.

Algumas meninas casaram com os aliciadores e voltaram para a cidade, porque conhecem o movimento da cidade, sabe onde outras meninas moram, essa coisa toda. Então, ao pensar o atendimento, não sei se felizmente ou infelizmente, um pouco pra gente pensar como é que nós temos que organizar o atendimento à criança e ao adolescente no campo da exploração sexual e do tráfico para fins de exploração sexual. Teve algumas vitórias importantes, nos atendimentos pouquíssimos, para esse tipo de atendimento, correndo o risco inclusive de ter um retrocesso sem tamanho e conquistas que não iniciaram dentro do governo, mas pela sociedade, pelo movimento organizado.

Nessa questão da origem, de onde está a origem, e aí se a gente vai desmistificando essa idéia de um atendimento, ele não deve, em

momento algum deve restringir ao atendimento emergencial, mas nessas situações se trabalha essa oportunidade de sair colocando outra alternativa para a sobrevivência.

E nesse contexto eu acho que tem algumas parcerias que a gente tem que construir com mais efetividade. Estes dias andei participando das associações de prostitutas, do Nordeste, do Ceará, e pegando o Brasil várias associações, este tema foi um tema posto também no encontro delas, elas traziam essa discussão, porque que muitas meninas estão aceitando sair em que pese todos esses riscos. E daí vem pra discussão de nossas políticas que não garantem efetivamente uma condição de vida digna.

Eu penso que para a gente não perder de vista, vamos intensificar articuladamente as ações de repressão e combate, mas em muitos momentos essa ação que a gente tem mapeado nesses espaços, de forma muito efetiva se dá o processo de aliciamento. E se nós temos de construir algum consenso, qual o perfil das famílias, das meninas que estão nessa situação e que acabam se envolvendo. Aí vem outro dado no que diz respeito a criança e ao adolescente está colocado num desafio que a gente não superou, que é o perfil até das pessoas que vão estar trabalhando. A gente sabe que as políticas públicas da forma como elas estão organizadas elas se organizam excluindo, que seria um contra-senso, a política pública deveria servir para incorporar, universalizar, para trazer, mas desde o perfil na chamada ida as comunidades, a esses locais, para estabelecer um acompanhamento efetivo nessas condições de vida e na construção de uma subjetividade, num processo de construção de projetos alternativos, senão pode se dar por um lado, quando a gente busca lá naquele filme Anjo do Sol, o personagem dizia, “mas o que eu faço com essas meninas eu cuido delas, eu cuido”. Várias se identificam com o algoz, que voltam e vão ajudar outras a sair.

É, lembro de um traficante que foi preso um tempo atrás no Suriname que dizia assim, “eu estou ajudando essas meninas, olha o que acontece com elas, trinta ou quarenta voltaram para suas cidades, construíram casas para seus pais, suas mães, eu sou meio que um protetor”. Bom que proteção é essa, mesmo quando nós intervimos do

ponto de vista do atendimento relacionamos com vítimas e estas vítimas com aquelas que vão ser deportadas. Se você for lá no bairro onde muitas estão sendo aliciadas, você vê lá uma série de coisas, garotas como a Simone que morreu e outras que estão mandando grana para a família e construindo suas casas, quer dizer, é um dado que a gente tem que incorporar dentro do processo do atendimento. Este talvez seja um dos maiores desafios nossos.

## ESTELA SCANDOLA

### IBISS|CO

Eu penso que quando a gente está falando de atendimento nós temos que pensar nas três dimensões em que o Brasil está como receptor de pessoas traficadas, exportador de pessoas traficadas, e local por onde as pessoas passam. A gente tem essas três demandas, acho que a gente precisa toda hora reafirmar isso. Então nosso discurso continua sendo que as pessoas estão sendo maltratadas na Europa. As mulheres paraguaias, bolivianas, são maltratadas aqui no Brasil. Então nós temos que falar que a gente precisa fazer o dever de casa, porque se a gente não faz o dever de casa a gente fica cobrando dos outros, então nós temos uma situação que é muito importante, é preciso ratificar de vez por todas a condição do direito do migrante. É fundamental, é preciso reconhecer os direitos dos migrantes que estão aqui. O Brasil fez um acordo com a Bolívia mas não resolve, os nossos migrantes estão sujeitos a um monte de coisas, não tem carteira assinada, vivem na ilegalidade, se sujeitam a situações muito ruins. Primeiro que ia diminuir barbaramente trabalho da PRF se a gente conseguisse resolver essa questão dos migrantes. A Polícia Rodoviária Federal ia ficar mais tranqüila para trabalhar. Então essa é uma coisa que eu acho fundamental para a gente pensar em atendimento, nós estamos pensando nessas três dimensões. Como entrada, como ida, mas também como transporte, por aqui se transitam pessoas em situação de tráfico, chegando de um país e indo para outro, seja da Colômbia, do Peru, da China.

A segunda questão que eu acho fundamental colocarmos no atendimento é que nos estados em região de fronteira, especialmente as políticas públicas de saúde, de assistência e de segurança pública, precisam ter pessoas que falam a língua de outros países. Nossas políticas públicas precisam ter gente que falam outras línguas, não é possível mais continuar recebendo pessoas que não falam a nossa língua. Eles são obrigados a responder inquéritos quando não entendem o que nós falamos. Então não pode ser se quiser ponha lá no CREAS alguém que fala guarani, não. Em Ponta Porá tem que ter alguém que fala guarani, lá no CREAS do Pará tem que ter alguém que fale espanhol correntemente, porque está trabalhando com o povo de lá. Eu estou querendo dizer o seguinte, nós temos que começar a fazer o dever de casa, então a questão da língua me parece que é fundamental para a gente compreender que somos um país que tem mais de 170 línguas, o português dominante não pode ser uma forma de escravização e não ouvir as pessoas, as pessoas precisam ser ouvidas, porque a gente fala nós temos que ouvir, humanizar o atendimento, que negócio é esse de humanizar atendimento se eu não falo a língua do outro, é uma humanização a partir de mim, eu tenho que humanizar a partir do outro, não existe humanização só a partir de mim.

A outra questão que eu acho muito importante no atendimento é começarmos a desenvolver alguns estudos no sentido de propor, seja lá os porta-níqueis da família, sejam as pochetes, seja o seguro desemprego, que possam efetivamente ser concedidos a todas as pessoas em situação de tráfico, porque não só os trabalhadores honestos das destilarias que estavam em situação de escravidão.

Porque para o trabalho escravo isso já é direito, foi tirado da situação de escravidão tem seguro desemprego. Então por que as nossas mulheres quando são retiradas de uma situação de tráfico não tem seguro desemprego, é menos honesta sua vida, é menos digna sua vida, ela é menos cidadã, ou então nós estamos voltando na idéia dos menos desgraçados, quer dizer os desgraçados ficam fora dos direitos sociais. Uma outra questão que me parece que é necessário incorporar no atendimento é a incorporação do atendimento emergencial como algo que deve ser feito sempre por uma equipe multiprofissional, mas,



sobretudo na complexidade que o caso exige, que esta pessoa seja incorporada nas outras políticas aí, por conseguinte. O que quer dizer isso? Faz o atendimento especial então vai para casa agora. Vai para casa fazer o quê? Tira as pessoas do trabalho escravo e daí falam para eles toma o seguro desemprego e vai para casa. Ele vai para casa dele e três meses depois ele é aliciado de novo, porque ele não foi incorporado nas políticas públicas. Então a pessoa traficada precisa ter uma incorporação nas políticas públicas a partir de programas de cunho mais duradouro e não emergencial.

Então o link entre atendimento emergencial e atendimento de forma continuada deve ser feito. E por fim eu penso que uma das coisas importantes que a gente deveria ter, eu penso que nós de Mato Grosso do Sul não exemplos para nada, mas eu penso que uma política pública que deveria haver, é que nos estados brasileiros houvesse colegiados que de forma regular se reúnem para discutir a temática. Acho completamente equivocado a idéia dos escritórios, acho escritório não tem nada a ver, fazer atendimento em escritório, nada a ver. Era uma proposta que tinha aí no Brasil de quatro escritórios, mas apenas dois estão funcionando. Eu sou totalmente contrária, eu acho que atendimento em escritório não tem nada a ver, mas eu penso que uma política importante é que haja momentos coletivos de sentar e pensar tráfico no âmbito dos estados, para que esses estados construam uma proposta, não a partir só da responsabilidade, mas de quem quer fazer a proposta. Então esses coletivos precisam se reunir de forma regular, que definam posturas e vão caminhando, porque se não gente, a gente vai continuar de novo, ano que vêm a gente senta aqui, nós vamos fazer um novo colóquio, não sei onde vai ser, mas acho que não vai ser no palco, né? E a gente vai de novo dizer onde é que eu estava o que é que eu estou fazendo.

## SOCORRO MACIEL

### Polícia Civil

Agora eu vou colocar para vocês por que falam muito em humanizar o atendimento, humanizar, nós somos humanos, nós não precisamos humanizar, precisamos sensibilizar. A sensibilidade para nós policiais, porque isso quando remete para nós policiais agride muito gente. Como se nós fossemos bicho, ta então é a primeira coisa que a gente coloca. Realmente o pessoal quando coloca, tem que humanizar os policiais, não, somos humanos. Nós precisamos é ser sensibilizados. E por quê? A primeira abordagem sempre, muitas vezes, são dos policiais a preocupação, então eles precisam ser capacitados de como chegar, como abordar, de uma forma mais sensível e mais comprometida, até. E por quê eu falo isso? Que esse fluxo realmente seja sistematizado, acontece a situação, nós sabemos realmente para onde ela vai, e agora o que elas vão fazer, porque os agentes tem que ser seguros. Em julho agora cinco adolescentes estavam no terminal rodoviário, cinco adolescentes reunidos não dá para fazer flagrante, segundo eu encaminhei para um abrigo, mas eu tinha que ter segurança que o abrigo não deixasse ele pegar o telefone, porque adolescente já sabe como é. E foi isso que eles fizeram, telefonaram para os amigos e disseram onde estavam.

E o pior quando a gente tem a técnica de interrogatório não quer que eles fiquem juntos para poder captar melhor o que eles querem, o que cada um está falando, se eles forem para o abrigo e não houver essa preocupação acabou o serviço, foi por água abaixo. Então esses abrigos têm que ter todo esse cuidado que nós policiais temos, porque nós precisamos chegar sim, em quem são os aliciadores. Quem está por trás desse aliciador, quem está ganhando com isso.

E depois de realizado esse atendimento, se a gente quer realmente a mudança, geração de renda, cursos profissionalizantes para esses adolescentes. Essa também é uma outra angústia nossa. Esses cinco, voltados para rua estão fazendo a mesma coisa, prostituição. Então eu acho que precisamos ter também condições de colocarmos eles para

que eles saiam também dessa condição de vulnerabilidade. Essa é uma das propostas que eu levanto.

## VERÔNICA TERESI UNISANTOS

Eu vou pegar o microfone até pelo que a Estela falou, da garantia do seguro desemprego, para nossas mulheres com relação ao tráfico. Acho que isso reforça a concepção de ontem sobre como entendida a prostituição, que abordagem é dada dentro do, da definição do crime do tráfico, existem aquelas abordagens tratadas como abolicionistas, que muitas instituições se pautam pela concepção mais abolicionista da questão da prostituição especificamente. E daí passam a entender a prostituição, não entendem que poderia ser considerado uma forma de trabalho e aí conseqüentemente isso não poderia ser regulamentado ou não poderia haver a questão do seguro desemprego, porque não é considerado uma forma de trabalho.

No caso do homem em situação de escravidão ele estava exercendo um trabalho em situação de escravo. Então é um pouco diferente, mas não digo que isso não seja possível. Para isso precisaria retomar toda uma questão anterior da questão da prostituição, para entender se a prostituição é ou não uma forma de trabalho. Se a gente está discutindo uma política de atenção, a gente tem que levar em consideração que isso não é um ponto pacífico. Se não é um ponto pacífico a gente tem que construir a partir de coisas que não são pacíficas e ter isso um pouco em mente.

Uma outra questão que também a Estela colocou, a questão da ratificação do convênio da Convenção do Migrante, realmente ela é extremamente importante e a gente tem em discussão no congresso a questão do Estatuto do Estrangeiro, tem uma proposta em tramitação caminhando devagar. E aí nesse novo projeto ele prevê um espaço específico para as mulheres estrangeiras vítimas de tráfico. Acho que é isso.

## ANTÔNIO SARDINHA

### IBISS|CO

Primeiro consenso talvez, atentar para a especificidade do tráfico enquanto uma modalidade de violência muito peculiar e também a peculiaridade das pessoas que estão em situação, dada as circunstâncias que nós colocamos, a questão de gênero, raça, a questão da orientação sexual e todos esses preceitos. A discussão sobre a humanização, uma sensibilização para esse trabalho, então a necessidade de sensibilizar para humanizar o atendimento, a questão de tratar a pessoa como sujeito de direito, autônoma. Aí tem as duas discussões, pensar o atendimento integrado e pensar o atendimento integral e aí uma sugestão que foi colocada é a idéia de uma rede, mas uma rede específica de atendimento. Eu entendi Cida o que você colocou?

## CIDA GONÇALVES

### SPM

Eu acho que tem duas coisas, mas também é conceituar que nós estamos falando de rede de atendimento, porque não é a mesma coisa que rola por aí.

## JOSELENO SANTOS

### MNMMR

Só um ponto aí na questão da humanização que ele não pode ficar restrito na questão do policial. Como fica restrito na questão do policial, humanização em relação ao nosso serviço, as nossas políticas, aí, ok. Porque eu posso ser psicólogo e ter uma atitude que é profundamente desumanizante. A assistente social pode ser, numa equipe de saúde. E

entendendo a humanização em função do processo da civilização, quer dizer, o ser humano nós precisamos nos tornar humanos dentro do processo. Neste sentido a humanidade não está dada, não está posta. Acho que essa humanização que estamos falando não deve ficar restrita à uma área, à uma atuação, à uma categoria profissional, mas aos serviços, às políticas, às diversas atuação multiprofissionais, interdisciplinares.

## **ANTÔNIO SARDINHA**

### **IBISS|CO**

A gente tem que pensar em uma rede, uma rede peculiar é isso, como você colocou?

## **CIDA GONÇALVES**

### **SPM**

Não eu acho que assim, nós temos um conceito de rede, nós precisamos...A questão para mim é a seguinte, a questão de rede se tornou uma coisa que todo mundo fala, que todo mundo, né, assim, é rede de internet, rede... Nós estamos dizendo de uma rede, nós temos que dizer claro de que rede nós estamos falando, rede de atendimento às pessoas vítimas do tráfico que compreendem à... e o que isso compreende e o que é que nós compreendemos, nós temos de deixar isso claro no princípio do atendimento, porque senão vai cair no erro que nós cometemos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência. Nós queremos um atendimento em rede, agora nós estamos desesperados tentando construir um conceito da rede. A rede é simples, tem o kit básico, de básico é a delegacia das mulheres, os juizados, os centros de referência, casas abrigos, esse é o kit básico da rede. Aí tem outros elementos que são importantes, a questão do trabalho, a questão da educação, que é fundamental, mas que não é o kit básico de atendimento, quem é responsável pelo primeiro atendimento e tudo mais. Então construir já, agora, no princípio da discussão do

atendimento o que nós estamos falando com isso, o que é o kit básico, o que é os outros, porque senão mais lá na frente nós vamos ter que parar e fazer isso, entendeu?

## ESTELA SCANDOLA

### IBISS|CO

Primeiro nós precisamos dar nome aos bois, nós precisamos de atendimento emergencial. O que é atendimento emergencial? É quando o caso pipoca é a hora que chega o caso, é a hora que chega a denuncia. Tem que ter atendimento emergencial, tem que ter. Atendimento emergencial se faz com o SUSP eu faço questão de falar do SUSP (Sistema Único de Segurança Pública) porque até hoje não baixaram nenhum decreto falando que ele está revogado, então ele existe, eles dão outro nome, mas que ele existe, ele existe. Ele veio antes do SUAS e é muito menos conhecido do que o SUAS. Nós precisamos do SUAS e nós precisamos do SUS. Estes três sistemas eles tem que estar juntos no atendimento emergencial. E não tem jeito, tem que ter um atendimento mesmo, tem atendimento psico-social, às vezes, atendimento medicamentoso, às vezes internação, às vezes tem consulta, eu sempre falo assim, vão lá na destilaria, tiram os 409 trabalhadores da destilaria, aí pegam os trabalhadores pagam o FGTS e mandam para a cidade. Esse camarada não recebeu nenhum exame admissional, você não sabe o que aconteceu com o camarada. Então o SUS deixa muito a desejar no atendimento dessas políticas emergenciais, me parece que ele precisa ser chamado a essas responsabilidades. O SUAS com os CREAS agora, precisam realmente atender, eu não sei quantos CREAS nós vamos ter, mas os CREAS precisam ser chamados a responsabilidade, mas mais do que isso, eu quero dizer que eu adoro a idéia da humanização, porque eu trato muito da idéia que a gente com o passar do tempo, a gente vai se desumanizando, a gente deixa de se indignar com as coisas, a gente vai criando uma casca grossa que o ser humano vai ficando escondidinho atrás da casca grossa.

E aí já às vezes a gente nem se emociona mais com poesia. Às vezes já se irrita com a poesia. Hoje eu vi a Mariete recitando poesia e eu fiquei pensando quantos daqui se emocionam e quantos se irritam. Porque quando a gente consegue ficar irritado com poesia é porque a gente está criando uma crosta que já não dá mais conta. Como diz o Edgar Morin, precisa ir tirando as cascas para quem sabe lá no meio da crosta a gente vai achar um ser humanizado.

Eu penso que a questão do atendimento consular precisava de uma discussão mais profunda, eu sei que aqui na sala somente o Bernardo e o Gilberto dão conta de fazer isso, mas a gente precisa se apropriar do tal direito consular. Porque não pode mais a gente continuar desse jeito e toda vez que tem encontro tem que chamar um dos dois para explicar sobre direito consular, nós temos que nos apropriar desse negócio que eu não sei o que aconteceu, mas a gente não sabe disso e eu penso que precisa saber.

E eu também queria falar um pouco daquilo que o Maucir disse na abertura, quando é que a gente vai ter a reapropriação do direito não a partir só do atendimento, mas também das ações por danos morais. Eu penso que daí a gente poderia avançar um pouco nas ações por danos morais, não como recuperação de direitos, mas como uma condição para que essa pessoa restitua sua vida.

## **NEUZA BUSS**

### **Polícia Federal**

Meu nome é Neusa eu sou da Polícia Federal, vou contar uma história para vocês, só para vocês, muitos de vocês trabalham com isso, eu sou escritora então eu participo pouco da parte operacional, de ir para rua, de correr atrás da informação ou qualquer tipo de repressão, mas como eu sou mulher quando tem alguma coisa que há mulheres envolvidas eles me convidam e vamos todos.

Então eu participei o ano passado de uma situação de repressão à prostituição infantil, aí nós chegamos num prostíbulo e eu me deparei com uma menina, aí elas são todas já espertas para essa situação, elas

mentem que é uma beleza, quando eu perguntei a idade elas disseram que tinha 18 anos. Uma outra catou uma certidão de nascimento numa gaveta e falou “está aqui o documento”. Então eu comecei a apertar ela, porque eu percebi pela carinha dela, eu fui professora há muitos anos, eu sei quando uma menina tem 12 anos, ou 13 ou 15, ou uma menina maior.

Aí eu apertei e falei você não tem 18 anos, fiz uma entrevista rápida com ela e ela disse “eu tenho doze”. Doze anos, aí prendemos a dona do local, fomos todos para a delegacia, e aí a dificuldade numa sexta-feira a noite para quem entregar a menina. Aí ligamos para um lugar, não hoje não dá, não. O Conselho Tutelar não é nossa ossada, não é daqui, não é dali, até que por fim alguém se comoveu e foi lá receber a menina. Nós voltamos para casa da mãe, a mãe era separada do pai, ela brigava com o pai e fugia para a casa da mãe, brigava com a mãe e fugia para casa do pai. Então nenhum dos dois sabiam exatamente onde ela estava, e ela brigava com o pai e a mãe para sair a noite, e trabalhava na noite já, ela me disse isso inclusive.

E eu a acompanhei para fazer exame de corpo delito, aí cheguei lá era um médico homem e ele me pediu, “você fica comigo na sala para eu não ficar sozinho com ela”. E eu fiquei. Ele fez o exame e olhou para mim e falou “ela é virgem, ela tem hímen complacente”. Nós ficamos numa situação assim, mas adiante vocês vão compreender. Então o que acontece, não dava para comprovar uma violência.

Aí foi levada para a delegacia e o delegado ouviu a menina só quanto a informação, porque ela não pode ser ouvida em outro termo, aí ela mentiu o nome do pai, da mãe, o endereço, nome de tudo.

Aí veio uma pessoa de uma instituição que eu não me lembro qual era, pegou a menina e entregou para o pai e a mãe. Depois nós fomos nos dar conta de que o nosso flagrante foi para o espaço, porque depois nunca mais ninguém achou essa menina. O laudo do médico dizia que ela era virgem e a menina sumiu, deu o endereço errado, nós fomos atrás da instituição que recebeu a menina, para poder identificar a menina, simplesmente chegou lá o pai da menina e entregaram a menina sem o pai ter apresentado o documento dela, sem nada.



Ou seja, perdemos o nosso trabalho todo e isso é lamentável. E por incompetência nossa, nossa da polícia e da instituição e incompetência do estado, porque era uma menina de 12 anos muito esperta, mas era uma menina que tinha que ser protegida.

## **ANTÔNIO SARDINHA**

### **IBISS|CO**

Tem uma discussão importante que eu acho que saiu das discussões que nós tivemos sobre atendimento. Há necessidade de já pensarmos metodologias com as ações postas na Política Nacional, a metodologia ela vai ser qual. Acho que discutir metodologias em todos os sentidos, metodologia de atendimento emergencial, continuado, de acolhimento, busca ativa. Além da metodologia a definição de papéis.

## **VERÔNICA TERESI**

### **UNISANTOS**

Antonio, eu acho que seria interessante, não sei se o pessoal concorda, de colocar além dessa questão que você está colocando de criação de metodologia, especificar a criação de uma metodologia específica no caso do tráfico internacional. Uma questão que eu acho que você já contemplou no relatório, da rede de atenção no exterior, que tenha comunicação com a nossa rede interna, com os atores que tem que estar envolvidos na discussão, não adianta também só a gente ter uma ong lá na Alemanha que tem uma vítima que ela faça comunicação com uma ong aqui do Brasil para que essa pessoa seja atendida, mas que os outros atores, a polícia, o atendimento consular, que eles participem desse processo. Acho que essa questão da institucionalização a gente só vai conseguir se a gente conseguir englobar todo mundo. Cada um começa a perceber qual é o papel de cada um ali, a rede vai ter que ir se construindo um pouco assim.

## REGIANE PIMENTEL

### Só Direitos

Eu fico contemplada com a fala da Estela, mas eu queria só enfatizar também, a necessidade da gente estar refletindo aqui o trabalho com as famílias. As famílias é que são, famílias de mulheres ou de pessoas que estão na situação de tráfico, muitas vezes elas recorrem à alguns órgãos, por exemplo, a Polícia Federal em situação de desaparecimento, tipo assim, a minha filha não se comunica, mas ela chega até a Polícia Federal, ela coloca a seguinte situação, que a filha desapareceu. Mas depois de uma determinada abordagem mais detalhada a gente vai perceber que na verdade essa filha, ela não está se comunicando com essa família, mas aí qual a resposta que essa família tem de alguns órgãos. A Polícia Federal muitas vezes, coloca assim, que não pode fazer nada, que a moça é de maior, foi porque quis tudo o mais. Então essa é uma situação que a gente vivencia, neste sentido eu entendo que a gente precisa estar também discutindo como garantir esse trabalho em rede de atendimento à essas famílias no sentido de dar um retorno, de fazer um processo de uma intervenção mais articulada e que a gente possa ampliar essa intervenção. Mas eu concordo que acho que o SUAS, o SUS, o próprio sistema hoje colocado de segurança pública, devem estar envolvidos nessas retaguardas e nesse trabalho de rede, porque não dá para atender pessoas se a gente tem uma retaguarda..., que se tenha uma política de geração de renda, enfim, é a partir do que a gente vai construir também com essas pessoas.

## SOCORRO MACIEL

### Polícia Civil

Eu ordenei o serviço de desaparecidos até certo tempo, de criança e adolescentes, e eu acho que como sugestão, a gente está falando muito de quando a mulher e o adolescente já foi traficada, mas também nós temos que verificar e até capacitar toda uma rede principalmente, porque não sei se vocês sabem que existe a rede ZAP, que é uma rede nacional, que em relação com o desaparecimento de pessoas. Nesta rede está o Ministério da Justiça, tanto as pessoas que estão desaparecidas, principalmente os adolescentes, quanto as que já foram localizadas. E nessa situação, por exemplo, porque muitas vezes que eu verifiquei casos eu detectei que ninguém denunciou tráfico, denunciaram como desaparecimento dessa adolescente. E através de investigação foi que nós descobrimos que aquela pessoa estava desaparecida, sim, traficada. Então o tráfico é uma consequência de um desaparecimento. Então é uma outra nuance que tem que se investigar também o desaparecimento e até para que principalmente os policiais entendam que o desaparecimento não é uma bobagem, aparentemente uma bobagem, mas por trás dessa bobagem vem uma exploração sexual e um tráfico. Uma das políticas que está colocada é sobre a inteligência, a inteligência que a gente vê nas policiais, vê mais para o foco patrimonial, a gente não vê a inteligência com foco da parte humana, principalmente dos casos de criança e adolescente, mulheres, fica para segundo plano. Eu a pouco pedi uma escuta telefônica e os colegas disseram, olha a senhora vai ter que aguardar porque tem outras na frente. Então aí o estatuto quebra-se a prioridade absoluta, não existe a prioridade absoluta. Então para acabar com isso que realmente fosse efetivado uma violência voltada para esta outra situação, de desaparecimentos, de mulheres, de tráfico. Esta é a minha sugestão.

## CIDA GONÇALVES

### SPM

Uma questão de encaminhamento, é que na verdade a nossa recomendação vai ser na perspectiva do atendimento. Essa questão da responsabilização, da prevenção, a gente poderia criar um itenzinho, porque não está no sonho que a gente queria, mas para a questão da responsabilização e prevenção já tem campanhas, já tem recursos, já tem alguma coisa, agora o atendimento vai começar agora. O que tem até hoje, nós temos que ser muito tranquilas, está sendo feita pelas ong's, ou quando em alguma parte do organismo público, mas muito isoladamente. Então por exemplo, quem que das delegadas do país que pensa a questão do tráfico como a Socorro, ninguém. Se me derem um caso, e olha que eu conheço essa Polícia Civil país afora. A gente voltar para questão do atendimento a recomendação é que seja muito nessa linha. Seja muito mais nessa perspectiva que é aonde a gente vai começar atuar e trabalhar.

## CLÁUDIA ANJOS

### ACNUR

Boa tarde, meu nome é Claudia Anjos, eu cheguei um pouco atrasada e não deu tempo de me apresentar a todos. Eu sou do Aquinur, que é a agência da Onu para refugiados, e o tema dos refugiados acho que passa um pouco em paralelo com o tema que a gente está tratando aqui, do tráfico de seres humanos, mas eu acho que eu posso trazer um pouco da experiência da proteção dos refugiados talvez para a proteção das vítimas de tráfico. E eu acho que agora que nós estamos encaminhando para as conclusões, vocês disseram das redes de atendimento e da necessidade de se estabelecer a responsabilidade dessa rede, eu acho que talvez fosse importante o trabalho no sentido de implementar mesmo essa legislação nacional e não só trabalhar no nível internacional, porque eu vejo que no caso dos refugiados o que foi

ajudar mesmo nesse estabelecimento de responsabilidades foi a implementação em nível de legislação nacional. Então hoje a gente sabe quem atende refugiado inicialmente, a Polícia Federal, depois vai para um órgão do Ministério da Justiça, o Aquinur como um órgão de supervisão, então assim, a importância da legislação nacional que estabelece essas responsabilidades, eu acho que acaba não duplicando tarefas ou uma agência em contrariedade com a outra. Então acho que era mais ou menos isso a contribuição que eu poderia dar enquanto representante da agência Onu para refugiados nesse tema do tráfico. O Aquinur é em Brasília e temos parceiros locais para atender os refugiados, inclusive temos vários colegas aqui da Pastoral dos migrantes que tem uma atuação, em São Paulo e no Rio são as Cáritas e, por exemplo, no Centro-Oeste, a Pastoral dos migrantes. Porque é um tema que até pode ser que algum dia vocês trabalhando com estrangeiras em situação de tráfico, pode ser que elas venham também de um contexto em que elas entrem na definição de refugiadas, que seria perseguição por motivo de raça, opinião política, ou então um contexto de grave violação de direito no país de origem, então se por acaso vocês receberem alguma estrangeira nessa situação de perseguição no país de origem vocês podem encaminhar para a Polícia Federal para elas conseguirem o refugio no Brasil e tentarem conseguir o status de refugiada. É isso, obrigada.

**LUZIA SILVA**

**Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de  
Ponta Porã**

Bom a gente gostaria de fazer uma observação sobre o atendimento. Eu acredito que para que a gente trabalhe o acolhimento, a acolhida, a gente tem primeiro que conhecer o que o Brasil, o que os estados dispõe que pode ser considerado rede, pública ou privada. Então acredito que seria bom que uma das coisas com urgência a se fazer, seria em tempo recorde, mesmo em função do plano a ser realizado, se

levantar tudo que existe nos municípios, nos estados, que passem ainda que ao lado, como falou a pouco a nossa colega, que passem ao lado do tráfico de pessoas, em especial da mulher. Por exemplo, a ong que ela trabalha que é ligada a Onu, muitos de nós como eu fiquei sabendo agora onde fica, então como trabalhar se você não conhece o campo, como você consegue atravessar um deserto que teve um guerra se você não sabe onde estão as minas, não sabe procurar as minas. Então muitas vezes nós mesmos temos nossa culpa por não atentar para nuances que as vezes favorece a um trabalho bem mais rápido. Uma outra coisa que eu quero deixar colocado aqui é a seguinte questão, a gente dá a entender é que atendimento ao tráfico se pensa num país distante, atravessa uma fronteira distante, mas não. Ponta Porá, por exemplo, de um lado da Avenida é o Paraguai do outro é o Brasil e no meio só Deus sabe. Então todos os arranjos existentes de todos os setores são comuns o acesso dia e noite de nós brasileiros para lá e paraguaios para cá, que muitas vezes dificulta e como se fazer, então eu acredito que a equipe dos 12 ministérios envolvidos e as seis ou mais secretárias deveriam aproveitar o momento para se verificar o que fazer, o Mercosul está minado de leis, de protocolos, disso e daquilo outro, mas em nenhum momento se fala disso com clareza. Então eu sugiro que a equipe do grupo interministerial e as secretarias também, em especial o carro chefe que acredito ser a da mulher junto com o Ministério da Justiça, que faça alguma coisa, que legalize essa questão, nessas cidades gêmeas, a fronteira não é pegar o passaporte, pegar um avião e transpor o oceano, a fronteira é bem no meio da linha, cuja linha ninguém sabe quem é o dono. É isso.

---

ibisslco - Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável  
e-mail: comunicacao@ibiss-co.org.br www.ibiss-co.org.br  
telefones: (67) 3325 6171 (67) 3325 4174